



ANO 12 | N.º 26
2º SEMESTRE 2023
12.50 €

GRÊMIO LUSITANO

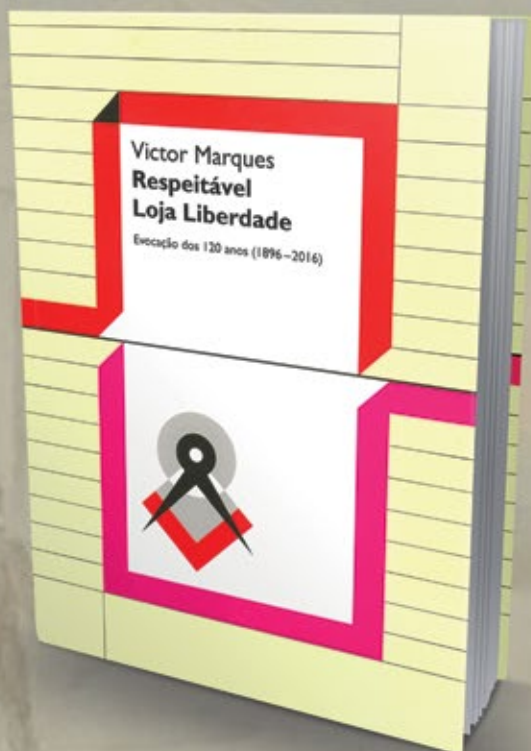
LIBERDADE - IGUALDADE - FRATERNIDADE



MAÇONARIA

**ÉTICA
MORAL
E RELIGIÃO**





MUSEU MAÇÓNICO
PORTUGUÊS



Facebook | Instagram
Museu Maçónico Português

ÍNDICE

3	EDITORIAL - Pedro Luiz de Castro ÉTICA, MORAL, DEUS E ESPINOSA
5	Fernando Cabecinha - Grão-Mestre do G.:O.:L.: ÉTICA E LIBERDADE
8	Congresso da G.: L.: F.: P.: A ÉTICA NA MAÇONARIA
13	Fernanda Santos & José Eduardo Franco «A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DAS FRONTEIRAS: CLERO CATÓLICO NA MAÇONARIA E A QUESTÃO DO ANTICLERICALISMO E DO ANTIMAÇONISMO EM PORTUGAL»
22	Paulo Mendes Pinto A MAÇONARIA, O INDIVÍDUO E A REFORMA PROTESTANTE
25	Alexandra Mota Torres DESAFIOS ÉTICOS NO MUNDO ATUAL
29	Edgard da Costa Freitas Neto DO TRONO DE SALOMÃO À SOLEIRA DO PAPA
41	Joaquim Grave dos Santos ENTRE O ESQUADRO E O COMPASSO
45	Emiliano Coteló e Pedro Luiz de Castro ENTREVISTA COM FERRER BENIMELI: CATÓLICOS E MAÇONS
54	Manuel Pinto dos Santos ÉTICA DA MAÇONARIA, DA OBEDIÊNCIA, DA LOJA OU DO MAÇON?
60	Francisco Carromeu ÉTICA FRANCO-MAÇÓNICA ?
62	António Maria Fonseca O COMPASSO E A CRUZ - UMA NARRATIVA HISTÓRICA
73	Orlando Martins ² e Pedro Nogueira-Simões ³ O PAPEL DA MAÇONARIA NA CRIAÇÃO DA CONTEMPORANEIDADE
86	António Valdemar TEÓFILO BRAGA, MAGISTÉRIO E CIDADANIA
92	Fernando Marques da Costa TOD@S
99	Pedro Luiz de Castro MAÇONARIA, RELIGIÃO OU SEITA?
102	Biblioteca SELEÇÃO PARA CONSULTA



Estatuto Editorial

A revista *Grémio Lusitano* é um espaço de livre debate de ideias, tendo por base os valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade. As opiniões expressas sob a forma de artigos, são orientadas por critérios de rigor e criatividade editorial, diversidade temática, visando abranger diferentes campos do Saber, respeito pela opinião alheia e rigor histórico. Pauta-se ainda pelas ideias inerentes ao Livre Pensamento, à liberdade de consciência e de expressão, à tolerância e ao pluralismo de pontos de vista.

Consideramos que a existência de uma opinião pública informada, ativa e interveniente é condição essencial para o exercício pleno da cidadania e para que cada pessoa exerça os seus direitos e deveres conscientemente, contribuindo para o Bem Comum. Por isso, a revista *Grémio Lusitano* entende dever participar no debate das grandes questões que se colocam à sociedade portuguesa, numa perspectiva de tolerância, de respeito pelo outro e de uma formação individual.

A revista *Grémio Lusitano* reconhece como seu limite o espaço privado dos cidadãos e todas as matérias para as quais não está vocacionada, conforme o art.º 17º/1 da Lei da Imprensa, assumindo como seu objetivo primeiro a sua credibilidade e como objetivo último a formação de cidadãos plenos.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE, SEDE, EDITOR E REDACÇÃO:

Grémio Lusitano
Rua do Grémio Lusitano 25
1200-211 Lisboa – Portugal

NIPC

500 929 270

TIRAGEM (Digital e Papel)

3000 exemplares

PERIODICIDADE

semestral

DEPÓSITO LEGAL

198408 / 09

REGISTO ERC

127398

DIRETOR

Pedro Luiz de Castro

DIRETOR ADJUNTO

Henrique Monteiro

COORDENAÇÃO

Pedro Luiz de Castro
Álvaro Carrilho
Inês Marques

GRAFISMO

Álvaro Carrilho

IMPRESSÃO

Sextacor, Lda.

TEXTOS

Alexandra Mota Torres
António Maria Fonseca
António Valdemar
Edgard da Costa Freitas Neto
Emiliano Coteló
Fernanda Santos
Fernando Cabecinha
Fernando Marques da Costa
Francisco Carromeu
Graça Paulino
Joaquim Grave dos Santos
José Eduardo Franco
Manuel Pinto dos Santos
Orlando Martins
Paulo Mendes Pinto
Pedro Luiz de Castro
Pedro Nogueira Simões

Ética, Moral, Deus e Espinosa

Com o iluminismo, a noção de Deus evoluiu e deu origem ao conceito de Humanidade. Mas na Humanidade é impossível existir uma moralidade única e universal, que seja óbvia para todos os humanos.

É hoje assumido que a Humanidade progrediu muito mais em termos tecnológicos do que éticos. Por mais que a ciência avance, a Humanidade não consegue «dar o salto» para melhores, mais corretas e mais justas formas de relacionamento e convivência.

Até há pouco mais de um século, o alargamento do poder dos Impérios era motivado por nobres ideais, pois significava a expansão da civilização e da religião. Hoje a moralidade condena os impérios, e deseja uma abor-dagem subjetiva da ética, que até pode significar uma espécie de esvaziamento da religião

A moralidade tem muitos matizes, e a Justiça vai mudando de acordo com os tempos. As exigências ético-morais adaptam-se às gerações, e no decorrer de uma simples vida podem passar do 8 ao 80. Ou como dizia Pascal, «A justiça como o encanto, depende das modas».

A filosofia, muitas vezes vista como uma busca pela verdade, é na realidade muito mais complexa e matizada. Não se limita à busca de verdades objetivas, mas abrange uma exploração aprofundada de questões fundamentais relativas à existência, à moralidade, ao conhecimento, ao valor, ao espírito humano e à linguagem.

A filosofia também é um método que encoraja o questionamento crítico e a análise das nossas crenças e suposições. Isto envolve muitas vezes desafiar a sabedoria convencional e reavaliarmos as nossas perspetivas sobre vários tópicos, da ciência à arte, da política à religião.

O filósofo Bento Espinosa (1632-1677), era de uma família judia portuguesa expulsa para escapar à conversão imposta pela Inquisição. Tal como Montaigne, fugiu para o norte da Europa, mas posteriormente em Amesterdão também foi expulso, por herege da Sinagoga Central em 1656, por expressar ideias que os seus

correligionários condenavam. Ideias essas que influenciaram e inspiraram muitos outros pensadores e filósofos do Iluminismo, e que seriam publicadas postumamente na sua obra «A Ética».

Segundo o seu ponto de vista, os críticos de Espinosa, tinham razão quanto à heresia. Espinosa dizia que Deus é a Natureza que se alimenta a si própria, e por isso é eterna. Ou seja a filosofia de Espinosa era perversa segundo as crenças tradicionais, e ainda mais porque representavam o nascimento do livre arbítrio, que desafiava as ideias básicas e estruturantes do pensamento dominante.

No livro I da «Ética e o Tratado sobre a Religião e o Estado», Espinosa define a sua noção de Deus. E quando perguntaram a Einstein se acreditava em Deus, o cientista terá dito: «Acredito no Deus de Espinoza, que se revela por si mesmo na harmonia de tudo o que existe, e não no Deus que se interessa pela sorte e pelas ações dos homens».

Einstein acreditaria então no Deus, que segundo Espinosa, afirma:

“Para de rezar e bater no peito! O que eu quero é que saias pelo mundo e desfrutes da vida. Quero que gozes, cantes, te divirtas e que desfrutes de tudo o que Eu fiz para ti.

Para de ir a esses templos lúgubres, obscuros e frios que tu mesmo construístes e que acreditas ser a minha casa. A minha casa está nas montanhas, nos bosques, nos rios, nos lagos, nas praias. É aí que Eu vivo e aí expresso o meu amor por ti.

Para de Me culpar pela tua vida miserável. Eu nunca disse que há algo mau em ti ou que eras um pecador, ou que tua sexualidade fosse algo mau. O sexo é um presente que Eu te dei e com o qual podes expressar o teu amor, o teu êxtase, a tua alegria. Assim, não Me culpes por tudo o que te fizeram crer.



Bento Espinosa (1632 -1677)

Pára de ler supostas escrituras sagradas que nada têm a ver comigo. Se não podes ver-Me num amanhecer, numa paisagem, no olhar de teus amigos, nos olhos do teu filho... não Me encontrarás em nenhum livro! Confia em mim e deixa de pedinchar... tu vais dizer-Me como devo fazer o meu trabalho?

Pára de ter tanto medo de mim. Eu não te julgo, nem te critico, nem me irrita, nem te incomoda, nem te castigo. Eu sou puro amor.

Pára de Me pedir perdão. Não há nada a perdoar. Se Eu te fiz... enchi-te de paixões, de limitações, de prazeres, de sentimentos, de necessidades, de incoerências, de livre-arbítrio. Como posso culpar-te se respondes a algo que Eu pus em ti?

Como posso castigar-te por seres como és, se Eu sou quem te fez? Crês que Eu poderia criar um lugar para queimar todos os meus filhos que não se comportem bem, até à eternidade? Que tipo de Deus pode fazer isso?

Esquece qualquer tipo de mandamento, qualquer tipo de lei; são artimanhas para te manipular, para te controlar, que só geram culpa em ti. Respeita o teu próximo e não faças o que não queiras para ti.

A única coisa que te peço é que prestes atenção à tua vida, que o teu estado de alerta seja o teu guia. Esta vida não é uma prova, nem um degrau, nem um passo no caminho, nem um

ensaio, nem um prelúdio para o paraíso. Esta vida é a única que há aqui e agora, e a única que precisas.

Eu fiz-te absolutamente livre. Não há prémios nem castigos. Não há pecados nem virtudes. Ninguém leva um placard. Ninguém leva um registo. Tu és absolutamente livre para fazer da tua vida um céu ou um inferno.

Não te poderia dizer se há algo depois desta vida, mas posso dar-te um conselho. Vive como se nada houvesse. Como se esta fosse a tua única oportunidade de aproveitar, de amar, de existir. Assim, se não há nada, terás aproveitado da oportunidade que Te dei. E se houver, tem a certeza que Eu não te vou perguntar se te comportaste bem. Vou sim perguntar se gostaste, se te divertiste... do que mais gostaste? O que aprendeste?

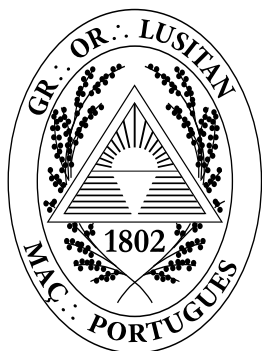
Pára de crer em mim – crer é supor, adivinhar, imaginar. Eu não quero que acredites em mim. Quero que me sintas em ti. Quero que me sintas em ti quando beijas a tua amada, quando agasalhas a tua filha, quando acaricias o teu cão, quando tomas banho no mar.

Pára de me louvar! Que tipo de Deus ególatra tu acreditas que Eu seja? Aborrece-me que Me louvem. Cansa-me que Me agradeçam. Tu sentes-te grato? Demonstra-o cuidando de ti, da tua saúde, de tuas relações, do mundo. Sentes-te surpreendido?... Expressa a tua alegria! Essa é a maneira de Me louvares.

Pára de complicar as coisas e de repetir como papagaio o que te ensinaram sobre mim. A única certeza é que tu estás aqui, que estás vivo, e que este mundo está cheio de maravilhas. Para que precisas de mais milagres? Para quê tantas explicações?

Não Me procures por aí! Não me acharás. Procura-me dentro de ti...É aí que EU estou.”

Esta revista do Grémio Lusitano, aborda sob diferentes pontos de vista um vasto número de questões que têm a ver com a Moral, a Ética e a Religião, em perspetivas filosóficas e por consequência também maçónicas. Boa leitura a todos ! 🔴



Ética e Liberdade

Importa dizer que escolhi o tema “Ética e Liberdade” e não “Ética e Maçonaria” ou outro relacionado com a nossa Instituição, porque não concebo uma Maçonaria não ética, nem a Maçonaria é, em meu entender, um terreno de mínimos éticos.

Esta abordagem que agora proponho também não nos convoca para esgotarmos o tema, mas sim para com ele podermos refletir, filosofar e agir nos tempos que hoje vivemos.

Tempos em que assistimos ao crescimento das correntes populistas, xenófobas e nacionalistas por essa Europa e por esse Mundo fora, levam-nos a concluir que estamos, tristemente, a voltar a viver tempos tempestuosos, desconhecidos, inquietantes e, mesmo, potencialmente perigosos.

A guerra está a instalar-se, ou por via de ações diretas – Ucrânia vs Federação Russa, Hamas vs Israel –, ou por via de alianças que as fomentam e desenvolvem um pouco por toda a parte, e em que os autoritarismos se estão a espalhar por todo o lado, substituindo-se às democracias.

Por outro lado, o advento do transhumanismo tem por objetivo aumentar as capacidades físicas e cognitivas do ser humano. Hoje, nos mais diversos fóruns universitários do planeta, o movimento transhumanista é amplamente discutido ao nível filosófico, religioso, ético e jurídico.

E é importante que assim seja, porque este vasto conjunto de oportunidades (muitas delas que

ainda desconhecemos) pode trazer também perigos e riscos, se não forem salvaguardados os princípios éticos que devem nortear o seu desenvolvimento, sabendo nós que o tempo computacional é um tempo muito mais rápido que o tempo humano.

A acrescentar a tudo isto e principalmente nas democracias ocidentais, estas foram perdendo a confiança dos seus concidadãos. A corrupção moral e material que se foi instalando, a níveis cada vez mais elevados e generalizados, torna-se um terreno próspero para o surgi-

«Devemos libertar-nos dos não éticos, daqueles que se pretendem servir e não servir. É assim que desenvolve o aperfeiçoamento individual e da Humanidade»

mento dos justicialistas, aqueles que, em nome do povo, se apresentam como os moralizadores da vida

pública, jogando com a fraca memória dos povos sobre a sua História.

Por isso esta é uma temática que considero que devemos cuidar, não só em razão da espuma dos tempos que vivenciamos, mas pelos comportamentos que se esperam de nós, maçons, no “combate a todas as formas de opressão.

Na luta contra o terror, a miséria, o sectarismo e a ignorância, no combate à corrupção, enaltecendo o mérito, procuramos a união de todos os homens pela prática de uma Moral Universal e pelo respeito da personalidade de cada um, consideramos o trabalho como um direito e um dever, valorizando igualmente o trabalho intelectual e o trabalho manual”.

Este constitui, no meu entendimento, todo um ideário que os Maçons devem prosseguir, de forma empenhada e proactiva, cumprindo os quesitos daquela a que podemos chamar de integridade ética.

Assim, se pudermos considerar que o conceito de Ética pode ser definido como um conjunto de Valores que orienta o comportamento do Homem e do maçom em relação a outros Irmãos e a outros Homens na sociedade, o seu carácter e a natureza filosófica também pode

permitir derivações interpretativas quando se trata da sua aplicação.

Podemos entender a ética desde o princípio e causa básica para o seu desenvolvimento, como a prática que deve defender os Irmãos, os Homens e a Sociedade dos ataques de que podem ser objeto, enquanto os comportamentos e atitudes mentais que geram, por sua vez, condutas concretas que, conforme os casos, podem ordenar-se em sistemas legais e normas sociais que coincidem ou devem coincidir! Com a ética que os inspira.

Mas, em muitas ocasiões, o princípio ético deforma-se por essa norma social, que trata de emergir com o propósito de perpetuar contradições e, às vezes, injustiças do grupo social que a implanta.

Esses grupos de poder fazem parecer sagrados, universais e éticos, os princípios que geram a sua atuação, quando são normas e estilos de conduta que emanam dos seus próprios interesses e não da verdadeira Ética.

Por isso ouvimos falar de ética médica, de ética cristã, de ética jurídica, da ética republicana, da ética maçônica, ... quando, na realidade, são meros códigos de conduta.

A realidade é que esta imposição normativa da conduta, que deve inspirar-se na autêntica Ética, só tem a sua razão de ser nas necessidades de convivência.

Por isso poderemos considerar que o nosso código genético está para além do que é legal, porque nem tudo o que é legal é legítimo, e nem tudo o que é legítimo é aceitável do ponto de vista ético.

Assim, devemos desenvolver os nossos melhores esforços para, com aqueles a quem lhes é flanqueada a porta de entrada, que cumpram integralmente com os seus deveres jurados.

A Maçonaria, ao longo dos tempos, foi-se adaptando, criando e

reforçando uma Essência, um perfil, um estilo segundo os tempos e os momentos históricos porque o seu propósito é o aperfeiçoamento moral do ser humano em todas as circunstâncias.

Desde esse aprimoramento corresponderá à Maçonaria a decisão da sua posição ética, distinguindo para a sua execução as limitações e, às vezes, opressões que lhe depara o campo do dever em que está imersa e em que medida o assume ou se revela frente a ele, harmonizando-se com os seus princípios éticos, sempre contrapondo a abertura do

« Na luta contra o terror, a miséria, o sectarismo e a ignorância, no combate à corrupção, enaltecendo o mérito, procuramos a união de todos os homens pela prática de uma Moral Universal e pelo respeito da personalidade de cada um.»

Pensamento e o confronto das ideias para se atingir o Conhecimento.

O método de ensino e de aprendizagem que utilizamos permite debater, consagrar e exaltar a Liberdade de Ensino proclamando, assim, os valores da Liberdade de Consciência e do Livre Pensamento

como forma de procura genuína da Verdade.

Devemos libertar-nos dos astutos, dos gananciosos, dos ambiciosos que pretendem esconder a liberdade de consciência, omiti-la ou transfigurá-la em benefício próprio. Enfim, libertando-nos dos não éticos, daqueles que se pretendem servir e não servir. É assim que desenvolve o aperfeiçoamento individual e da Humanidade.

Ao defendermos os princípios da Virtude, da Justiça e da Tolerância como vetores essenciais para a disseminação da Verdade, cultuamos a Liberdade de Ensino e a prática da Liberdade de Consciência e do Livre Pensamento como desígnios para a ação da maçonaria.

A Maçonaria ensina-nos a proceder em consciência e a partir dos nossos Valores básicos de defesa da Liberdade, da Igualdade, incitando à Fraternidade entre os Homens. Onde a Justiça, a equidade e o mérito valem muitíssimo mais que o amiguismo e o favorecimento dos mais próximos e daqueles que achamos que nos podem ser úteis.

Hoje, nesta sociedade atual, a Maçonaria e os maçons têm tido dificuldades em lidar com esta conflitualidade crescente, com os sinais de violência que todos os dias entram nas nossas casas, com esta crise de valores tradicionais.

Mais do que nunca, na nossa geração, hoje sentimo-nos ameaçados por um populismo moderno, associado a tensões sociais, a problemas económicos, à xenofobia e à emergência de novos meios tecnológicos, nada que já no passado não tenha ocorrido. E que propiciaram tomadas de poder!

E é nesse mesmo passado que encontramos muitos casos em que pequenos populistas ao usarem a democracia, acabaram com ela. E o mais preocupante é que hoje, como antes, estamos em tempos que se propiciam a essas tomadas de poder. Seja onde for...

Muitos de nós consideravam que a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade eram dados adquiridos, provocando uma certa letargia e alheamento da defesa e afirmação destes Valores.

Mas hoje estamos novamente colocados perante os desafios que já descrevi, que parecem conduzir-nos (será que inexoravelmente?) para a derrota do humanismo e da tolerância.

Parafraseando Karl Popper, a tolerância ilimitada com os intolerantes põe a tolerância em perigo. Portanto, nós, que respeitamos a diferença, porque consideramos que ela é a essência da Humanidade, devemos consciencializar-nos do que podemos vir a perder se cada um de nós não fizer o que em si caiba para os combater.

E se não atalharmos desde já a esta lenta evolução dos acontecimentos, se não lhes prestarmos a atenção devida, podem levar-nos inadvertidamente ao perigo de irrelevância na sociedade e dos Princípios e Valores que norteiam as nossas vidas.

É por isso que os maçons têm o dever de se organizar e agir de acordo com o seu código moral e ético, que conjuga, também, a Tradição e a legislação porque, na verdade, somos herdeiros de um rico legado histórico e cultural que devemos honrar, cujos Princípios e Valores estão para lá dos tempos.

A Maçonaria é uma instituição fundamentalmente ética, que tem por objetivo a elaboração de um sistema de valores e o estabelecimento dos princípios normativos da conduta humana, segundo esse sistema de valores.

A Maçonaria é uma Fraternidade, onde devem reinar o amor ao próximo, a gentileza, a empatia, a harmonia, a boa amizade, a união, enfim, uma sã convivência entre Irmãos.

A Maçonaria é uma atitude perante a vida e perante o Universo, que permite desenvolver um perfil, uma personalidade, um comportamento em quem a prática e que deve despontar nas suas atividades políticas, culturais, profissionais, artísticas, em geral, com o filtro do indivíduo que atua, não como Instituição que não é nem política, nem religiosa, nem tem nenhuma ideologia expressa.

É este método de Ensino e de Aprendizagem que fortalece a Liberdade de Pensamento e a Liberdade de Consciência. E porque é o Maçom que atua, que age, é a ele que se lhe pede que busque o Bem pelo cultivo das suas virtudes e pelo abandono dos seus vícios.

Exige-se-lhe que vá polindo a sua pedra bruta reforçando a sua virtuosidade e reprimindo conscientemente os seus defeitos. Pela autodisciplina livremente imposta a si mesmo, torna-se também exemplo para os seus pares, colaborando para o progresso moral daqueles que com ele interagem. Lá fora, mas também cá dentro!

Por isso, o Maçom deve ter e manter elevada Moral, tanto na vida maçónica, como na vida privada, como no convívio social, conduzindo-se com absoluta isenção e honestidade de propósitos, impondo-se pelo respeito, pelo seu comportamento irrepreensível e procurando sempre realizar o Bem.

É pelo valor moral que podemos cumprir os nossos deveres como elementos da Sociedade Humana e, particularmente, como membros da Sociedade Maçónica.

O Maçom também se quer livre e de bons costumes, pelo que os ensinamentos da Maçonaria lhe permitirão consolidar os seus valores éticos, na busca do seu engrandecimento como ser humano culto e atuante, combatendo a ignorância e os preconceitos dos outros e, muitas vezes, dos seus.

O nosso código ético impõe-nos limites de comportamento às relações entre maçons, mas, também, às destes com a Nossa Augusta Ordem que nos acolheu e também com os nossos atos em sociedade.

É esta essência básica que não varia e da sua criatividade para alcançar os fins de desenvolvimento pessoal dos seus membros: o limiar iniciático que transpusemos, o simbolismo, a simbologia que nos ensina, a reflexão filosófica que nos deve nortear.

Quando somos iniciados, somos levados a perguntarmo-nos sobre a nova simbologia, sobre a mensagem que nos é transmitida, sobre como questioná-la ou apreendê-la.

Trata-se, em suma, de entendermos a mensagem, de a trabalharmos, de a compreendermos, de a discutirmos, de “filosofarmos” sobre ela para irmos construindo o nosso eu interior com a liberdade que o conhecimento nos traz.

Se entendermos que nos bastará virmos às nossas Lojas, e passivamente entendermos que cumprimos o nosso dever, estamos a desviar-nos do grau de exigência do comportamento ético e cerceamos o exercício da nossa própria liberdade.

Quando regressamos à sociedade profana, devemos levar novas marcas em que os sinais, toques e palavras adquirem uma significação própria para sermos mais úteis àqueles a quem se destina a nossa ação.

E é assim que todos cumprimos os nossos Valores Éticos. Em plena Liberdade e no exercício do nosso livre-arbítrio! Da Ética Maçónica ou apenas e só, da Ética? A decisão fica na boa e sã consciência de cada um de nós! 📌

A Ética na Maçonaria

“Ética na Maçonaria” foi o tema de trabalho filosófico aprovado num Congresso da G.: L.: F.: P.:, e que possibilitou uma grande reflexão nas Lojas, sendo evidência do interesse e do trabalho desenvolvido. As Pranchas apresentadas permitiram esta síntese organizada por Graça Paulino.

Comecemos então pela ética. Se questionarmos várias pessoas sobre a ética, todas sabem o que é, todas têm a noção do que significa, mas dificilmente encontraremos uma resposta unânime.

Assim foi ao longo da história para vários filósofos desde Sócrates, Platão, Aristóteles, Kant, Marx, Nietzsche, Espinosa, Peter Singer e outros...

Ética é a procura em determinar a finalidade da vida humana, é moral, princípios e valores. Os valores arrumam-se de acordo com a sua natureza em configurações que os ligam: assim, podemos falar de valores políticos, valores económicos, valores estéticos, valores religiosos ou valores éticos.

Os valores éticos dizem respeito ao conjunto dos ideais supremos duma cultura, duma sociedade ou duma Organização: orientam as suas actividades, as relações entre os seus membros e os seus objectivos mais profundos.

Eles impõem-se, por isso, como os objectivos que se pretendem atingir e os meios para os atingir e aos quais tudo se deve subordinar. O Bem, a Liberdade, a justiça, a paz, a tolerância, a pessoa e a humanidade são alguns desses objectivos supremos.

Identificam-se pelo seu carácter absoluto e incondicional e pela exigência de universalidade. Afirmam-se válidos para todos os seres humanos, para todas as situações e para todos os domínios da existência.

aclarar noutra questão – que devo fazer para atingir a felicidade, qual a conduta que me torna feliz, que acção deve realizar o nosso Ser quando se nos revela, enquanto, consciência e liberdade?



Então podemos questionar-nos: serão os valores éticos idênticos para todas as culturas ou povos? De uma forma plena não o são. Considera-se, comum, um princípio genérico formulado desta forma: “o bem deve fazer-se; o mal deve evitar-se” ou “faz aos outros o que gostarias que te fizessem”, no entanto, as diferentes culturas ou a mesma cultura ao longo da sua história variam na interpretação que fazem, do que é bem e do que é mal.

Os problemas de ordem ética ocuparam, desde sempre, filósofos e pensadores, como já dissemos, referimo-nos aos problemas de acção que se expressam na questão: que devo fazer? E que podemos

Surge, então, a necessidade de inserirmos as nossas acções numa ordem que as justifique e lhes dê sentido. A ordem em que a acção se inscreve pode ser a do bem ou da natureza própria do ser humano, uma ordem de felicidade, ou uma ordem transcendente e visa a realização da pessoa humana.

Para a realização da acção ética, isto é, da acção autêntica existem duas condições que sempre foram reconhecidas como fundamentais: a consciência racional/razão e a liberdade, isto é a vontade livre. Quando escolhemos e decidimos, do ponto de vista ético, escolhemos o que sabemos estar de acordo com a nossa própria natureza, com a nossa

consciência e razão e que por isso, nos trará felicidade.

“Age sempre de maneira que a tua acção se possa tornar numa lei universal, válida para todos os seres racionais”. É o que Kant chamou de imperativo categórico.

Na verdade, enquanto maçonas, temos absoluta necessidade de reflectir sobre o que fazemos e porque o fazemos e de compreender o significado ou o sem sentido das atitudes que adoptamos ao longo da vida. Sentir a necessidade do bem e reconhecer o dever e a obrigação interior de o promover é condição intrínseca da nossa existência autêntica de maçonas.

Maçona deve estar o desejo do bem. A sua obra positiva não se realizará através de qualquer caminho: há caminhos que conduzem para a frente, e outros para trás, e ela deverá sempre saber fazer a melhor escolha.

Aquela que não estiver esclarecida sobre o significado de ética não conseguirá imprimir à vida o seu verdadeiro e justo sentido. Por outro lado aquela que conhecer e aplicar os verdadeiros valores éticos realizará o sentido da vida.

Agir eticamente é realizar-se, aperfeiçoar-se, é elevar-se a dimensões superiores. Se lembrarmos a história grega antiga, a Ética

praxis, a raiz de onde brotam todos os actos humanos.

Existem duas palavras gregas de onde se crê que deriva ética. Êthos e éthos. A primeira designa o lugar onde se habita, a casa, o espaço próprio, o ambiente familiar, sendo que, o lugar onde se vive num sentido mais amplo é o Universo, a nossa casa comum.

A segunda designa o modo habitual de um ser se manifestar e por isso se pode traduzir por hábito ou costume (do latim mores, de onde deriva moral). que quer dizer “o modo de ser”, ou “o carácter”

Se juntarmos as duas proveniências etimológicas a ética aparece como a procura do verdadeiro lugar de cada ser humano, como o esforço de construção de um mundo verdadeiro humano e humanista e como tarefa de alicerçar e estabelecer o genuíno modo humano de Ser e consequentemente de Agir.

No Renascimento e nos séculos XVII e XVIII, os filósofos redescobriram os temas éticos da Antiguidade e a ética foi entendida como o estudo dos meios para se alcançar o bem-estar, a felicidade e o bom modo de conviver, tendo como base o pensamento humano e não os preceitos das tradições religiosas

A Ética compreende a posição do homem e da mulher na vida, o seu carácter, costume ou moral e floresce a partir dos valores, que nos ditam se algo está bem ou mal, (correcto ou incorrecto) nos actos praticados.

A Ética diferencia-se da moral, pois enquanto esta se fundamenta na obediência, nos costumes e hábitos recebidos, a Ética busca fundamentar as acções morais exclusivamente pela razão. Assim, estabelecemos que, se a ética está muito próxima da Moral, não é com ela coincidente, pois a Ética é o conjunto de conhecimentos sobre o comportamento humano ao tentar



Ética e Filosofia. Imagem gerada por inteligência artificial (Midjourney)

“Devemos trazer para a Maçonaria pessoas boas.”, dizia Maria da Graça Pons. Na raiz dos actos de uma

começou por residir num conceito de morada ou lugar onde se habita, conceito a seguir alargado por Heidegger para fundamento de

explicar as regras morais de forma racional, científica e teórica.

É uma meditação sobre a moral; já a Moral vê-se plasmada nas normas e costumes, nos comportamentos socialmente aceites como bons, como referências, aplicadas no cotidiano e utilizadas diariamente por cada indivíduo. Essas regras orientam cada indivíduo, norteando as suas acções e os seus julgamentos sobre o que é moral ou imoral, certo ou errado, bom ou mau.

A Ética não deve ser confundida com a lei, embora com frequência a lei tenha como base princípios éticos. Ao contrário do que ocorre com a lei, nenhum indivíduo pode ser compelido pelo Estado ou por outros indivíduos a cumprir as normas éticas nem a sofrer qualquer sanção pela desobediência a elas; por outro lado, a lei pode ser omissa a questões abrangidas no âmbito da Ética.

Diremos que a Ética pertence aos homens e mulheres que pensam e, ao fazê-lo, assumem comportamentos, exprimem pensamentos e praticam acções fundamentadas.

Podemos afirmar que a Ética é a filosofia da melhor aplicação da moral e sê-lo-á no sentido em que pretende fundamentar e orientar o modo de pensar da Humanidade. É um campo de estudo que busca direccionar as relações entre os seres humanos e o seu modo de ser, pensar e, principalmente, de agir dentro de um determinado contexto: comportamento ético é aquele que é considerado adequado, correcto e permitido por uma organização.

A ética não é uma propriedade de um ser em si mesmo, mas um conjunto de princípios que orientam a conduta de um grupo.

Ética é, também, a parte da filosofia que estuda os valores morais e os princípios ideais da conduta humana. É ainda a ciência que tem por objecto o estudo científico e

filosófico sobre os costumes ou as acções humanas.

Logo, questões do tipo: “O que é certo? Qual o meu dever? O que devo fazer?” pertencem exclusiva-

**« Quando
escolhemos
e decidimos,
do ponto de
vista ético,
escolhemos o
que sabemos
estar de acordo
com a nossa
própria natureza,
com a nossa
consciência e
razão e que por
isso, nos trará
felicidade. »**

mente ao aspecto causal da procura do padrão ético e devem levar às respostas: se as acções são boas, com certeza terão bons efeitos.

É justamente na convivência, na vida social e comunitária, que o ser humano se descobre e se realiza enquanto um ser moral e ético. É na relação com o outro que surgem os problemas e as indagações morais: O que devo fazer? Como agir em determinadas situações? Como comportar-me perante o outro? Diante da corrupção e das injustiças, o que fazer?

Mas, o que é a ética na Maçonaria?

Ética...na Maçonaria? Maçonaria é, ela própria, ética, na sua essência e substância! A Maçonaria é uma Ordem Universal, formada por homens e mulheres de todas as

raças, credos e nacionalidades, acolhidos por iniciação e reunidos em lojas, nas quais, por métodos ou meios racionais, auxiliados por símbolos e alegorias, estudam e trabalham para a construção de uma sociedade melhor.

A Maçonaria proclama a luta pelo princípio da equidade, dando a cada um o que for justo, de acordo com sua capacidade, obra e mérito, além de considerar o trabalho lícito e digno como dever primordial do ser humano.

A Loja Maçónica é o Templo, espaço onde deve reinar a Harmonia, a Liberdade, Igualdade e a Fraternidade entre os Maçons, que trabalham pela futura comunhão universal. O Templo torna-se um laboratório de cultura, de estudo, de saber e de progresso moral e, portanto, o local onde se combate a tirania, a ignorância, os preconceitos e os erros, as paixões e os vícios, ao mesmo tempo que se glorifica o direito, à Justiça e a Verdade.

É assim que se avança na procura do bem-estar e progresso da Pátria e da Humanidade. É também na Loja que os IIR.: e as IIR.: se aperfeiçoam moral e espiritualmente, procurando desenvolver e evoluir o seu Templo Espiritual, pelo Bem e segundo os símbolos Maçónicos, como pelo o esquadro, o nível ou o fio-prumo.

Colocou-se-nos a questão: “A ética na maçonaria estará em crise?”

A ética é intrínseca ao próprio conceito de maçonaria, daí dizer-se que uma maçon é uma mulher que nasceu livre e de bons costumes. Ora, os bons costumes mais não são do que os princípios éticos que a regem. Logo, se a ética não estiver na maçonaria é este último conceito que fica em crise, não se podem dissociar.

A ética na maçonaria passa pela responsabilidade, pelo respeito de tudo o que aceitámos aquando da nossa iniciação, com tudo o que aceitámos ao prestar juramento. Um compromisso nos é pedido, um compromisso de honra com



Símbolos Éticos no Renascimento. Imagem gerada por inteligência artificial (Mid-journey)

o trabalho maçónico – meditar para deixar morrer o profano e renascer para uma vida verdadeira. Sem ética a maçonaria não existe!

Outras questões se nos colocam. A Maçonaria está atenta? A Maçonaria tem resposta? Eis algumas reflexões!

Em Maçonaria, a ética parte dos conceitos de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, como máximas do relacionamento humano, mas devemos associar o simbolismo dos instrumentos maçónicos, as atitudes e os gestos simbólicos dos rituais, as Constituições e Regulamentos Gerais das Obediências, de forma a defendermos o conjunto das regras de conduta, válidas para todos os tempos e para todos os homens e mulheres que aceitem ingressar na Maçonaria.

Temos consciência que no ser humano o seu SER está constantemente posto á mercê do seu agir. Por outras palavras é-se o que se faz. As acções podem realizá-lo, enquanto ser humano, ou destruí-lo, podem levá-lo a reconhecer-se ou a degradar-se perante si próprio, isto é, se o Ser não está dado á partida, para se Ser tem de se fazer.

Para além da acção entendida no sentido técnico, fazer do ponto de vista exterior, produzir e executar funções, a maçona realiza também um outro tipo de acções pelas quais nada produz que lhe seja exterior, mas fundamental, porque se produz a si mesma. Esta é a acção ética prática, que trabalha a pedra e lhe dá forma, a torna Pessoa, a dignifica e aperfeiçoa, a faz atingir a plenitude da sua humanidade.

Um dos maiores desafios para uma maçona é a prática de uma postura ética e moral numa sociedade excessivamente individualista e voraz, onde o TER a todo o momento procura absorver o SER numa luta desigual e numa competição desenfreada, incompreensível e desumana.

Persistem os ataques da ignorância e do preconceito, por esta razão, espera-se que a maçona reitere o seu juramento com a sua presença nas reuniões maçónicas e se dedique, de corpo e alma, não somente ao estudo do simbolismo e da filosofia maçónica, mas também à prática da moral, da igualdade, da solidariedade humana e da justiça, em toda a sua plenitude. O modo natural de agir da

maçona, deve ter nos princípios fundamentais da Ordem, os maiores princípios éticos que norteiam a sua conduta diária.

Depois de se realizar interiormente, a maçona deve certificar-se que as suas acções exteriores reflectem o seu projecto interior de Ser, por isso não deve deixar que as ocupações exteriores abafem a sua interioridade, mas antes dela recebam o seu significado e valor.

Exemplificamos: Uma “boa acção” não pode servir para obter louvores ou elogios, quanto muito reconhecer-se-á a sua utilidade. A “boa acção” será a que resultar e for expressão exterior dum projecto interior e humano de vida.

Razão e Liberdade são, pois, como acima se referiu, fundamento e condição de toda a acção ética. Se pela razão o Ser Humano transcende a natureza exterior, pela liberdade transcende-se, também, a si próprio; se ao conhecer a natureza aprende a escapar ao determinismo natural, pela liberdade aprende-se, como contínua criação e superação de si próprio, como alguém que se tem a si mesmo, nas suas mãos, permanentemente em construção, como um projecto pelo qual só ele é responsável e cuja realização é constante e permanente. Ser livre é responsabilizar-se e responder por si.

Mais do que algo que se recebe, seja, do estado, da lei ou de qualquer outra instância, a liberdade é um bem que se adquire e se exerce pelo esforço de emancipação, autonomia e sabedoria que colocamos nas nossas acções. A liberdade conquista-se.

Nas escolhas livres o ser humano vai-se destinando, no sentido do seu projecto pessoal e é assim que a liberdade se pode identificar como destino pessoal, isto é com aquilo que cada um vai fazendo de si próprio, decidindo a sua vida, fazendo com que ela penda para um lado ou para outro, encaminhando-a num ou noutro sentido.

A existência é, portanto, um projecto pessoal, do qual somos autoras e é

esta certeza que resume o esforço, a determinação, a coragem e dá cor e solidez a um projecto ético de vida.

É através dos projectos éticos de vida dos seus membros que a Maçonaria se pode amplificar, envolver e envolver-se em toda a humanidade.

Um dos grandes valores que perflhamos é a fraternidade: somos convidadas a amarmo-nos fraternalmente e a nossa resposta, consciente e livre, a esse convite é que nos dignificará e nos fará reconhecer como verdadeiras Maçonas. Neste sentido, a ética na Maçonaria é ágape: amor oblato, atenuação das paixões, prevalência do olhar objectivo, da serenidade construtiva, da boa vontade.

Em maçonaria, a ética orienta a acção humana para a harmonia, universalidade e perfeição, o que implica a superação das paixões e acções irreflectidas.

As maçonas não prescindem de uma total liberdade de pensamento e acção, ou livre-arbítrio, assumindo a total responsabilidade dos seus actos. Apesar da liberdade de pensamento e acção, existe um acentuado sentido de justiça, ou o respeito pelos direitos dos outros, fazendo a justiça parte da responsabilidade inerente à própria liberdade.

A igualdade, o equilíbrio, bom senso, o carácter, progresso, amor, compaixão, harmonia, felicidade, solidariedade, perdão e tolerância, ou aceitação plena do outro, são ainda valores éticos fortemente enraizados em maçonaria.

Tolerar as diferenças mesmo que discordemos delas, caridade ou amor pelo outro, e como último fundamento da ética, a felicidade, ou seja, a aprendizagem só se consegue acompanhada de alegria, o conjunto felicidade e aprendizagem é o único caminho da evolução.

Se a Maçonaria é uma Ordem iniciática e ritualista, progressista e filantrópica, fraterna e universal, cujo objectivo essencial é o

aperfeiçoamento moral e espiritual dos seus membros mas também a defesa da moral universal, com vista à edificação de uma sociedade mais livre, mais justa e igualitária, o dever ético de cada uma de nós, deve estender-se e alargar-se ao exterior de modo a alcançar a máxima “trabalhar para e pelo bem e progresso da humanidade”.

É através dos valores éticos e morais, ancorados na nossa própria humanidade e na Ordem que escolhemos e nos escolheu que podemos aspirar a inspirar a humanidade. Não existe, pois, Maçonaria sem ética, nem ética sem acção. Ética é Sabedoria – Ética é Força – Ética é Beleza.

É, portanto, elementar e fundamental que cada maçona assuma um comportamento ético (justo e perfeito) na sua L. e na sua Obediência mas, também na sua vida profana. Agir com ética é Agir a partir do sentido do dever.

Dizia Aristóteles “Que o bem é aquilo para o qual todas as coisas tendem” De facto, o bem e a felicidade são algo, para o qual devemos orientar a bussola dos nossos actos para que seja essa a tendência da nossa vida em direcção à perfeição, mesmo que nunca se lá chegue...

A ética na maçonaria é uma espécie de reflexo do mundo da interioridade de cada uma. Deve nascer da Luz, do aperfeiçoamento a que somos chamadas por necessidade, embora lhe respondamos livremente, pois saber ser livre é saber que o outro é livre.

A sua ética deixa de ser individual e passa, então, a ser colectiva. Idealmente, a sua ética passará a ser universal, concretizando-se na medida da concretização dos seus objectivos e dos seus ideais. Podemos, assim, afirmar que a ética na maçonaria nasce do somatório das éticas individuais, tornando-se e sentindo-se um coro harmonioso que é determinante na evolução da vivência social da humanidade. ①

Lisboa, Congresso da G.: L.: F.: P.:

«A insustentável leveza das fronteiras:

Clero Católico na Maçonaria e a questão do Anticlericalismo e do Antimaçonismo em Portugal»

IGREJA CATÓLICA E MAÇONARIA: CONFLITOS E CONDENAÇÕES

A história das relações entre Igreja e a Maçonaria tem sido uma história dilemática. As relações entre ambas estas instituições, tão marcadas por conflitos e incompreensões, fazem parte de uma história que não pode ser estudada apenas pela catalogação das condenações das autoridades eclesiásticas em relação às práticas maçónicas ou dos ataques propagandísticos da maçonaria à Igreja Católica. Para compreender esta história que, em certos aspetos, podemos classificar de amor/ódio e de atração/repulsão é preciso ir mais fundo.

A Maçonaria apresenta-se, quando emerge em sociedades cristãs protestantes e católicas de Antigo Regime, com um corpo de ideias, de ideários e de ritualidades que foram consideradas subversivas no âmbito daquele modelo político-social vigente e no qual cresciam os germes de uma nova sociedade menos monolítica, mais secularizada e mais livre, mais tolerante e de perspetiva mais universalista.

A Igreja, através da sua alta hierarquia, como instituição religiosa tutelar das sociedades de Antigo Regime e defensora de um ideário dogmatizante do religioso entendeu

a Maçonaria como uma instituição concorrencial que pedia uma fidelidade que alegadamente não poderia ser partilhada com a fidelidade religiosa à Igreja com o mesmo grau de vinculação.

Este dissentimento genesíaco da história da Maçonaria com a Igreja começou a criar um abismo aparentemente intransponível entre as duas instituições que nunca mais parariam de se digladiar, apesar das complicitades, das trocas simbólicas e de outras simbioses entre ambas virem a revelarem-se muito maiores do que se poderia pensar.¹

A Igreja Católica iniciou a sua longa história de condenação pública da maçonaria a 28 de Abril de 1738, quando o Papa Clemente XII (1730-1740) proibiu os católicos de se tornarem membros de lojas maçónicas, através da bula «*In eminenti apostolatus specula*», que assinalava a incompatibilidade entre o juramento e o segredo das obediências maçónicas e a condição de cristão integrado na Igreja Católica Romana.²

O edital de 28 de setembro de 1738 resume o diploma da Inquisição portuguesa, no qual os católicos residentes em Portugal eram admoestados a confessar e denunciar ao Santo Ofício a existência de assembleias maçónicas. Esse edital

foi publicado nos conventos e paróquias do reino e do império, como eram hábitos nestas situações.

Nele era proibida a participação dos católicos nas referidas assembleias de pedreiros-livres, sendo ordenada inquirição em todos os lugares, por parte de bispos, prelados superiores e inquisidores, para identificação dos transgressores.

Apesar destes factos históricos, há registos da entrada de diversos padres e bispos católicos na Maçonaria portuguesa. A Inquisição de Lisboa estreou-se em diligências contra a maçonaria a 18 de Julho de 1738, pouco tempo depois da condenação papal.

Em Lisboa, segundo o padre Charles O'Kelly, a maçonaria juntava um grupo de escoceses, irlandeses e ingleses, tanto católicos como protestantes. Tal como ele observou, eram médicos, capitães de navios, militares, arquitetos, negociantes e também vários padres.³ O registo de padres na Maçonaria portuguesa remonta à primeira metade do século XVIII.

Este trabalho pretende abrir campo para o estudo da militância maçónica de padres, frades e bispos católicos. O caso mais emblemático encontra-se logo nos primórdios com a fundação, em 1733, na Capital

portuguesa da Casa Real dos Pedreiros-Livres da Lusitânia.

Esta loja era verdadeiramente cosmopolita, interconfessional, interclassista e ecuménica. Era constituída por obreiros da área do comércio, por quadros do exército, por médicos, onde preponderavam três frades dominicanos. Boa parte dos membros era estrangeira de origem irlandesa.

Em 1738 com a publicação da bula condenatória de Clemente XII a loja foi encerrada. Ao longo do século XIX, século maçónico por excelência, secreta, discreta ou abertamente vários padres e até mesmo membros do alto clero, como seja um bispo destacado, aderiram à Maçonaria não se revendo no extremismo dos anátemas papais contra os ideais maçónicos.

O mais célebre destes membros conhecidos do alto clero católico que pertenceu à Maçonaria foi, sem dúvida, o Bispo de Viseu, D. João Alves Martins (1862-1882). Formado na ordem franciscana e doutorado em Teologia pela Universidade de Coimbra, teve relevante empenhamento político como ideólogo do Partido Reformista. Além de deputado, chegou a ocupar o cargo de Ministro do Reino no governo de Sá da Bandeira entre 1868 e 1869 com intervenções importantes em termos legislativos.

Apesar de altas patentes do clero católico liberal, terem um entendimento diferente do da Santa Sé no que concerne à Maçonaria, o papado até ao Concílio Vaticano II manteve as proibições de participação de católicos nesta organização.

Com efeito, o secretismo da Maçonaria e os seus ideais foram muitas vezes vistos pela Igreja como um atentado à religião e aos dogmas católicos, levando a que a Maçonaria fosse olhada com desconfiança pela Igreja Católica. A Maçonaria ripostou, a partir das suas facções mais radicais, com uma longa



Papa Clemente XII (1652 - 1740)

campanha contra a Igreja e contra as suas instituições.⁴

O período chave de confronto entre a Igreja católica e a Maçonaria ocorreu nos pontificados de Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903), que abarcam praticamente toda a segunda metade do século XIX.

Os papas não foram os primeiros a condenar a Maçonaria. Já anteriormente houve em França algumas intervenções da polícia contra as lojas. Concretamente, a 14 de Setembro de 1737, o Cardeal Fleury, Primeiro-Ministro de Luís XV, proibia todas as reuniões secretas e, especialmente, a formação de associações qualquer que fosse o pretexto e qualquer que fosse a denominação. Dois anos antes, idêntica proibição fora emanada na Holanda, cujo exemplo parece ter

sido seguido por muitos outros governos da Europa.⁵

MAÇONARIA E FILIAÇÕES POLÍTICAS

Durante a segunda metade do século XVIII, a Maçonaria tinha erguido Lojas pelo menos em cinco centros urbanos: Lisboa, Porto, Coimbra, Valença do Minho e Funchal. Tratava-se de Lojas de importância relativa. A Maçonaria foi pouco influente até 1807: tinha baixo número de aderentes, débil politização, vagamente identificada com a ideologia iluminista.⁶

O liberalismo não foi um movimento de massas até à primeira invasão francesa, mas foi suficientemente ativo para inquietar os poderes repressivos da Inquisição, da Intendência da Polícia e da Real

Mesa Censória. Não se tem conhecimento do quadro social das Lojas deste período primordial, mas sabe-se que nelas tinham assentos aristocratas, militares, clérigos, e muitos grupos pertencentes a diversos estratos mais ou menos abastados do terceiro estado.

Para além de sacerdotes, nela filiaram-se leigos católicos, não obstante as proibições pontifícias que remontavam a 1738. Ao lado destes havia homens de outras confissões religiosas, outros sem religião.⁷

Sob o ponto de vista político, muitos não escondiam a sua simpatia pelos ideais de Igualdade e de Liberdade da Revolução Francesa, grande parte deles preparando as vias do Liberalismo. Todos seguiam com interesse as peripécias da Revolução Francesa. E a maior parte, se não a totalidade dos maçons portugueses, eram jacobinos, isto é, eram adeptos das Revoluções que marcaram o Atlântico nos finais do século XVIII.

Daqueles lugares, o que exibia maior pujança maçónica era naturalmente Lisboa, mas o Porto possuía também o seu núcleo, constituído por gente tão diversa como caixeiros e nobres, negociantes e homens de leis. Da lista faz parte o chefe da Intendência da Polícia, um advogado de origem transmontana e ex-clérigo de ordens menores que fora condenado, em 1780, por adesão a ideias subversivas quer sob o ponto de vista político, quer sob o ponto de vista da doutrina católica.

A partir da primeira invasão francesa, a Maçonaria politizou-se à esquerda. Na sequência da Constituição de Cádiz (que a portuguesa de 1822 irá acompanhar), a partir de 1813 a Maçonaria (que fora desmantelada na sequência das perseguições generalizadas de 1809-1810) e as forças liberais recomeçam a organizar-se.

Com Gomes Freire a Maçonaria politizou-se notavelmente. Há nesta altura convergência das maçonarias portuguesa e espanhola. Vários

maçons espanhóis encontram-se em Lisboa com Gomes Freire. A Maçonaria foi a estrutura de apoio da conjura, mas é preciso dizer-se que fora de Lisboa e fora do exército a Maçonaria tinha uma fraca implantação. E, em si mesma, não funcionou como central de atividade conspirativa.

Depois da conjura, as sociedades secretas foram severamente vigiadas, não tanto em relação ao passado, mas em relação a novos aderentes: os Irmãos seriam incriminados por crime de lesa-majestade e as casas onde as Lojas funcionassem seriam confiscadas.

«O liberalismo não foi um movimento de massas até à primeira invasão francesa, mas foi suficientemente ativo para inquietar os poderes repressivos da Inquisição, da Intendência da Polícia e da Real Mesa Censória.»

O descontentamento generalizado com a frágil conjuntura socioeconómica do país, aliado ao desejo de mudança experimentado em sectores de vanguarda da sociedade portuguesa, deram origem à revolução de 1820. Esta foi produzida pelo Sinédrio, corpo político sem qualquer comunicação com sociedades secretas.

Se entre os membros do Sinédrio estavam alguns elementos maçónicos da maçonaria madrilena, não há qualquer indício que alguma Loja maçónica o dirigisse ou guiasse. Todavia, o Sinédrio recebeu a influência da Maçonaria, sendo organizado à imagem das sociedades secretas: secretismo, designação numérica dos membros da Associação. Os maçons portugueses eram: Manuel Fernandes Tomás, João da Cunha Sottomayor, José da Silva Carvalho e talvez José Ferreira Borges.

Entre 1820-23 a identidade dos governos não mostra o exclusivo nem até o predomínio de elementos maçónicos. A sociedade não era maioritária no Congresso, mas sem dúvida que lutou pela supremacia no aparelho de estado. Pelas Constituições de 1821 a condição de Irmão tornou-se inseparável da de liberal. Foi com base na Constituição de 29 de Março de 1821 e do texto espanhol de 1812 que a maçonaria portuguesa estruturou a sua lei orgânica.

Após a vitória definitiva do Liberalismo, a Maçonaria politizar-se-á cada vez mais. Nos finais do século XIX e princípios do XX, o ideário maçónico começou a identificar-se com a ideologia republicana, apesar de haver muitos obreiros monárquicos.

A República foi, essencialmente, obra de maçons. O advento do novo regime havia de enfraquecer a Maçonaria, na medida em que ela se envolveu diretamente na luta político-partidária, dividindo-se entre o apoio ao Partido Republicano e ao Partido Democrático.⁸

MAÇONARIA E ANTICLERICALISMO

A ação maçónica organizou-se nos tempos agitados das invasões francesas. O espírito liberal e anárquico desenvolveu-se entre nós por uma dupla influência: ideias da revolução francesa, importadas através dos soldados napoleónicos e



tendências anárquicas do liberalismo protestante dos aliados ingleses.

A revolução de 1820 consagra a Maçonaria e o liberalismo como hostis à Igreja e ao clero. As campanhas de descrédito sucedem-se. Se o clero adere, em parte, a esse movimento, dentro de pouco tempo vê que ele é dirigido contra si. E quando surge D. Miguel como alguém capaz de repor as coisas num estado parecido com o anterior, o clero toma o seu partido, desejoso de reaver a consideração perdida.

O clero não estava todo por D. Miguel. Dividiu-se e até mudava de partido conforme as conveniências pessoais: jogava-se com a influência do clero sobre o povo para o conquistar. Absolutistas e liberais lutavam pelos seus interesses, nem sempre tentando proteger uma classe.

Após a vitória do movimento liberal, ainda antes de este se consolidar, iniciava-se um movimento de desprestígio contra a Igreja e o clero, para justificar o roubo dos bens eclesiásticos com que era preciso galardoar serviços ou enfrentar despesas e dívidas públicas.

Se tal roubo sistemático de bens materiais era o menos, para ele se realizar foi preciso criar ambiente anticlerical, fundamentado na adesão do clero ao absolutismo, com a colaboração de alguns membros do

próprio clero comprometidos nas lojas maçónicas.

O clero vê-se despojado dos seus bens, tornando-se incapaz de continuar uma obra de assistência que vinha realizando e que passa para o Estado sem possibilidades morais e até materiais de a continuar, uma vez que os bens espoliados revertiam a favor de particulares oportunistas. Durante um longo período de tempo, o clero perde algum do seu prestígio social, sendo alvo de escárnio e de anedotas. As novas ideias liberais eram anticlericais e antecatólicas.

Esta mesma campanha anticlerical continuou nos primeiros e seguintes anos da República. O anticlericalismo português toma o carácter de aceitação da mentalidade cristã e católica com oposição sistemática à organização hierárquica e ao padre em especial.⁹

O padre começou a ser olhado como o guardião de um património, de uma tradição, de um modelo de sociedade que se queria superar. O padre era visto pelos propagandistas do laicismo de forma estereotipada, como o grande obstáculo ao progresso.¹⁰

No tempo das lutas liberais e no advento da República, o clero não compreendeu as novas ideias, e foi acusado pela sua ação arcaica, compreensível à distância histórica, uma vez que andava contingenciado

por inúmeras circunstâncias que são atenuantes, num ambiente de generalizada incompreensão. Como o clero estava mais perto do povo, que tanto desejava conquistar, a campanha de difamação descia também até ao povo.¹¹

A partir da segunda metade do século XIX intensifica-se a vertente anticlerical da sociedade portuguesa, que se fica também a dever à tentativa da Igreja católica em repor o prestígio que tinha perdido e a sua capacidade interventiva na sociedade.¹²

Do mesmo modo, no século XIX a Europa central confirmava o mito de que a Maçonaria era uma conjura judaica, mundial, mascarada numa sociedade internacional, organizada sob princípios rígidos com o nome de Liga dos Maçons, a qual possuía influência política considerável. Nestas e noutras oportunidades ia sempre buscar-se apoio na controvérsia que os escritores da história da Maçonaria cognominaram como o conhecido vigário Leo Taxil.

Devido a ele espalharam-se rumores fantásticos de ritos sexuais, lojas de mulheres, a maioria dos quais ainda hoje se pode deduzir das publicações de semanários e ilustrações. O francês Leo Taxil (de seu verdadeiro nome Gabriel J. Pagés), depois de ter estado anos num estabelecimento educacional jesuítico, tornou-se livre-pensador e finalmente maçom.

Porém, no ano de 1855 regressou publicamente à Igreja Católica.

Daí em diante publicitou escritos antimaçónicos, em cujas considerações se entrevia uma correspondência com a densa atmosfera de fim de século que existia nos salões europeus. Com perseverança, colocou a circular celeremente a descrição do culto do diabo dos maçons, as missas negras e o que se passava nas lojas com mulheres. O primeiro livro teve a habilidade de ser escrito segundo as diretrizes e ideias reconhecidas na encíclica *Humanum Genus*, de Leão XIII, uma autêntica síntese doutrinal antimaçónica.

Adversários mais esclarecidos, como o padre jesuíta Hermann Gruber apontavam o erro de conduzir uma campanha contra a Maçonaria com o emprego de métodos de deterioramento de imagem deste estilo. No ano de 1897 o próprio Taxil dizia, reconhecendo o seu embuste, que as pedras atiradas recaíam sobre os anti maçons.¹³

MAÇONARIA E IGREJA: CONFLITOS E FRONTEIRAS FLUÍDAS

A história das relações entre Maçonaria e Igreja Católica é pautada por um largo elenco de desentendimentos, receios e mútuas incompreensões¹⁴. Entre ambas as instituições houve sempre um clima de suspeita, especialmente em certas épocas e países, quando se enfrentaram radicalmente ao longo do tempo.

Esta relação foi mudando, e os motivos de desentendimento seculares perdendo consistência, todavia esta mudança não se deu em todos os lugares com a mesma intensidade e rapidez. Os motivos fundamentais pelos quais a Igreja condenou, tradicionalmente, a Maçonaria, foram de ordem teológica, moral e política, e só se

compreendem tendo em conta o contexto histórico.

Atualmente a Igreja, sobretudo após João XXIII e o Concílio Vaticano II, bem como a própria Companhia de Jesus encaram com outros olhos o fenómeno maçónico, desmistificando a ideia de que as Lojas são antros demoníacos.¹⁵

O atual Código de Direito Canónico (1983) omite qualquer referência à Maçonaria, e revogado o cânone 2335 do anterior (1917), que excomungava ipso facto os inscritos na “seita maçónica” e em organizações “que maquinavam contra a Igreja ou contra as legítimas autoridades civis”. O Código atual suprimiu qualquer alusão à Maçonaria.

Autores como José Ferrer Benimeli afirmam que a Maçonaria se pode considerar desde o seu nascimento como uma escola de formação humana, que acolhe no seu seio homens de línguas, culturas, religiões, raça diferentes, incluindo de diferentes convicções políticas.

O que em todos eles coincide é o desejo de aperfeiçoamento por meio de uma simbologia de natureza mística ou racional e a vontade de prestar ajuda aos outros através da filantropia e da educação¹⁶. Estes preceitos baseiam-se nas Constituições de Anderson.¹⁷

Defensores da Maçonaria negam completamente que esta combata o catolicismo ou qualquer outra religião, pois a sua organização é fraternal, abrigando indistintamente irmãos que professem cultos diferentes.

Campos Porto defende que um católico pode ser maçom e traça a sua personalidade de forma marcada, distinguindo o católico maçom do católico tradicional, que cegamente segue as leis da Igreja: “o católico maçom é intransigente na sua crença, mas não é um fanático, pois estando em permanente comunhão com a Divindade pela elevação dos seus princípios despidos de qualquer parcela de egoísmo e vaidade. Ele é, de facto,

um católico exemplar, bem diverso daqueles que formam verdadeiras multidões, daqueles que são católicos por tradição, daqueles que aceitam tudo, que acreditam em tudo e que não discutem nada (...)”¹⁸

E afirma também que a prova que a Maçonaria não é contrária à leis de Deus, defendendo-as, é que em todo o seu passado, católicos eminentes têm sido irmãos das suas lojas, inclusive clérigos ilustres.

A argumentação de Campos Porto reside ainda num outro posto-chave: outras confissões cristãs e religiões, como a protestante e a judaica espírita não fizeram a mesma acusação à Maçonaria, permitindo que os seus adeptos tivessem liberdade de ingresso nas lojas: “(...) *Nenhuma delas teve a ideia diabólica e vil de servir-se de sicários despidos do mais elementar resquício de moral, ou fazendo-os irmãos da Maçonaria para, deleteriamente, vasculhar os seus arquivos e trincar tudo quanto não convinha compreender*”¹⁹

A referência a um clero maçom remonta ao século XVIII, segundo o historiador José Ferrer Benimeli. O que explica essa adesão são os próprios princípios estruturadores da Maçonaria, as suas Constituições, que fazem dela uma associação estabelecida sobre certa mística ritual, saída em grande medida das suas tradições medievais, que respeitavam e harmonizavam todas as religiões monoteístas – atitude que supõe a tolerância religiosa.

Os maçons procuravam apagar as diferenças de classe ou religião, permitindo um espírito de fraternidade e de igualdade, praticando certa forma de filantropia.

O culto do sagrado (que provém da necessidade de conservar preciosamente as fórmulas arquitetónicas místicas da Idade Média), as cerimónias complexas, o gosto pelo simbólico e pelo litúrgico dotavam-na de um lado místico que exercia um poderoso atrativo numa época profundamente religiosa. Essa seria uma das razões que explicava a



O Concílio Vaticano II, (1961)

presença massiva de católicos e eclesiásticos nas lojas, já que estas respeitavam por princípio a religião e as autoridades constituídas.

Segundo o mesmo autor, uma interessante lista de clero maçom pode ser elaborada no século XVIII. Desta forma se constata não somente a existência de lojas frequentadas exclusivamente por sacerdotes e religiosos, mas também aquelas onde estão inclusos sacerdotes, nas quais figuram bispos, abades, canónicos, teólogos e toda uma classe de religiosos e sacerdotes, que perfazem um total de 3 000.

Nenhum deles revelou qualquer problema de consciência em se incorporar numa associação condenada e proibida pelo Papa, uma vez que eles não identificam a sua maçonaria com aquela que o Papa condena²⁰.

No século XVIII o denominador comum da Maçonaria em países tão diferentes como Áustria, Portugal, Suíça, França, Holanda, Bélgica, Alemanha, Suécia, México, Inglaterra, Peru é o facto de ser uma associação que admira a harmonia da natureza, a obra do Grande Arquiteto do Universo, que propaga a amizade universal entre os homens.

Este ideal é vago mas atrativo, encanta os espíritos pré-românticos e permite a cada um encontrar nas suas lojas o bem-estar graças à

tolerância dos demais. Neste sentido, estava incluso o juramento que tanto inquietava os governos e a Igreja, a cláusula que indicava que o juramento nada tinha contra Deus, a religião, o rei e a pátria.²¹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reveste-se de alguma complexidade perceber o conjunto de razões que têm mantido a distância e a dificuldade de diálogo entre Igreja Católica e a Maçonaria durante os três séculos de atividade desta organização filantrópica.

No primeiro século do surgimento das lojas maçónicas no contexto Iluminismo e das correntes de crítica ao modelo social e político do Antigo Regime monolítico e doutrinariamente dogmático, a Igreja, sendo um dos pilares essenciais de uma sistema social fundado na aliança entre Trono e Altar não poderia acatar com serenidade um movimento de pensamento livre que sonhava com uma sociedade diferente e que fugia, pelo método do segredo, ao controlo eclesiástico, procurando atingir o domínio íntimo das consciências.

Por outro lado, a formação das origens da maçonaria em universo protestante, a estruturação esotérica de rituais iniciativos que implicavam compromissos, juramentos, fidelidades e obediências paralelas ou em concorrência com processos semelhantes de vinculação aos da Igreja suscitava grandes suspeitas,

dúvidas e receios da parte dos guardiões da ortodoxia católica.

Não é de menosprezar ao mesmo tempo, à luz de uma modelo social de cristandade defendido muscualmente por instâncias judiciais de vigilância como a Inquisição e o sistema de censura, o facto da maçonaria se apresentar como uma instituição universalista, cosmopolita e religiosa e ideologicamente ecuménica. Esta abertura extraordinária representava uma dimensão muito avançada para a época que o poder centralizado da Igreja em Roma ainda não estava preparado para aceitar.

A acrescentar a tudo isto, o facto de muitos membros da Maçonaria estarem por de trás, ou mesmo em alguns casos, na liderança revolucionária de movimentos responsáveis por fazer derruir a velha ordem política absolutista, levando consigo na mesma avalanche demolidora a Igreja Católica.

No decurso deste processo revolucionário que dista da Revolução Francesa até às instaurações dos regimes republicanos na Europa, num movimento que influencia o resto do mundo, a Igreja, especialmente na sua vertente ultramontana, é atacada de frente. Em razão deste afrontamento, a maçonaria passa a ser demonizada pela própria Igreja e vista como um grande inimigo a temer.

Num verdadeiro jogo de espelhos marcado pelo comércio propagandístico dos estereótipos, Igreja e Maçonaria emergem na história contemporânea como inimigas em rota de colisão, produzindo uma dança de demónios, em que cada lado tenta representar demoniacamente o adversário com as cores mais terríveis.

Apesar do abismo de incompreensão e de proibição de relações possíveis entre as duas organizações de dimensão mundial, não se cavou “um fosso intransponível que impedisse a adesão de católicos e, mais ainda, de membros do clero à instituição secreta”, como historia António Reis.

O mesmo historiador maçom explica de forma significativa: “E o fenómeno, aparentemente incrível, não se reduz à

verificação de admissões em conjunturas da vida europeia que aparecem perturbadas por convulsões (como foi o caso da Revolução Francesa), ou angústias existenciais que predisõem as almas à tentação de experimentar o oculto. A explicação há-de encontrar-se na convergência de elementos de compreensão (a começar pelo fio cronológico) – uma forma de realização de sociabilidade e uma plataforma alargada de crença religiosa que a Maçonaria tinha para oferecer aos seus membros que, logo por isso, não se reviam nos destinatários do anátema pontifício; e menos ainda temiam o ditame quando ele vinha de quem acumulava ainda o poder temporal.”²²

O Concílio Vaticano II, acontecimento que marcou uma viragem positiva por parte da Igreja em

relação à sua atitude face às realidades temporais, vai inaugurar uma etapa de maior abertura, diálogo e compreensão, tanto mais que a própria Igreja transformou o seu olhar frente ao mundo contemporâneo e evoluiu no sentido de incorporar a defesa de valores defendidos séculos antes pela Maçonaria, como a tolerância, o ecumenismo, etc.

Apesar de a abertura conciliar verificada nos anos 60, as cicatrizes por vezes reabrem-se em ferida e, especialmente, na vigência do papado atual, os progressos verificados em favor de uma aproximação têm sido ensombrados por novos problemas, declarações e suspeitas que têm contribuído para reavivar os fantasmas do passado. ❶

SOBRE OS AUTORES

FERNANDA SANTOS (1977) - Professora Adjunta no Colegiado de Letras/Campus Santana, da Universidade Federal do Amapá, desde 2015. Doutora em Letras, pela Universidade Federal do Espírito Santo, desde 2018. Doutora em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina, desde 2014. Mestra em Literaturas e Culturas dos Povos Africanos de Língua Oficial Portuguesa, pela Universidade Nova de Lisboa (2004-2006). Graduação em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portuguesas, pela Universidade Clássica de Lisboa (1995-2001). Docente integrada no Programa de Pós-Graduação em Letras, da UNIFAP, e no Programa de Pós-Graduação em História, da mesma universidade.

JOSÉ EDUARDO FRANCO (1969) - Historiador. Investigador-Coordenador equiparado a Professor Catedrático da Universidade Aberta, Diretor do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta, Titular da Cátedra UNESCO de Estudos Globais/CIPSH e membro da Academia Portuguesa da História. Professor-Visitador da Universidade de Paris II – Panthéon-Assas e da Universidade Federal de Sergipe. Doutorou-se em “História e Civilizações” pela EHESS de Paris em Cultura pela Universidade de Aveiro, sendo mestre em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e mestre em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da mesma Universidade de Lisboa. Coordena o programa de doutoramento em Estudos Globais na Universidade Aberta.

NOTAS

¹ José Sebastião da Silva Dias, Os primórdios da maçonaria em Portugal (Coimbra, 1986), Vol. I, Tomo I.

² Diversos outros documentos papais surgiram, por parte da Igreja, para combater a maçonaria. Entre as principais encíclicas papais antimacónicas, ou que fazem referências desfavoráveis à maçonaria, enumeram-se as seguintes: In Eminent, de Clemente XII (1738); Providas Romanorum, de Bento XIV (1751); Ecclesiam, de Pio VII (1821); Quo Graviora, de Leão XII (1825); Traditi, Pio VIII (1829); Mirari Vos (1832), Gregório XVI; Multiplices Inter (1865), Apostolicae Sedis (1869), Etsi Nos (1882), todas de Pio IX; Humanum Genus (1884), Inimica Vis (1892), Custodi di quella fede (1892), Praeclara (1894), Annum ingressi (1902), de Leão XIII.

³ Rui Ramos, “Antimaçonismo”, in: Dança dos Demónios – Intolerância em Portugal, coord. José Eduardo Franco (Lisboa: Círculo de Leitores, 2009), 336 e ss.

⁴ José Eduardo Franco, O Mito dos Jesuítas: Em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX), Volume II, (Lisboa: Gradiva editora, 2007), 103

- ⁵ José Ferrer Benimeli, G. Caprile, *Maçonaria e Igreja Católica* (Tradução de V. Alberton, São Paulo: edições Paulinas, 1983), 24.
- ⁶ O historiador Joaquim Veríssimo Serrão refere um papel interventivo da Maçonaria em Portugal a partir de 1762, quando os oficiais do conde de Lippe conquistaram adeptos em diversas franjas do tecido social: na nobreza, no Exército, na diplomacia, na mercancia e na cultura. Os ideais da fraternidade humana eram acolhidos por um novo tempo histórico, na luta a empreender contra o despotismo régio e a autoridade secular da Igreja. No próprio ministério que antecedeu a partida da corte para o Brasil estava um alto dignitário da Maçonaria: António Araújo de Azevedo, Conde da Barca. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal – O Despotismo Iluminado (1750-1807)* (Lisboa: Editorial Verbo, 1981), Volume VI, 434.
- ⁷ Sobre a história da Maçonaria em Portugal ver a obra monumental de A. H. de Oliveira Marques, *História da Maçonaria em Portugal* (Lisboa: Presença, 1990-1997), 3 Volumes.
- ⁸ Francisco Ribeiro Silva, “A Maçonaria e o Liberalismo no Porto”, in: *Maçonaria, Igreja e Liberalismo*, coord. Pedro Álvarez Lázaro (1994), 19-20
- ⁹ Na obra *O Padre no Romance Português*, Zacarias de Oliveira analisa as razões do anticlericalismo em Portugal, enumerando-as: o comportamento dos clérigos, que nem sempre correspondeu aos ideais defendidos; a tentativa de manter, acima de tudo, a segurança material, instalando-se na vida e perdendo o comprometimento com a pregação do Evangelho; o poder do rei ligado à Igreja (embora por vezes não passasse das aparências); a falta de abertura da Igreja à novidade e à mudança, prendendo-se ao passado por um “*tradicionalismo psicologicamente compreensível*”, mas que ao mesmo tempo rejeitava novos movimentos ideológicos, sociais e políticos (como o Liberalismo); a confusão que o clero fez, muitas vezes, entre vida moral e comportamento civil ou político, o que o levou a ligar-se a instituições de carácter policial. A Inquisição é exemplo disto, porque enquanto tribunal político, policial e de costumes esteve quase sempre nas mãos do clero, embora tantas vezes se insurgisse contra ele - a maioria das vítimas da Inquisição contam-se entre o clero. Zacarias de Oliveira, *O Padre no Romance Português*, (Lisboa: União Gráfica, 1960).
- ¹⁰ Fernanda Santos, «A Ideia de Sacerdote Católico nos textos maçónicos no período do liberalismo português (1820-1910)», in XI Simposium Internacional de Historia de la Masonería Española (Fundación Práxedes Mateo-Sagasta & Centro de Estudios Históricos de la Masonería Española Universidad Zaragoza, Zaragoza, 2007), 1117-1127.
- ¹¹ A Geração de 70 acrescenta o papel nocivo e hipócrita do padre ignorante como elemento desestabilizador da família, critica o reforço e a politização da confissão, bem como a sobrevalorização do aspeto externo do culto em detrimento da relação direta do crente com Deus, condena o celibato eclesiástico, ataca o ensino religioso, que considerava deficiente e errado para a preparação dos elementos mais novos da sociedade (Ana Isabel Marques Guedes, *Algumas considerações sobre a «questão religiosa» em Portugal (meados do séc. XIX a início do séc. XX). O anticlericalismo e o espírito republicano* (Porto: editorial O oiro do dia, 1990).
- ¹² O anticlericalismo assume uma atitude reactiva, que, segundo Machado de Abreu, “provém directamente da resistência ideológica e político-partidária à progressiva recomposição da presença das ordens e congregações religiosas no país”. Luís Machado de Abreu, “O Discurso do Anticlericalismo Português (1850-1926)”, *Separata da Revista da Universidade de Aveiro* 16 (1999): 135.
- ¹³ Hermann Schreiber & Georg Schreiber, *História e Mistérios das Sociedades Secretas no Mundo Antigo e no Moderno* (Tradução Eurico Douwens, São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1967), 246-247.
- ¹⁴ Pedro Álvarez Lázaro, “Iglesia-Masonería: Génesis y Desarrollo de un Conflicto Inacabado”, in: *Maçonaria, Igreja e Liberalismo* (1994), 129.
- ¹⁵ António Arnaut, *Introdução à Maçonaria* (Coimbra: Coimbra editores, 2001), 75-76.
- ¹⁶ Ferrer Benimeli, *La Masonería* (Madrid: Eudema, 1994), 22.
- ¹⁷ O autor destas Constituições é James Anderson, um pastor presbiteriano e doutor em Teologia, que durante algum tempo foi Venerável numa Loja londrina, encarregado em 1721 pelo duque de Montagu (Grão-Mestre da Grande Loja de Londres em 1721-22) de “examinar, corrigir e ordenar a história, as obrigações e os regulamentos da antiga confraria” dos pedreiros. Deste seu trabalho resultaram as chamadas Constituições de Anderson, publicadas em 1723 com o título de *The Constitutions of the Free-Masons, containing the History, Charges, Regulations and of that most Ancient and Right Worshipful Fraternity* (Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa* (Lisboa: editorial Delta, 1986), Volume I, 67-68.
- ¹⁸ A. Campos Porto, *A Igreja Católica e a Maçonaria: A Decadência do Catolicismo e a sua luta contra a Maçonaria, o Protestantismo e o Judaísmo* (Rio de Janeiro: editora Espiritualista), 13.
- ¹⁹ *Ibid.*, 25.

²⁰ A trajetória de perseguição da Maçonaria no século XVIII desenvolveu-se a partir da promulgação das bulas já aqui referidas dos Papas Bento XIV e Clemente XII. Um dos motivos para essa condenação era o facto de a Maçonaria permitir a união de homens de qualquer religião, o que supõe um perigo evidente para a pureza da religião católica. Os outros aspetos derivam de uma mesma causa: o segredo guardado sob juramento nas reuniões maçónicas consideradas ilícitas e suspeitas, contra o estado e as suas leis. As razões papais assentam nas disposições do direito romano (Dig. 47, tit. 22: De collegiis et corporibus illicitis) contra os collegia illicita, que proíbem as reuniões formadas sem o consentimento da autoridade pública. Importa salientar que a proibição de tal associação do ponto de vista jurídico ajudou a considerá-la e a tê-la por ilícita não só sob o aspeto jurídico-político, mas também sob o aspeto moral (Ferrer Benimeli, *La Masonería*, 40-41)

²¹ Ibid., 42-43.

BIBLIOGRAFIA

Álvarez Lázaro, Pedro, “Iglesia-Masonería: Génesis y Desarrollo de un Conflicto Inacabado” in: *Maçonaria, Igreja e Liberalismo* (1994).

Arnaut, António, *Introdução à Maçonaria* (Coimbra: Coimbra editores, 2001).

Campos Porto, A., *A Igreja Católica e a Maçonaria: A Decadência do Catolicismo e a sua luta contra a Maçonaria, o Protestantismo e o Judaísmo* (Rio de Janeiro: editora Espiritualista).

da Silva Dias, José Sebastião, *Os primórdios da maçonaria em Portugal* (Coimbra, 1986).

de Oliveira, Zacarias, *O Padre no Romance Português*, (Lisboa: União Gráfica, 1960).

de Oliveira Marques, A. H., *Dicionário de Maçonaria Portuguesa* (Lisboa: editorial Delta, 1986), *História da Maçonaria em Portugal* (Lisboa: Presença, 1990-1997).

do Carmo Reis, António, “Maçonaria”, in: *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001)

Franco, José Eduardo, *O Mito dos Jesuítas: Em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX)*, Volume II, (Lisboa: Gradiva editora, 2007).

Ferrer Benimeli, José Antonio, G. Caprile, *Maçonaria e Igreja Católica* (Tradução de V. Alberton, São Paulo: edições Paulinas, 1983), *La Masonería* (Madrid: Eudema, 1994).

Machado de Abreu, Luís, “O Discurso do Anticlericalismo Português (1850-1926)”, *Separata da Revista da Universidade de Aveiro* 16 (1999).

Marques Guedes, Ana Isabel, *Algumas considerações sobre a «questão religiosa» em Portugal (meados do séc. XIX a início do séc. XX). O anticlericalismo e o espírito republicano* (Porto: editorial O oiro do dia, 1990).

Ramos, Rui, “Antimaçonismo”, in: *Dança dos Demónios – Intolerância em Portugal*, coord. José Eduardo Franco (Lisboa: Círculo de Leitores, 2009).

Ribeiro Silva, Francisco, “A Maçonaria e o Liberalismo no Porto”, in: *Maçonaria, Igreja e Liberalismo*, coord. Pedro Alvarez Lázaro (1994).

Santos, Fernanda, «A Ideia de Sacerdote Católico nos textos maçónicos no período do liberalismo português (1820-1910)», in *XI Simposium Internacional de Historia de la Masonería Española* (Fundación Práxedes Mateo-Sagasta & Centro de Estudios. Históricos de la Masonería Española Universidad Zaragoza, Zaragoza, 2007).

Schreiber, Hermann & Schreiber, Georg, *História e Mistérios das Sociedades Secretas no Mundo Antigo e no Moderno* (Tradução Eurico Douwens, São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1967).

Veríssimo Serrão, Joaquim, *História de Portugal – O Despotismo Iluminado (1750-1807)* (Lisboa: Editorial Verbo, 1981).

A Maçonaria, o Indivíduo e a Reforma Protestante

Um Caminho no Sentido do Despertar da Liberdade de Consciência

A Maçonaria não é uma religião, é uma Escola de aperfeiçoamento moral, de cidadania e de convivência ética.

António Arnaut, Introdução à Maçonaria, Coimbra, IUC, 2017, p. 157.

1. O PECADO E O DOMÍNIO DO MEDO DO HUMANO

Tal como há acontecimentos históricos que teriam sempre tido lugar, há também evoluções de mentalidade que, num certo quadro evolutivo, acabariam sempre por ocorrer, qualquer que fosse a ignição que a despoletassem.

Com uma diferença ou outra, era inevitável que mudasse o modo de relação da Igreja Católica com os seus crentes, fundamentada, na sua grande parte, em práticas em torno da definição da morte e das metodologias de atalhe ao que esta implicava teológica e antropologicamente.

O olhar para a morte, naquilo que ela tinha de porta para um julgamento final que definiria quem ressuscitaria para a vida eterna, era cimentada no medo e na negação da vida e, assim, do humano.

Fosse com Lutero no mítico dia 31 de Outubro de 1517, ou fosse com outro qualquer evento ou causa próxima, o paradigma que vinha de um passado assente na ideia de pecado original, estava ferido de

morte pela natureza anacrónica que ele apresentava para muitos dos crentes cristãos.

Na construção do paradigma que era vigente no início do século XVI e que a Europa Protestante irá abandonar, a linha cronológica mais significativa é simples e clara:

- Criação do Tribunal do Santo Ofício em 1184;
- O Purgatório “nasce” por volta de 1185;
- Instituição da obrigatoriedade da confissão auricular é do IV Concílio de Latrão, 1215, onde se afirma a sua obrigatoriedade, caso “*contrário [...] deve-se-lhe proibir o acesso à Igreja e, ao morrer, privá-lo de cristã sepultura.*”;
- Instituição da ciclicidade dos Anos Santos em Roma no ano 1300.

A mecânica de constrangimento mental era assim definida, com força e solidez. A tónica estava no pecado, com o qual se nasce, e do qual a natureza humana em nada se pode

libertar. No máximo, a penitência, nas suas várias formas, ajudará a diminuir a pena por se ter nascido humano.

Tomando nota dos eventos e da cronologia antes indicada, verificamos que o espartilho de liberdade de pensamento é o resultado de pouco tempo na História do Cristianismo, sécs XII e XIII. Mas as práticas nesses séculos instituídas fariam sucesso e seriam vitoriosas. As consequências seriam fortíssimas em muitas das regiões maioritariamente católicas, até hoje.

A expressão, ainda hoje dita no momento em que na Missa o colectivo pede perdão, é significativa, no modelar da consciência, remetendo a culpa, não apenas para os actos, mas para o pensamento, o desejo. É significativo o que muito da nossa população ainda bebe com o leite materno, na missa dominical.

Diz a oração:

Confesso a Deus Todo-Poderoso e a vós, irmãos(a) que pequei muitas vezes por pensamentos, palavras, atos e omissões,

A este trecho acrescenta-se:

Por minha culpa, minha tão grande culpa [...]

batendo com a mão direita no peito, assumindo a culpa por... pensar.

A penitência ganharia inúmeras dimensões e formas para gerir e gerar a economia em torno dessa bela invenção que fora o Purgatório. Não só se cria toda uma dinâmica económica em torno do que se deixa à Igreja como demonstração da fé, como os que ficam ganharão o ónus de manter, *ad eternum*, missas e novenas que permitirão ao defunto, não em corpo mas em espírito, ter uma mais breve passagem por esse lugar que é de purga.

No fundo, ganha-se a benesse de poder sofrer ou pagar, fazendo com que se crie uma linha de esperança para os defuntos que, ainda não estando condenados, não têm uma salvação certa.

Como tão bem conhecemos na imagética de Hieronymus Bosh, dando visibilidade à imagética maturada desde Dante, o Purgatório é o espaço de espera em sofrimento até ao Juízo Final, que pode ser coadjuvado pela intercessão dos que, junto da Igreja, podem obviar a esse sofrimento.

Ainda no século XXI, o devocionário de N. Sra. de Fátima, feito com base nas experiências dos Pastorinhos, afirmava que a oração deverá ser dedicada às “almas do purgatório, especialmente pelas mais abandonadas”.

A responsabilidade dos que ficam ainda é garantia da possibilidade de, com o sofrimento, se ser a solução para a salvação dos que estão no Purgatório.

2. LUTERO, A LIBERTAÇÃO DO INDIVÍDUO E O ADVENTO DA RESPONSABILIDADE

Quando em 1517 Martinho Lutero afixa as famosas 95 Teses, a sua grande preocupação é exactamente

esta: as mecânicas instituídas que supostamente davam a salvação à custa de um medo remendo de uma condição humana que era demoníaca.

A Reforma seguirá outras vias de reflexão e de debate que lhe darão uma consistência identitária ainda mais sólida. Mas as primeiras dezenas de pontos desses 95 andam apenas em torno de um mesmo aspecto que se apresenta através de 3 questões:

«Fosse com Lutero no mítico dia 31 de Outubro de 1517, ou fosse com outro qualquer evento ou causa próxima, o paradigma que vinha de um passado assente na ideia de pecado original, estava ferido de morte pela natureza anacrónica que ele apresentava para muitos dos crentes cristãos.»

- Valem as obras para a contabilidade da salvação?
- São os Padres intermediários no processo de remissão dos

pecados, avaliando e absolvendo?

- Depois de falecido, está encerrado o processo de “contabilidade” com Deus?

Lutero consegue fazer um jogo que, ao primeiro olhar, pode parecer impossível de conciliar. Por um lado, o ainda monge Agostinho coloca em causa todo um grupo de práticas e de crenças que se materializavam especialmente em torno das indulgências, uma verdadeira mecânica de desagravo da responsabilidade, podendo o crente recorrer, a qualquer momento, ao sacerdote ou a uma qualquer forma de compensação (peregrinação, pagamento de indulgência, etc) para se limpar das faltas cometidas.

Por outro lado, ao centrar a salvação, não nas obras que se compram à igreja, mas na fé que se demonstra quotidianamente, como que volta a sacralizar o dia-a-dia, fazendo com que todo e qualquer gesto possa ser definidor da uma possibilidade de salvação.

Nada fica fora de uma moral que, sendo cada vez mais pessoal, se aplica a uma visão universal do mundo onde se vive. Estamos, obviamente, na época do nascimento da chamada Ciência Moderna, assim como no início da construção do Estado Moderno e do aparelho judicial que o suporta, através de uma certa uniformização legal que é possível com o absolutismo régio.

3. O UNIVERSAL EM VEZ DO CASUÍSTICO

A época, e o seu espírito, é o da procura de conhecimento que não seja pontual, casuístico, mas sim universal, geral. Deus, o máximo da Ordem, não dá, caso a acaso, a seu belo prazer.

A responsabilização individual que Lutero lança com a Reforma, vai implicar profundas alterações na forma de ver o mundo e o outro, de viver: desaparece o milagre

individual, o que advém da fé e da teologia é universal e não casuístico; O sagrado passa a ser Lei e não economia de troca ao sabor de vontades.

Está aberta uma nova possibilidade de salvação, agora num muito mais claro patamar de Igualdade. Os bens de cada um em nada influenciam a salvação pela possibilidade de a pagar.

Obviamente, uma nova ética do trabalho irá nascer, com uma

Vias há que, no Protestantismo, irão valorizar a questão da riqueza como demonstração da eleição, um dom que é marca da salvação predestinada. Contudo, Lutero apenas abrirá a porta para que o trabalho, na medida em que é parte do quotidiano, seja mais um campo onde a coerência da fé se espelha na vida do dia-a-dia, tal como Deus o fez na Criação.

A esta igualdade de oportunidades, conseguida sem o recurso à compra de indulgências, Lutero juntará

Deus, a aferição desse caminho de salvação. Isto é, à Igualdade juntamos a responsabilidade que, não existindo num quadro estático, é inquieta, criativa, teologicamente especulativa.

O crente cristão tocado pela Reforma Luterana está como que pronto para se tornar cidadão, abandonando uma relação que, quer com Deus, quer com as autoridades, será cada vez menos de subalternização. A vontade individual. A pesquisa. A busca, serão a marca da Modernidade, mesmo quando os absolutismos marcarem o Iluminismo.

4. EPÍLOGO

É, na minha leitura, o quadro mental em que se vai desenvolver a possibilidade maçónica como a conhecemos hoje, ao longo dos séculos XVI e XVII, culminando no seu desabrochar no XVIII. Um espaço mental marcado pela coerência de uma visão do mundo, plenamente herdeira de um quadro que apenas concebe o Homem se ele fizer parte de um equilíbrio mais vasto, de Leis Universais, das quais comunga e com as quais se governa.

Um mundo agora marcado pela *racio*, a demonstração de que as leis são universais e podem ser atingidas pelo vulgar indivíduo que a isso se predisponha como projecto de vida.

A vontade da construção, num quadro de leis conhecidas, com um desígnio de aperfeiçoamento individual dentro de um colectivo é, talvez, uma das mais interessantes heranças de Lutero. Talvez esta definição em muito preencha o que eu entendo por Maçonaria. ❶



Martinho Lutero (1483 – 1546)

dimensão muito forte ligada à produtividade, porque essa valorização do indivíduo implica a validação da justificação da vida.

Se Deus criou o mundo, o Homem tem de continuar essa criação e tem de gerar riqueza gerindo o legado que lhe foi entregue no Éden, aproximando muito mais este novo cristianismo do judaísmo.

ainda, em termos de estrutura de mentalidades, a higienização dos critérios.

Não só esses são universais, como o serão as leis mecânicas e o método científico, como, permitindo uma igualdade que remete para a origem, para a relação primeira com o criador, é da responsabilidade de cada um, na sua directa relação com

Desafios éticos no mundo atual

Da nebulosa da vida à universalidade de uma ética universal

Comunicação apresentada no Colóquio da GLFP em Maio 2015

O que hoje gostaria de mostrar é que a Maçonaria, pelo seu ensinamento, pela sua expressão pública, pela comunicação e transmissão, pela interiorização do ritual e pela tradição na qual se alicerça, é uma instituição de concepção e de construção ética - uma ética de reconhecimento, uma ética de responsabilidade e de partilha, que permite estruturar uma ética humanista e universal.

É também meu propósito (sempre e veladamente partindo do ritual e a ele regressando enquanto texto estruturante do caminho...) afirmar que é exactamente nessa ética que se situa o sentido mais profundo da vivência maçónica.

Desde logo porque, creio, é a ética que anima as nossas expectativas relativamente às profanas, tanto quanto, muitas vezes, habita as suas próprias primeiras inquietações e reflexões.

O que procura uma profana quando bate à porta do Templo? O que procuramos numa profana a quem decidimos abrir a porta?

A sociedade conta e precisa de mulheres capazes de agir. Para a mulher maçona, o trabalho em Loja deve ser a fonte de inspiração para aprender a utilizar as suas forças

nessa acção, mas é a própria sociedade - e não apenas a Maçonaria - que pede mulheres que "construam o mundo", e que o façam de acordo com a divisa de que somos arautas mas que, não duvidaremos, é - deveria ser -, em si mesma, de vocação universal: Liberdade, Igualdade, Fraternidade.

Neste contexto, quais os critérios que devem presidir ao recrutamento? Quem deve aceder aos nossos Templos? (Refiro-me ao Quem greco-arendtiano, aquele que, pelas suas palavras e acções, se apresenta no mundo e o enriquece com a sua individualidade).

Não há para esta pergunta, naturalmente, uma resposta completa, mas não se hesitará em assentar que a intolerância e o desrespeito pelos nossos princípios deverão pôr-nos de sobreaviso e proteger-nos da "tentação" - presunçosa, diria - de admitir certas profanas na esperança de que as conseguiremos (re)formar, modificar o seu íntimo e convicções.

O crivo é, na verdade, gradual, não cessa no momento da concessão da Iniciação, pois que, ainda no gabinete de reflexão, se ausculta o compromisso com uma conduta ética, ao incumbir a postulante de responder a perguntas como "quais os seus deveres para consigo própria, a pátria e a humanidade" e ao pedir-lhe que assine de novo, com uma menção manuscrita "lido e

aprovado", a Obrigação onde se podem ler os nossos princípios.

É que, em rigor, esse compromisso não deve, não pode começar na nossa companhia. Sábias são as palavras de António Arnaut: "*a Maçonaria, fiel à sua vocação, não existe para transformar maus profanos em bons maçons, mas para transformar bons profanos em bons maçons e, por isso, melhores profanos*".

Fundamental, pois, será saber que experiências, que vivência pode trazer-nos a candidata; que tem ela para partilhar connosco e quais são as suas expectativas ao ser aceite.

Na minha perspectiva (não académica, de mulher, cidadã e maçona que tem evoluído ao longo de 28 anos de caminho e perseverança, com algumas crises de crescimento), a Maçonaria é, acima de tudo, um lugar de reflexão, um lugar de auto-questionamento onde nos tornamos "espectador(es) olhado(s) e soberano(s) submetido(s)", na feliz expressão de Paul Ricoeur.

Só nessa tensão, só nessa duplicidade de ser quem faz as perguntas e lhes responde - que é o traço distintivo da consciência - poderemos ir mais longe. Depois, boa viagem!, entre o Templo e o Tempo, entre o Individual e o Colectivo.

Saberemos trabalhar, cada uma à sua maneira, na polis: é daí que advém, afinal, o que em nós e na viagem há

de vocação transformadora da Humanidade. Deveremos, pois, antecipar na profana uma parceira que, ao progredir, nos incite, a todas, a progredir também; deveremos procurar na sua forma de pensar, na sua análise pessoal dos grandes problemas da sociedade, a sua ética de vida.

A profana, por seu turno, tem habitualmente a ideia (apesar da nossa por vezes sombria imagem pública...) de que aqui encontrará pessoas irrepreensíveis, que se integrará num grupo onde pode partilhar e debater temas específicos e que não encontrará no nosso seio os conflitos que perpassam o mundo profano. Não tardará muito a constatação de quão longe estamos da perfeição. É, convenhamos, se formos sérios, uma constatação partilhada!

A ela e a nós sempre aguardarão momentos de decepção e desalento, o zunido, o socrático moscardo da dúvida: terei feito a escolha acertada? Mas é essa incerteza - se a soubermos gerir e digerir - que de imediato nos remete para o também socrático “conhece-te a ti mesmo”. Saibamos lidar com a ironia que fragiliza e fere, e encontraremos o rosto generoso da maiêutica que redime.

Obrigando à reflexão, ao trabalho introspectivo sobre as desilusões, é o próprio choque com o real que pode vir a fornecer-nos as ferramentas com que ultrapassaremos a crise, assim transformada em oportunidade.

Entendamo-nos: a maçonaria não desilude, outrossim há maçons e maçonas, entre eles nós próprias, que desiludem. E é nesses momentos de desilusão que o que a Maçonaria tem para nos conceder é a esperança, a mesma esperança que simbolicamente impregna o momento inaugural do Gabinete de Reflexão.

Os seres passam e desaparecem: “não somos sendos, somos acabandos” - a expressão é, creio, de

Matias Aires, filósofo português. A essência, essa, permanece, razão pela qual a Maçonaria vem atravessando os tempos e as gerações, por séculos, sem perder o seu carácter iniciático e fraterno.

«A sociedade conta e precisa de mulheres capazes de agir. Para a mulher maçona, o trabalho em Loja deve ser a fonte de inspiração para aprender a utilizar as suas forças nessa acção, mas é a própria sociedade - e não apenas a Maçonaria - que pede mulheres que “construam o mundo”...»

Pelo trabalho de rectificação e de aperfeiçoamento contínuo, que alicerçamos na nossa divisa e nos valores que nos escoram, damos o nosso contributo à humanista cadeia de união que faz da nossa ordem uma instituição perene.

Gostaria de sublinhar que a ética não se resume ao respeito pelos códigos sociais e das leis, não se limita a temas como a corrupção, ou a manipulação genética. Há sobresalto ético nas práticas e discursos

políticos que propagandeiam como parasitária a mais elementar solidariedade geracional ou económico-social. Há repulsa ética em usos e costumes culturais que ferem a dignidade humana.

Num certo sentido, a ética não é um saber. E se é verdade que também se constrói na troca de opiniões (porque uma opinião é uma perspectiva sobre o mundo), ela é, antes de mais, um agir, a manifestação de um estar que se concretiza por pensamento e posicionamento pessoal.

Falemos, então, não de ética, mas de comportamento ético que aplica à acção os valores que nos habitam, de permanente conquista, por oposição a um dado adquirido e estático.

Os nossos instrumentos são, eles mesmos, fontes inesgotáveis de questionamento: na busca da descodificação do seu simbolismo. A Maçona vai tomando consciência de que, paralelamente a um nunca terminado crescimento pessoal e à participação colectiva na felicidade comum, existe a necessidade de uma coerência e consistência ética.

Encontrá-la-á no esquadro e na sua rectidão, na justa medida do compasso, em todas as horas que a régua simula, no conhecimento de si inerente ao fio-de-prumo, no olhar o Outro como igual que o nível nos propõe.

A Fraternidade que deve germinar em Loja, materializada quer na coluna de harmonia que faz acontecer a egrégora, quer nos ágapes que congregam, integram essa ética como “modo de ser”, comportamento habitual que, junto com os princípios veiculados pelos rituais, dá sentido à progressiva transformação da Iniciada em Maçona.

Ser “Mulher Livre e de Bons Costumes” implica o desbaste permanente da pedra bruta, o aperfeiçoamento da pedra polida, o esforço constante de integração no edifício universal.

É este um trabalho livremente consentido, disciplinador da palavra e do gesto através do ritual, com o propósito de nos convidar à elevação e a empreender um trabalho de participação social cuja matriz transformadora tem a sua raiz em templo, e como substantivos essenciais a construção, a acção e a coragem, a honestidade criadora, a sinceridade, a tolerância.

É em templo (e exactamente pela constatação do estado do mundo) que, mais que suportar, ultrapassar ou sofrer os acontecimentos que “vemos, ouvimos e lemos”, forjamos a convicção que faz apelo a um sentimento de justiça, que permite construir a nossa própria liberdade.

Essa convicção resulta numa vontade real de usar a liberdade de “estar no mundo” e de viver em conformidade com as obrigações que decorrem do trabalho de si no colectivo. Assim se fundamenta, na essência, o respeito por si própria, pelos outros, em liberdade absoluta de consciência.

Entre as Irmãs e Irmãos esse respeito não pode ser senão mútuo, em reciprocidade activa, pois que o reconhecimento do Outro reside na liberdade individual de cada um estabelecer as suas convicções.

Por esse respeito se conciliam tendências, escolhas que nas diversas e diferentes Lojas e Ritos encontram corpo, e alma, e voz. Com respeito se caminha em conjunto, na senda dos que nos antecederam, na promessa dos que se nos seguirão.

Em respeito se partilha e alimenta a esperança da aristotélica “vida boa”, que era para o Grego a vida feliz e digna, ou “com e pelos outros, nas instituições justas”, como preferiu Ricoeur. E em respeito se demanda a realização espiritual que encontra as suas raízes numa transcendência sem rótulo, capaz de generosamente acolher todas as aspirações.

Não é senão o respeito, enfim, a base do comportamento das maçonas e que promove que, em Loja, a

aceitação da outra seja naturalmente vivida, numa relação de equidade e igualdade, ainda que com graus e qualidades inerentes a uma Ordem Iniciática – reforçando os laços de pertença.

Porque fora e dentro, MM:QQ: Irmãs e Irmãos, só aparentemente se distinguem e opõem. Recordemo-lo sempre.

Se a alavanca é ponto de apoio a partir do qual poderei levantar o

«A maçonaria não desilude, outrossim há maçons e maçonas (...) que desiludem. E é nesses momentos de desilusão que o que a Maçonaria tem para nos conceder é a esperança, a mesma esperança que simbolicamente impregna o momento inaugural do Gabinete de Reflexão.»

Em conjunto com os outros membros da Loja, praticam-se os mesmos rituais, e, portanto, num quadro de símbolos e significantes comuns especificamente ordenado, “thesaurus” e “corpus” que estruturam e alimentam os referentes éticos da Ordem. E então, “em Paz e sob a lei do silêncio” partimos para vida de todos os dias.

Ora, não é senão neste trânsito, no dever de “levar para fora a obra começada no Templo”, que o carácter universal de uma ética maçónica começa a esboçar-se. Fora do templo, a preocupação de uma Maçona deve ser a de sentir responsabilidade.

Responsabilidade porque, se, até ser Iniciada, o que fazia de certo ou errado se reflectia apenas na sua própria esfera pessoal, agora, Iniciada em Liberdade, aceite essa Responsabilidade, torna-se evidente que, mesmo a coberto, a sua vida pública não a implica só a ela, mas à Obediência, pelo que deve estar ainda mais atenta a si própria e espelhar na sua acção uma ética que cultiva e aprofunda no trabalho maçónico.

mundo, não serve, não pode servir, fora ou dentro, o oportunismo, o desvio, a opacidade de algumas ambições. Qual é, então, o desafio da Maçonaria?

Neste mundo conturbado, fomos sendo capazes das maiores aventuras de modernidade nos planos científico, técnico e intelectual, afirmando valores e ideias que coroamos como marcos civilizacionais, comungando da generosa vontade de a todos garantir igualdade de oportunidades, a todos abrindo as portas de um futuro mais promissor, exercitando a tolerância e a liberdade.

A sombria verdade, contudo, parece ser que, no contexto actual, se foi perdendo neste oceano de esperança a capacidade para recuperar tudo o que milita a favor dos mais nobres objectivos que, enquanto indivíduos e maçons, nos propomos: ao contrário, há a sensação de esboroamento das traves-mestras do sedutor edifício humanista cuja construção tomamos por adquirida e de solidez inquestionável.

Por isso afigura-se-nos que o maior desafio ético no mundo em que vivemos, usando da expressão que dá o mote a este painel, é o de sermos

capazes de retomar uma educação para os valores, sermos exemplo que illustre os méritos de inquestionáveis condutas éticas, compatíveis com as necessidades culturais e identitárias das sociedades, assim como com as suas exigências.

Temos, neste sentido, uma vocação irremediavelmente Política, não, evidentemente, no sentido partidário, mas no tom clássico, grego, de termos a obrigação de agir e de nos preocuparmos com tudo o que concerne a polis.

A “máquina” e o “sistema” que o liberalismo e a globalização inventaram fazem com que o cidadão (mesmo o que vota), por alheamento, demissão e abstenção, transfira para outrem a capacidade de decisão, libertando-se de obrigações que de todo em todo não deseja assumir.

Quem é eleito, abusando dessa lógica, não respeitando nem cumprindo a “ética da responsabilidade”, para usar a terminologia de Max Weber, ilude as suas próprias competências, subverte a sua relação com quem os escolheu e, de forma gradual, mas acelerada, vai corroendo os pilares da democracia, do Estado de Direito, da representatividade e da confiança.

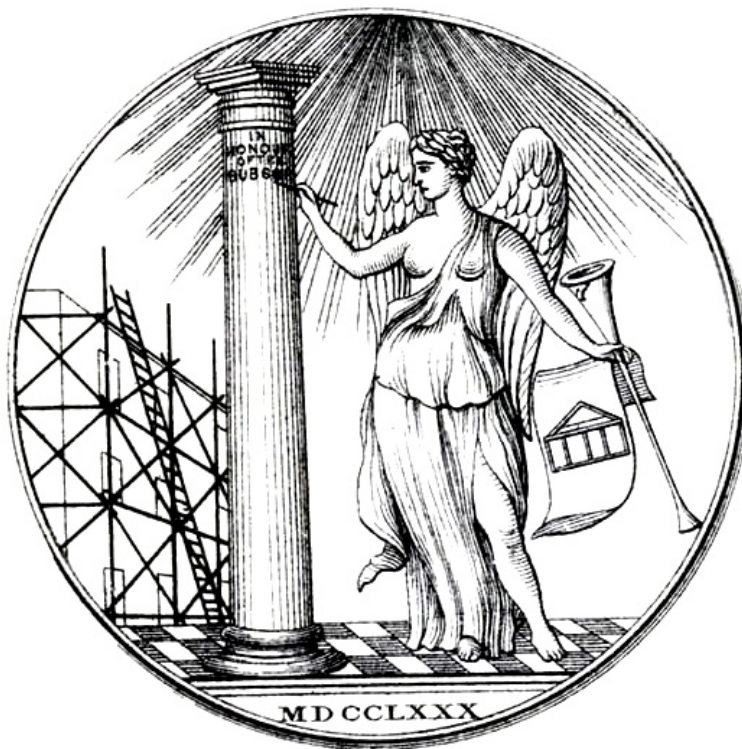
Tudo isto conduzirá a um divórcio cada vez mais acentuado entre os eleitos e os cidadãos que, desrespeitados nas suas aspirações e legítimos anseios, tendem a generalizar a ideia, perigosa, de resto, de que ninguém é susceptível de merecer a sua confiança porque, como repetem, “são todos iguais”.

Se a Maçonaria é, antes de mais, uma Ideia, nem por isso é uma coisa abstracta: corre-lhe nas veias sangue de gente, de mulheres e homens que olham o mundo. Às vezes interrogo-me se essa visão não está míope e desconforme à nossa missão. Onde andamos? O que fazemos?

Como honrarmos as e os nossos “egrégios avós”? Não tenho, a este respeito, grandes dúvidas: assumindo a nossa presença, mesmo a

coberto, isto é, com a consciência de que as escolhas que fazemos, as fazemos (publicamente confessando ou não) como Maçons.

Participemos, pois, não só na construção de um mundo guiada pela nossa utopia, mas também como elemento de resistência a tudo o que se anuncie como regressão em matéria de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, de paz social, da Política, da dignidade do existir.



Sem nos darmos conta, ou quase, hoje temos como irredutível a “Europa da Coesão”, a “Europa dos Cidadãos”, a “Carta Social Europeia”, o “Princípio da Subsidiariedade”, a “Europa da livre circulação de cidadãos”... Outros interesses calcorream estes caminhos, sobrepuseram-se-lhes, e colocam-nos a nós, a todos nós, nas margens do desencanto e da desilusão.

Não há, sob a Acácia, lugar para o repouso! É urgente reviver, MM.: QQ.: Irmãs, MM.: QQ.: Irmãos. O essencial - dizia o outro - é invisível

aos olhos. Quem dera às maçonas e maçons que somos - quis dizer-vos - fôssemos reconhecidos “como tal”, entre nós e por todos, concidadãos a quem jurámos estender os nossos laços de fraternidade, por mais que um lustroso pin na lapela (ou no avesso dela, para os que desta nossa condição guardam a intimidade).

Dentro e fora do templo, do meio dia á meia-noite e da meia-noite ao meio dia, acolhamos o vento do pensamento, insuflemos com ele as

velas da acção, dissipemos a nebulosa da vida, na demanda da luminosidade que promete a ética maçónica universal.

Há um quê de Sísifo nestes deveres que livremente nos impusemos? Então: “Que os nossos corações se aproximem, assim como as nossas mãos”, e talvez seja possível “imaginar Sísifo feliz” 

Do trono de Salomão à soleira do Papa

Um ensaio sobre Liberdade e Tolerância Religiosa na Maçonaria

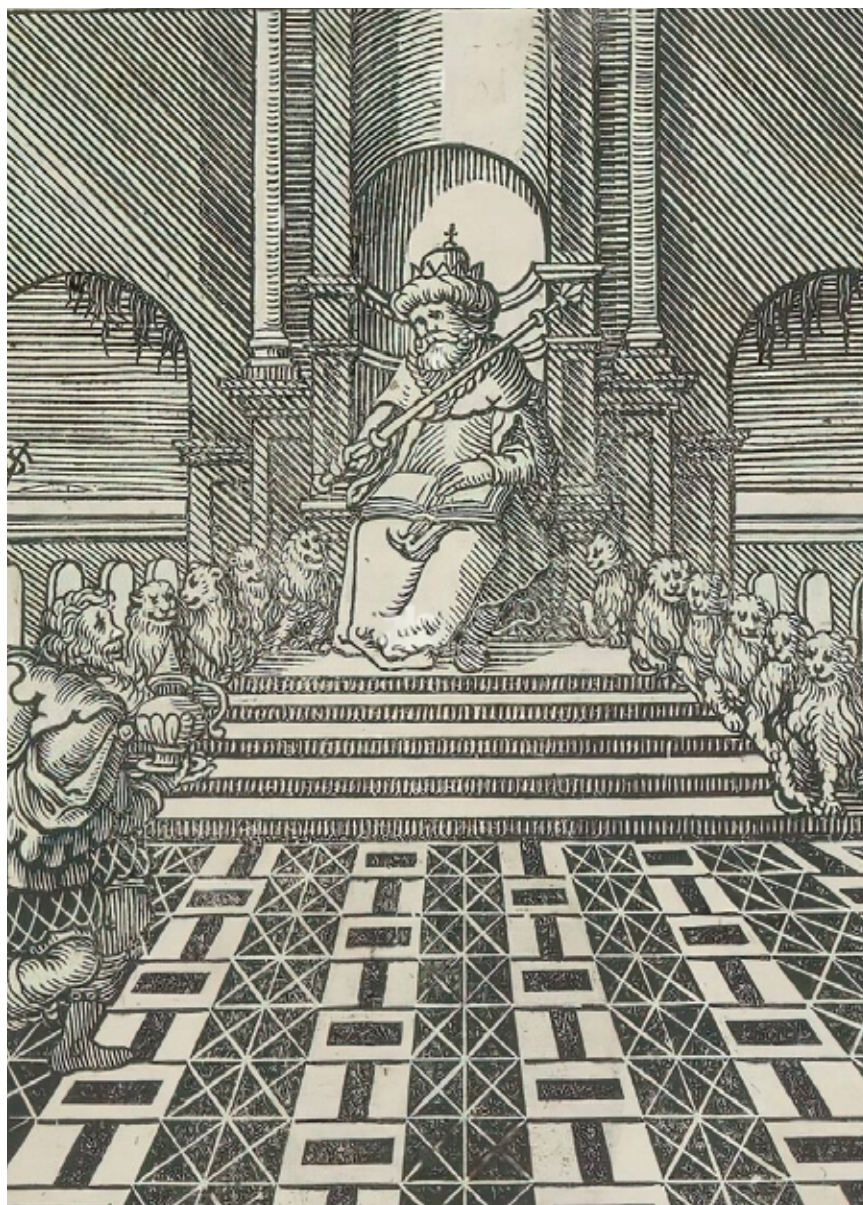
INTRODUÇÃO

O início do mês de setembro de 1874 parecia ser mais um período comum na Grande Loja Unida da Inglaterra - GLUI. A Maçonaria era uma instituição poderosa no então Império mais poderoso do mundo.

Gozava de prestígio social, exercia sua autoridade sobre todas as Grandes Lojas provinciais e coloniais e tinha entre seus membros muitos nobres, inclusive o príncipe herdeiro e seus imediatos na linha de sucessão, além de clérigos, industriais e homens de classe média alta, formando uma vasta rede de cidadãos por todo o Império Britânico.

A Maçonaria representava um baluarte de valores tipicamente britânicos: a defesa da liberdade de consciência, da liberdade de religião, da liberdade de expressão, da liberdade económica.

O seu Grão Mestre desde 1870 era George Frederick Samuel Robinson, mais conhecido como Marquês de Ripon, estrela ascendente do Partido Liberal², membro de família inglesa tradicional, cristão anglicano e proeminente em todos os governos liberais desde 1861. Era inclusive membro do Conselho Privado da Rainha e, de 1868 até 1873, Presidente do Conselho de Ministros sob o governo do Liberal Gladstone.



O Trono de Salomão, por Paets, (1645 - 1646)

E, voltando ao ano de 1874, foi no dia 2 de Setembro desse ano, nas vésperas do começo da Sessão trimestral da GLUI, que o Grão-Mestre, Marquês de Ripon, surpreendeu a todos com uma sucinta carta de renúncia:

Caro Grande Secretário –

Cumprimento-me comunicar-vos que me acho presentemente inabilitado a preencher por mais tempo o cargo de Grão Mestre, à vista do que, nas mãos dos Membros da Grande Loja, eu dele me exonero. Exprimindo-vos nesta meus sinceros agradecimentos pela amabilidade que sempre recebi, sinto profundamente o desgosto que causará a minha renúncia.

Seu, com toda a consideração, Ripon

(The Roman Catholic Freemason: past, present and future, MELLOR, 1972)³

A renúncia caiu como uma bomba na Assembleia. Ripon era um homem jovem – tinha 46 anos à época – e gozava de boa saúde e de excelente reputação como maçom e Grão Mestre.

A carta não enunciava as razões da renúncia, o que causou perplexidade. A dúvida permaneceu no ar até que o jornal londrino Times, na sua edição de 5 de setembro, revelou que Lorde Ripon se convertera à Igreja Católica Apostólica Romana, fidalga inimiga da Maçonaria e símbolo de tudo o que inglês médio rejeitava.

A reação à conversão foi violenta: Ripon foi atacado em jornais e discursos, tratado como um traidor da Maçonaria e da Inglaterra. De outro lado, os católicos consideraram a conversão como uma grande vitória contra a Maçonaria e o Protestantismo.

O conflito entre a Igreja e a Maçonaria, iniciado no século XVIII, atingiu seu ápice nas últimas décadas do século XIX, razão pela qual o caso de Ripon, hoje quase esquecido, merece ser lembrado,

tanto pelos seus contornos, quanto pelas suas consequências.

BREVE BIOGRAFIA DO MARQUÊS DE RIPON

George Frederick Samuel Robinson, o futuro Marquês de Ripon, nasceu em 24 de outubro de 1827, no nº 10 da Downing Street em Londres. O pai, Frederick John Robinson, Visconde de Goderich (transformado em Conde de Ripon em 1833) era no momento Primeiro-Ministro do Império.

O futuro Marquês foi educado em casa, nunca tendo frequentado escolas ou universidades, por conta dos temores da sua mãe sobre a sua saúde. Dois dos seus irmãos morreram em tenra idade, antes mesmo do seu nascimento.

Apesar das limitações da mãe como educadora, o jovem desenvolveu gosto pelos estudos e leitura (WOLF, 1927). Casou-se no ano de 1851 com Henrietta Vyner (1833- 1907), neta de seu tio paterno, o Conde de Grey, tendo tido com ela um único filho, Frederick (1852 – 1923).

Ao contrário de seu pai, um conservador (Tory), o jovem George era um radical (Whig originalmente, depois Liberal), adepto de um estilo de socialismo cristão, especialmente após as Revoluções de 1848 e da exposição dos aspectos mais ultrajantes da pobreza dos operários ingleses, tornando-se entretanto, cada vez mais moderado com o passar do tempo ⁴.

A sua primeira posição de Estado foi a participação, ainda jovem, numa comitiva diplomática designada para Bruxelas, na Bélgica, em 1849. Foi eleito para a Câmara dos Comuns em 1852, passando à Câmara dos Lordes em 1859 quando, por força da morte do pai, herdou o título de Conde de Ripon.⁵

Foi nomeado Subsecretário da Secretaria de Guerra entre 1859 e 1861 e entre 1861 e 1863, ocupando, por um breve período em 1861, o

cargo de Subsecretário de Estado para a Índia.

Em 1863 foi nomeado Secretário da Guerra, cargo que ocupou até 1866. Com a ascensão de William Gladstone (1809 – 1899), do Partido Liberal, ao posto de Primeiro Ministro, Ripon foi nomeado em 1868 como Lorde Presidente do Conselho de Ministros, o quarto posto mais alto do Império, ocupando-o até 1873.

«Isabel I passou a exigir de todos os que tivessem um cargo público, um juramento de lealdade ao monarca como Chefe da Igreja em Inglaterra (o que era impossível aos Católicos, pois implicaria incorrer ipso facto em apostasia), sob risco de incorrer nas penas do crime de traição.»

Também presidiu a Comissão Plenipotenciária que foi aos Estados Unidos negociar o Tratado de Washington, resolvendo pendências existentes entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, sendo indicado, por esta razão, para receber a Ordem da Jarreteira, a mais alta Ordem de Cavalaria inglesa.

CARREIRA MAÇÓNICA DE RIPON

Como boa parte da elite britânica do século XIX, Ripon foi iniciado na Maçonaria. Tendo manifestado previamente o seu interesse em carta ao maçom John Sykes. Em abril de 1853, foi escrutinado e aprovado, sendo iniciado no Grau de Aprendiz Maçom no dia 17 de maio de 1853, na Loja Verdade 7636⁶, em Huddersfield, Yorkshire.⁷

Ripon foi um maçom bastante ativo. Passou a Companheiro no dia 12 de Outubro de 1853 e foi elevado a Mestre no mês seguinte. Em 1854, foi eleito Primeiro Vigilante, e em junho de 1855, Ripon, aos 27 anos de idade, era instalado como Venerável Mestre da Loja.

Em 1861, já como membro da Grande Loja Provincial de Yorkshire Ocidental, Ripon sucedeu ao recém-falecido Grão Mestre Provincial, o Conde de Mexborough, e a sua gestão foi muito benquista na província.

Lucien Wolf, biógrafo de Ripon, relata que muitas Lojas da Província ainda tinham, na época da publicação da biografia (1921), placas comemorativas da gestão, com excertos dos seus discursos maçónicos.

Também em 1861, Ripon foi apontado para o posto de Grão Mestre Adjunto da Grande Loja Unida da Inglaterra, indicado pelo Conde de Zetland, então Grão Mestre. Em 1870, com a renúncia do Conde de Zetland por razões de saúde, Ripon ascendeu ao Grão Mestrado da Grande Loja Unida de Inglaterra, o ápice da sua carreira maçónica, tomando posse no Trono de Salomão no dia 2 de março de 1870.

Durante sua gestão, o Príncipe de Gales – o futuro Rei Eduardo VII (1841-1910) – ingressou numa Loja londrina. Já havia sido iniciado maçom sob os auspícios do Rei da Suécia, alguns anos antes, e tornou-se Grão Mestre Adjunto da GLUI.

Dois príncipes reais, irmãos de sangue de Eduardo, também foram iniciados na sua gestão: o Príncipe Arthur, Duque de Connaught, que depois viria a ser Grão-Mestre da GLUI entre 1901 e 1939, e o Príncipe Leopoldo, Duque de Albany.

Segundo Lucien Wolf, a gestão de Ripon foi bastante prolífica, tendo sido emitidas cartas constitutivas a 216 novas Lojas, número maior do que alcançado na gestão de qualquer de seus predecessores.

Foi também o primeiro Grão Mestre inglês a visitar os Estados Unidos, sendo recebido num banquete maçónico promovido pela Grande Loja de Massachussets, com a presença de representantes de todas as Grandes Lojas americanas.

Para entendermos o contexto da conversão religiosa de Ripon é preciso, pois, conhecer o contexto histórico da posição da Igreja Romana e da Maçonaria na sociedade inglesa, e das relações entre a Igreja e a Maçonaria.

A IGREJA CATÓLICA EM INGLATERRA

Desde o rompimento do Rei Henrique VIII com a Igreja Católica Romana, em 1534, a posição da Igreja na sociedade inglesa não era exatamente fácil. A tentativa da herdeira da coroa de Henrique, a Rainha Maria, de restaurar a comunhão da Igreja Anglicana com a Igreja Romana, resultou em períodos de instabilidade e acabou revertida por sua sucessora, Isabel I.

Adicionalmente, esta passou a exigir de todos os que tivessem um cargo público, um juramento de lealdade ao monarca como Chefe da Igreja em Inglaterra (o que era impossível aos Católicos, pois implicaria incorrer ipso facto em apostasia), sob risco de incorrer nas penas do crime de traição.

Isabel I faleceu em 1603 e não deixou nenhum sucessor na casa dinástica dos Tudor, que foi então

substituída pela Casa dos Stuart. Inglaterra viveu tempos turbulentos desde então, incluindo uma Guerra Civil (1642-1651), e os católicos – chamados jocosamente de “papistas” – frequentemente eram alvos da suspeita geral.⁸

O Rei Carlos II (1630-1685) tentou efetivamente levantar as restrições contra os católicos, nutrindo não tão veladas simpatias pela Igreja Romana⁹, no que sofreu forte resistência política.

O seu irmão, Jaime II (1633-1701), um católico declarado, sucedeu-lhe no trono, e tentou trazer a liberdade religiosa para os católicos e protestantes não conformistas¹⁰ em Inglaterra.

Tentou fazê-lo através do aumento do poder central do monarca, e à revelia do Parlamento, mas isso resultou em temores de Absolutismo, que levaram à sua deposição na chamada “Revolução Gloriosa” de 1688, sendo substituído no trono por Guilherme III, da Casa de Orange.

Esta Revolução, marco da luta contra o absolutismo monárquico, representou, por outro lado, um retrocesso nos direitos civis e políticos dos católicos ingleses, que ficaram proibidos, por mais de um século, de votar e serem votados, de ocuparem cargos na Justiça, de se tornarem oficiais das Forças Armadas e até de possuir armas e cavalos “adequados à cavalaria” (BERMAN, 2013).

Qualquer um que se casasse com um católico ficaria também automaticamente excluído da linha hereditária do trono inglês, impedimento que somente foi alterado em 2013. Os Jacobitas, partidários do Rei deposto, rebelaram-se na Escócia e na Irlanda, mas as tentativas acabaram rechaçadas nos campos de batalhas.

Jaime II, exilado na França, continuou a reclamar o trono, mas com a morte de seu filho Jaime III, em 1766, a Igreja Católica reconheceu os direitos dinásticos da Casa de

Hanover, que ascendeu ao trono inglês com Jorge I, em 1714.

Os católicos foram conseguindo reaver seus direitos de maneira progressiva, somente com uma série de leis ao longo do século XVIII, culminando com a Lei de Emancipação de 1829¹¹, que levantou quase todas as restrições legais existentes contra os católicos, restando o preconceito social numa sociedade maioritariamente protestante.

A ESCALADA DO CONFLITO

Este período histórico coincidiu com a decadência da Maçonaria Operativa, de tradição católica, e a ascensão da Maçonaria Especulativa, fortemente influenciada pelo iluminismo anglo-saxão, que culminou com a formação da Grande Loja de Londres e Westminster (ou “Grande Loja dos Modernos”, como depois ficou conhecida), em 1717.

A Maçonaria britânica do início do Século XVIII emergira como uma fraternidade aberta a cristãos de todas as correntes, uma vez que não

se definia como uma religião ou partido político, mas sim como um espaço de sociabilidade onde homens de classes e crenças diferentes poderiam sentar-se como iguais e conversar, indiferentes às pressões do mundo exterior.

O ethos maçónico era, em princípio, de que entre irmãos as diferenças políticas, sociais e de crenças eram indiferentes. Isso não impedia, naturalmente, que as Lojas também acabassem por reproduzir internamente as facções e dissensões externas.

No contexto inglês, isso significou que ao mesmo tempo que a Maçonaria recebia católicos e protestantes, dentro da Obediência formaram-se Lojas maioritariamente partidárias dos Jacobitas¹² ou dos Hanoverianos (STEVENSON, 1988).

Da mesma maneira a ascensão em 1721 ao Grão Mestrado de John Montagu, 2º Duque de Montagu, marcou a proeminência da nobreza inglesa no comando da Maçonaria, pois Montagu foi o primeiro aristocrata Grão Mestre, e desde então somente aristocratas ocuparam esse posto.

Não obstante estes detalhes, a Maçonaria continuou a ser um dos poucos espaços em Inglaterra na qual um católico poderia ocupar posições de relevância. De facto, pelo menos quatro católicos ocuparam o Grão Mestrado da Grande Loja dos Modernos no Século XVIII: Em 1722, Felipe Warthon, 1º Duque de Warthon¹³; Em 1730, Duque de Norfolk (1683-1732); Em 1732, Anthony Browne, 6º Visconde de Montague (1686-1767)¹⁴; e Entre 1772 e 1777 Robert Petre, 9º Barão Petre (1742-1801)¹⁵.

Mas a Grande Loja de Londres não era o único grande corpo maçónico em Inglaterra. Maçons insatisfeitos com as inovações instituídas na Maçonaria pela Grande Loja de Londres fundaram em 1751 outra Grande Loja, apelidada de “Grande Loja dos Antigos”.

Esta nova Grande Loja, que apelava para as antigas práticas da maçonaria, era composta por muitos irlandeses católicos¹⁶ e se expandiu rapidamente e em relativo pouco tempo, tornando-se uma grande rival para a Grande Loja Moderna¹⁷.



Charles de Volpi, Terranova - 1849

A proeminência adquirida pela Maçonaria ao longo do século XVIII entre os católicos britânicos, especialmente os irlandeses, contrastava com a hostilidade que a Igreja Católica reservou à Ordem no continente.

Ao contrário da ampla receptividade que encontrava nas ilhas britânicas, a Maçonaria tornou-se um foco de suspeita praticamente desde os seus primeiros anos na Europa continental, em especial nos países Católicos, onde o seu secretismo e sua abertura a protestantes eram vistos com bastante reservas pelas autoridades civis e eclesiásticas¹⁸, que desconfiavam que tal proposta poderia minar as bases do Estado e corromper a pureza da fé católica.

Por esta razão, em 1738 o Papa Clemente XII emitiu a primeira das condenações formais da Igreja contra a Maçonaria, a Encíclica In Eminentí (BENIMELLI, 2011), a qual foi seguida no século XVIII pela Encíclica Providas, de Bento XIV. Em comum, essas Encíclicas não acusam a Maçonaria de nenhuma heresia específica, mas ressaltam a inconveniência de sua existência, pelos riscos que traria em si.

Em 1746 foram publicadas em Inglaterra as memórias de John Coustos¹⁹, um lapidário suíço de cidadania inglesa, maçom e protestante, que foi preso e processado pela Inquisição católica em Lisboa, depois de promover reuniões maçónicas na capital portuguesa.

O relato das torturas sofridas por Coustos ajudaram a formar o imaginário maçónico sobre a Igreja Romana. Os católicos britânicos que eram maçons pouco foram afetados pelas proibições emanadas de Roma, pois as Lojas serviam como um elemento integrador dos católicos.

Viviam numa sociedade em que o protestantismo era hegemónico e o catolicismo, marginal, sendo a Maçonaria reconhecida como uma instituição inclusiva e não sectária, recebendo inclusive membros do

clero, tendo sido o levantamento das penalidades canónicas objeto de uma carta dos Arcebispos irlandeses ao Papa Pio VII em 1788 (MIRALA apud BERMAN, 2013).

É possível afirmar com bastante segurança que a Maçonaria passou o Século XVIII como uma instituição maioritariamente cristã, e na Europa continental, em especial na França, permaneceu com um cariz católico, com acentuada participação do clero católico nas Lojas e dos maçons nas atividades paroquiais (BENIMELLI, 2011).

A segunda metade do século XVIII testemunhou, entretanto, a ascensão de núcleos maçónicos heterodoxos, influenciados quer por doutrinas esotéricas herméticas (MELLOR, 1989) ou pelo racionalismo dos «philosophes» iluministas franceses, como D'Alembert, Diderot, Voltaire e Rousseau, adversários do cristianismo em geral e do catolicismo em particular.²⁰

A Revolução Francesa em 1789 marcou o divórcio entre a Igreja e a Maçonaria. A agitação revolucionária, e em especial o período do terror jacobino (1792/1794) levaram ao fecho da maior parte das Lojas francesas, e à emigração ou execução de inúmeros maçons que não pactuaram com a nova ordem estabelecida²¹.

As Lojas que sobreviveram a este período tinham-se tornado legítimos clubes revolucionários, e acabaram por dar o tom de uma Maçonaria que se pretendia agora competidora e substituta da religião cristã, uma verdadeira “religião civil” que forneceria o molde intelectual da nova elite dominante (CARVALHO, 1998).

Essa nova Maçonaria, heterodoxa e anticristã, incorporou a ideologia da razão e recebeu de bom grado o papel de antagonista da Igreja Romana, consolidado com a publicação, em 1797, das “Memórias para

servir à história do jacobinismo”, do abade Augustín Barruel.

Em conjunto com as “Provas de uma conspiração” de John Robinson, estas obras que alegavam uma ligação entre a seita dos Iluminados da Baviera e a Maçonaria, imputaram à Maçonaria a responsabilidade pela deflagração da Revolução²².

Se antes os maçons foram objeto da suspeita, agora aos olhos da cristandade eram culpados da obra de maior perseguição ao cristianismo em solo europeu desde os tempos romanos.

O século XIX viu o acirramento deste conflito. A Maçonaria francesa, já maioritariamente revolucionária e praticamente institucionalizada no Estado francês²³, espalhou-se pela Europa acompanhando os exércitos napoleónicos, não sendo surpresa que após a derrota do famoso general estivesse definitivamente associada à Revolução²⁴.

O mesmo século XIX viu surgirem movimentos revolucionários de inspiração maçónica ainda mais radicais quanto ao seu anticlericalismo, como foi o caso da Carbonária em Itália, uma das forças motrizes por detrás do processo de unificação da península italiana.

E na medida em que se acentuava o anticlericalismo nas revoluções liberais da Europa continental, aumentava a reação católica por meio de novas encíclicas que condenavam as sociedades secretas e os rumos das sociedades sob o signo da revolução.

A segunda metade do século XIX foi especialmente conflituosa. Em 1864, compilando diversas encíclicas publicadas após as revoluções de 1848, o Papa Pio IX (1792-1878) publicou o «Sílabo de Erros» (Syllabus Errorum) como anexo da Encíclica Quanta Cura, enunciando



«Jantar de filósofos», por Jean Huber (1721-1786)

80 proposições modernas inconciliáveis com a fé católica.

O ultramontanismo afirmou-se como doutrina reativa ao avanço das ideologias anticristãs. O Concílio Vaticano I (1869/1870) pronunciou o dogma da infalibilidade papal e reafirmou a autoridade secular do Papa.

O Primeiro Ministro Gladstone – que defendia a subordinação da Igreja ao Estado – chegou a ameaçar o envio de canhoneiras rio Tibre acima, e até o próprio Concílio foi interrompido pela conquista de Roma e dos Estados Papais pelo Reino da Itália (1870)²⁵.

No Brasil emergia a questão religiosa, com a prisão de dois Bispos que aplicaram sanções contra católicos maçons sem que as encíclicas papais tivessem o exequatur do Imperador Dom Pedro II (1872/1875).

Na Alemanha, o Chanceler Bismark promovia uma campanha anticatólica através da chamada kulturkampf

(1871/1878). Em todos estes países, maçons e a própria Maçonaria erguiam as suas vozes manifestando posições cada vez mais anticlericais²⁶.

O CAMINHO DA CONVERSÃO

Ripon foi criado numa família anglicana de orientação calvinista. Aos 17 anos encontrou num alfarabista um breviário católico, passando a praticar sozinho a Liturgia das Horas, hábito que abandonou algum tempo depois, em face da resistência familiar.

À parte disso (e da defesa de um socialismo cristão) politicamente não era especialmente fervoroso, sendo até indiferente em matéria religiosa (WOLF, 1927). O brutal assassinato de seu cunhado Frederick Vyner por bandoleiros gregos, em abril de 1870, marcou uma mudança na sua atitude religiosa.

Chocado com a morte, Ripon atendeu a uma missa católica na

Catedral de St. George, e seu interesse pela religião retornou, passando a estudar as obras do Cardeal (então Bispo) Henry Newman²⁷, e trocando confidências e impressões com sua prima Lady Amabel Kerr, ela própria uma convertida ao Catolicismo.

A Igreja Anglicana no século XIX vivia um período delicado. A submissão da Igreja ao Estado e o secularismo crescente da sociedade esvaziaram as Igrejas. O chamado “Movimento de Oxford”, liderado por John Henry Newman, buscou reavivar o sentido litúrgico e teológico da religião anglicana pela reintrodução de elementos do catolicismo romano, como a doutrina da Transubstanciação.

Muitos dos oxfordianos, como o próprio Newman, acabaram por se converter ao catolicismo romano. O processo de conversão de Ripon não foi isento de conflitos, já que muitas das posições conservadoras da Igreja chocavam-se com suas posições liberais.

Ripon expressou temores da rejeição social e política que certamente se seguiriam ao anúncio de tão radical passo, já que a reação da sociedade inglesa ao Syllabus e às proclamações do Concílio Vaticano I não foram as melhores.

Ripon não acreditava, ademais, que houvesse incompatibilidade entre sua condição de maçom e sua nova profissão de fé. Ele distinguia a Maçonaria anglo saxônica, neutra em termos religiosos, da Maçonaria latina, de conhecidos contornos antirreligiosos.

Até ao último momento ele tentou conciliar as duas posições, sendo informado, no fim, que sua abjuração da Maçonaria era «*conditio sine qua non*» para sua recepção na Igreja (WOLF, 1927).

Convencido, entretanto, que a Igreja era um corpo supernatural que se mantinha per se e que só ela poderia ministrar sacramentos válidos, e que o Syllabus não estava sendo corretamente interpretado pelos seus opositores, Ripon não pôde escapar da conclusão de que não poderia temer o mundo se tivesse obtido a Graça. Ripon foi assim recebido, na Igreja Católica Romana em 8 de setembro de 1874, seis dias após a sua renúncia ao Grão Mestrado.

A REACÇÃO

O mistério sobre as razões da renúncia de Ripon foi solucionado pelo Times de 5 de setembro de 1874, dois dias antes da recepção oficial de Ripon na Igreja, que revelou em primeira mão a sua conversão, em termos nada lisonjeiros:

«Lord Ripon, nós o confessamos, não é um apóstata ordinário: ele ocupou altos cargos no Estado e foi reconhecido habilitado para exercer ativa influência nas circunstâncias mais importantes da vida pública. Está na força da idade (47 anos), e posto que tivesse iludido de certo modo as esperanças de seus amigos, podia-se entretanto prever-lhe uma carreira importante (...)

Esse é o homem que no pleno gozo de suas faculdades renunciou à sua liberdade moral e mental e submeteu-se à autoridade do sacerdócio Católico Romano(...)

Lord Ripon, ousamos dizer, permanecerá no Partido de cujo serviço recebeu todas as honras e o seu Marquesado, mas o estadista que se converte ao Catolicismo Romano perde de uma só vez a confiança do povo inglês.

Tal passo requer o abandono completo de qualquer pretensão de influência política e mesmo social na nação, e só pode ser encarado como traição e sinal de uma fraqueza irreparável de caráter(...)

Pois, tornar-se Católico Romano e permanecer como Inglês são condições quase incompatíveis. Não duvidamos nem por um instante que um homem que nasceu e foi criado na fé Católica Romana pode manter sua crença como um elemento inofensivo e incolor de suas opiniões. Mas quando um homem no melhor da vida abandona a fé protestante pela de Roma, ele necessariamente sofrerá o que para os ingleses só pode ser encarado como uma desmoralização fatal (Life of the first Marquess of Ripon, WOLF, 1927, p.293)²⁸.

Nas reações que se seguiram, os jornais tratavam Ripon como o “pervertido Marquês” que cometera suicídio político e como portador de um temperamento oblíquo (Idem, p. 296).

Foi acusado, também, de se ter convertido pelo menos 18 meses antes, tendo permanecido “infiltrado” na GLUI por ordem da Igreja e dos jesuítas, preparando um golpe fatal (Ibidem, p.291).

O Boletim do Grande Oriente do Brasil de Outubro de 1874 noticiava um banquete da Grande Loja Provincial de Staffordshire em 29 de setembro daquele ano nos seguintes termos:

«No banquete, Lord Shrewsbury levantou um brinde ao Príncipe de Galles, e deplorando a demissão do

Marquês de Ripon, Lord Shrewsbury afirmou que, se o Grão Mestre tivesse mais bem estudado os preceitos da Igreja de Inglaterra e os da Maçonaria, seria ainda protestante e Maçon»²⁹

O Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, de janeiro de 1875, reproduzia o discurso de I. C. Parkinson, Grão Mestre Adjunto da Grande Loja Distrital de Middlesex, nos seguintes termos:

«Mas não há razão para nos admirarmos, como fazem alguns dos nossos irmãos, da incompatibilidade entre a qualidade de católico romano e a de dignitário da maçonaria. Nossa instituição e o romanismo apresentam dous sistemas diametralmente opostos, porque a primeira cousa que se ensina entre nós, é que o homem é um ente livre.

A liberdade de pensar, com a mais larga tolerância em matéria religiosa, tal é a essência da fraternidade maçônica, que abrange, em seu amor, todos os homens probos e sinceros, quaesquer que sejam suas crenças. (...)

A maçonaria é uma religião de boas obras, e não exige, a intervenção do sacerdote como medianeiro entre o homem e o creador. O seu ritual, tão expressivo, faz sobresair esta solemne verdade; que são as boas acções, e não a condenação proferida por uma seita que firmam neste mundo o mérito ou demérito do homem.

Quando os catholicos professarem esta máxima, poderão participar logicamente de nossos trabalhos. Mas até agora seus directores conduzem-nos para um caminho bem diferente».³⁰

Por outro lado a Igreja celebrava e considerava a conversão não somente uma vitória espiritual, mas também uma vitória política sobre a Maçonaria, conforme se lê no jornal católico “O Apóstolo”, publicado no Rio de Janeiro em 4 de outubro de 1874:

«Este acontecimento [a conversão] contristou a Inglaterra ou antes os protestantes, que viam no Marquez de

Ripon uma garantia das suas convicções políticas e religiosas. Mas nem sempre o erro há de cegar o homem de boa fé, e foi o que aconteceu com o Marquez de Ripon. (...)

Há na conversão do Marquez de Ripon huma cousa notável, e bem proveitosa para esta nossa actualidade, em que se pretende conciliar o catholicismo com o maçonismo. O Marquez de Ripon era o Grão-Mestre da maçonaria britannica, porque o protestantismo se harmonizava com o maçonismo, ou antes são a mesma cousa.

Tocado pela fé da verdadeira Igreja, o Marquez de Ripon converte-se, e renuncia às pompas da maçonaria e à própria maçonaria. Porquê esta dupla renúncia do protestantismo e do maçonismo? Sem dúvida porque membro do catholicismo, tornara-se incompatível com a maçonaria, e não querendo na sociedade posições fingidas, repugnando-lhe servir a Deos e à Maçonaria, procedeu como um homem de honra, de convicção, e deixou a maçonaria.

Ora, aqui está um procedimento bem em oposição com os dos maçons do Brazil, que na elasticidade de suas convicções querem ser ao mesmo tempo maçons e catholicos. A conversão do Marquez de Ripon, e suas consequências, devem abrir os olhos aos brasileiros e convence-los de que há uma barreira imensa entre o catholicismo e o maçonismo, pois se se pudessem harmonizar o nobre convertido continuaria a ser Grão Mestre da Maçonaria.

E este facto deve ferir a consciência do nobre presidente do Conselho de Ministros do Imperio do Brazil, Sr. Visconde do Rio Branco³¹, que tem declarado, não obstante ser maçom e Grão Mestre, ser tão bom cathólico como o melhor!»

A reacção talvez mais forte veio de Gladstone, ex-Primeiro Ministro britânico que indicara Ripon para os seus últimos postos. Em fins de 1874, com a polémica ainda “quente”, Gladstone publicou um opúsculo em que atacava as disposições do Concílio Vaticano I, em

especial a questão do Dogma da Infalibilidade Papal e do poder temporal do Papa, pondo em dúvida a lealdade dos súditos conversos:

«Ninguém pode se tornar converso dela [de Roma] sem antes renunciar à sua liberdade moral e mental e sem colocar a sua lealdade civil à mercê de outrem (Life of the first Marquess of Ripon, WOLF, 1927, p.296)³².

Ripon sentiu-se pessoalmente atingido e iniciou uma troca de correspondências com Gladstone, em que protesta contra a insinuação de deslealdade e clarifica os posicionamentos do Concílio e do Syllabus.

A troca de cartas, entretanto, permaneceu privada, pois Ripon não queria entrar num debate público sobre suas convicções pessoais. Bastava-lhe demonstrar que continuava a ser um súbdito fiel e que a alegada incompatibilidade era uma falácia.

Com o passar do tempo a discussão arrefeceu e os ânimos acalmaram-se, o que permitiu a Ripon retomar sua carreira. Gladstone e Ripon acabariam reconciliados, e quando o primeiro voltou ao posto de Primeiro Ministro, em 1880, indicou Ripon para o cargo de Vice-Rei da Índia, um cargo de extremo prestígio político.

Ripon seguiu sua carreira política, como membro do Parlamento tendo ainda ocupado o cargo de presidente da Sociedade São Vicente de Paula, vindo a falecer em 1909.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a renúncia de Ripon, apenas príncipes da Casa Real britânica ocuparam o Grão Mestrado. Trata-se de uma política oficiosa que acaba por preservar a GLUI do risco de uma repetição do episódio Ripon, já que a conversão ao catolicismo implica em perda ipso facto dos direitos sucessórios.

O Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil de Abril de 1875 narra que um grupo de

maçons ofereceu ao Marquês um presente em agradecimento pelos serviços prestados à Ordem:

«Consistiu a offerta em uma caixinha de ouro, com seis pollegadas de comprimento e quatro de profundidade. Nas extremidades da tampa estão esculpidos desenhos adequados e nota-se no centro, cravado sobre joias, o monogramma do Marquez. Do lado interno da tampa há uma trolha de prata, ornada com diversos symbolos maçónicos.»³³

O mesmo Boletim, entretanto, noticia na sua edição de janeiro de 1876 que, quando da visita de Ripon ao Papa, deu-se um discurso proferido pelo monsenhor Nardi, da seguinte forma:

«Alem dos encómios que teceu ao antigo Gram-Mestre da Grande Loja da Inglaterra como homem, estadista, titular, chefe de família e capitalista, o que é um elogio indirecto à Ordem que por tantos annos o escolheu para seu chefe, occupa-se monsenhor Nardi da maçonaria.

A maçonaria ingleza, diz o panegyrista do marquez de Ripon, occupa-se especialmente em beber, comer e divertir-se e não é tão perniciosa como a italiana, alleman, suissa, hespanhola e brasileira, posto que ella também produza muitos males, e seja igualmente inimiga da igreja. Parece-nos que o Marquez de Ripon, que com seu silêncio acceitou tudo quanto affirmou o seu panegyrista, devia ficar em extremo lisongeadado pelo papel que representou durante tantos annos como chefe da maçonaria inglesa!»³⁴

Apesar da renúncia à Maçonaria feita por Ripon, o Marquês nunca se tornou um exposé ou um autor antimaçónico. Na nossa pesquisa não encontramos qualquer episódio no qual o Marquês tenha deplorado a Maçonaria, apesar do tom laudatório d'O Apóstolo, acima supramencionado.

O mais provável, e é o que se depreende da leitura de sua biografia, é que Ripon se tenha desligado da Maçonaria, não por

passar a crer intimamente na sua malignidade, mas tão somente por obediência à Igreja.

O afã de localizar provas definitivas e irrefutáveis contra a Maçonaria acabaria por transformar a Igreja em vítima do charlatão Leo Taxil, que a partir de 1885, e durante quase dez anos, fingiu ter se convertido e denunciou uma verdadeira Sinagoga de Satanás nas Lojas Maçónicas, para credulidade geral dos fiéis e da alta hierarquia da Igreja, incluindo o Papa.

Da mesma forma o afã de muitos maçons em fazer da Maçonaria uma espécie de supra religião, uma religião civil à qual as demais religiões deveriam submeter-se, acabou por deturpar o sentido da experiência maçónica, submetendo-a às paixões políticas e tornando-a, em vários momentos, uma liberticida.³⁵

A reação negativa à conversão de Ripon expôs, entretanto, uma contradição óbvia entre o discurso e a prática da tolerância religiosa na Maçonaria. Ora não sendo a Maçonaria uma religião – e ela não o é, ainda que haja quem deseje que seja – não é possível falar em apostasia em sentido estrito, mormente por se dedicarem os maçons, ao menos nominalmente, à livre investigação da verdade.

O facto da Maçonaria não impor dogmas, não implica que o maçom não os possa (ou deva) ter. Entre não impor dogmas e negá-los há uma distância gigantesca. Um dogma pode ser definido como um ponto fundamental de um sistema de crenças que, por representar uma Verdade absoluta, definitiva, imutável, infalível, inquestionável e absolutamente segura sobre a qual não pode pairar nenhuma dúvida.

Proclamar a crença num dogma significa tão somente reconhecer que a Verdade existe e é acessível. Não faria sentido algum proclamar a um tempo o desejo de investigar a verdade e noutro tempo negar a possibilidade de encontrá-la.



Andrei Plesu, filósofo.

O sentido original da neutralidade maçónica em termos de religião surgiu como um imperativo para a possibilidade de convivência interna corporis entre os diferentes, e não como um dogma a ser imposto em todas as instâncias sociais. O ideal moderno de tolerância como indiferentismo é incompatível com a pretensão da livre investigação da Verdade. Como bem definiu o filósofo Andrei Plesu:

«Assistimos, de facto, a uma modificação substancial de sentido do conceito de “tolerância”. Ele já não designa aceitação do “outro”, da opinião diferente, mas pura e simplesmente ignorância (amável) da opinião diferente, a suspensão da diferença como diferença.

Disso resulta que: 1. Não tenho necessidade de te entender para te aceitar; 2. Não tenho necessidade de discutir contigo para te dar razão. Dito de outro modo, estou de acordo com as coisas que não entendo e estou, em princípio, de acordo com as coisas com que não estou de acordo.

O senhor tem direito à opinião do senhor. Respeito-a. Eu tenho direito a minha opinião e espero que ela seja respeitada. É inútil a dialética. A tolerância recíproca termina numa mudez universal, sorridente, pacífica,

uma mudez porque o diálogo é uma interferência radiofónica indesejável.

Nessas condições, a tolerância tem efeitos mais do que discutíveis: ela amputa o apetite de conhecimento, de compreensão real da alteridade, e dinamita a necessidade de debater. Para que negociarmos mais, se o resultado é, de qualquer modo, o consentimento mútuo ao direito do outro?

Num mundo governado por tais regras, Sócrates ficaria desempregado. Não se encontra nenhuma verdade, não se faz nenhum raciocínio (Da Alegria no Leste Europeu e na Europa Ocidental e outros ensaios, PLESU, 2013).

A Maçonaria e as religiões operam em planos diferentes. A Loja nunca poderá ser uma substituta do Templo, ainda que seja eventualmente chamada de “templo”, porque ela não fornece às questões fundamentais que afligem o espírito.

A Loja é um espaço de sociabilidade e ética que se soma à religião, à qual presta tributo, ao exigir dos seus membros prévia profissão de fé num Criador e ordenador do Universo como condição de admissão e permanência. Ainda que ela não seja por isso incompatível com as

religiões, incompatibilidades de ordem esotérica e exotérica podem eventualmente se manifestar no espírito do maçom.

A religião opera num plano vertical, conectando os homens a Deus, ao passo que a Maçonaria opera num plano horizontal, fornecendo as bases para a prática dos princípios de fé e moralidade num mundo diverso e plural, permitindo aos homens conviverem apesar de suas diferenças.

Não por outra razão vimos que a Maçonaria proporcionou um espaço de liberdade para católicos em países protestantes e para protestantes em países católicos. Desta forma o eventual abandono da Maçonaria por algum irmão que passe por um processo de conversão religiosa não deve ser encarado com rancor e preconceito, e sim com respeito, posto que a escolha da religião é, definitivamente, mais importante que qualquer outra

escolha, ao menos para os que creem na imortalidade da alma.

Ripon investigou a verdade e seguiu um caminho. Despiu-se das vontades e das paixões e abdicou das honras e glórias (em larga medida ilusórias) que o “Trono de Salomão” e os postos políticos proporcionam (que seduzem a tantos egos), e seguiu o caminho mais difícil, e portanto, mais honrado. Neste sentido, o seu percurso talvez se tenha aproximado mais do ideal maçónico do que supuseram os seus detratores. ❶

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARATTA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada & independência do Brasil, 1790-1822*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006
- BENIMELLI, José A. Ferrer. *Os arquivos secretos do Vaticano e a Franco-Maçonaria: História de uma condenação pontifícia*. São Paulo: Madras, 2011.
- BERMAN, Ric. *Schism: The Battle that forged freemasonry*. Sussex Academic Press, 2013.
- Boletim do Grande Oriente do Brasil. *Jornal oficial da Maçonaria Brasileira* (diversos).
- Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil (diversos).
- CARVALHO, Olavo de. *O Jardim das Aflições: ensaio sobre o materialismo e a religião civil*. Rio de Janeiro. Topbooks, 1998.
- HARLAND-JACOBS, Jessica L. *Builders of empire: Freemasons and British imperialism, 1717–1927*. University of North Carolina Press, 2007.
- HIMMELFARB, Gertrude. *The roads to modernity: the british, french and american enlightenments*. New York: Vintage Books, 2004.
- JACOB, Margaret C. *Living the enlightenment: freemasonry and politics in eighteenth-century Europe*. Oxford University Press, 1991.
- MELLOR, Alec. *Os grandes problemas da atual francomaçonaria*. São Paulo: Pensamento, 1989.
- The Roman Catholic Freemason: past, present and future*. Palestra proferida em 1972. Disponível em http://www.phoenixmasonry.org/roman_catholic_freemason.htm
- PLESU, Andrei. *Da Alegria no Leste Europeu e na Europa Ocidental e outros ensaios*. Trad. Elpídio Fonseca. São Paulo: É Realizações Editora, 2013.
- STEVENSON, David. *The origins of Freemasonry: Scotland's Century – 1590-1710*. Cambridge University Press, 1988.
- WOLF, Lucien. *Life of the first Marquess of Ripon*. V. I. Londres, 1927.

NOTAS

- ¹ Advogado e Professor de Direito Processual Civil. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz; Especialista em Direito e Magistratura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Mestre em Relações Internacionais pela UFBA. Secretário Adjunto de Relações Exteriores da Grande Loja Maçónica do Estado da Bahia.
- ² Os dois partidos que dividiam politicamente os ingleses eram o Liberal, à esquerda, e o Conservador, à direita.
- ³ No original: “Dear Grand Secretary, I have to inform you that I find myself unable to discharge any longer the duties of Grand Master, and it is therefore necessary that I should resign that office into the hands of the members of Grand Lodge. With the expression of my grateful thanks for the kindness I have ever received from them and my regret for any inconvenience which my retirement may cause to them, I remain, Faithfully yours, Ripon”.
- ⁴ WOLF. Op. Cit.
- ⁵ Ripon foi posteriormente feito Marquês, em 1871.
- ⁶ A Loja ainda existe, tendo atualmente o número distintivo 521.
- ⁷ Cf. “The Marquess of Ripon”, disponível em: www.truth521.org.uk/i_marquess.htm
- ⁸ A histeria anticatólica chegou ao ponto dos católicos terem sido acusados de causar o Grande Incêndio de Londres, de 1666.
- ⁹ Charles II chegou efetivamente a se converter oficialmente ao Catolicismo no seu leito de morte.
- ¹⁰ Por exemplo, Batistas, Presbiterianos e Metodistas
- ¹¹ Em 1778, os Católicos, desde que jurassem renunciar às pretensões stuartistas ao trono e à autoridade civil do Papa, passaram a poder adquirir propriedades privadas, herdar terras e se alistar no Exército. Em 1782, a Igreja passou a ter liberdade para estabelecer escolas e dioceses.
- ¹² A própria lenda das origens templárias da Maçonaria ganhou força através de um célebre discurso de Andrew Ramsay, cavaleiro Jacobita exilado na França, em 1737.
- ¹³ Warthon, um notório Jacobita, exilou-se em França, tornando-se também o primeiro Grão Mestre dos Maçons em França em 1728. A maçonaria inglesa em França tornou-se um polo de atração de jacobitas exilados. Por exemplo Charles Radcliffe, 5º Conde de Derwentwater e terceiro Grão Mestre dos Maçons ingleses em França (1738 ?), tomou parte nas Rebeliões jacobitas de 1715 e 1745, sendo capturado e executado após o fracasso desta última, em 1746.
- ¹⁴ Na sua gestão foi expedida a primeira carta constitutiva de uma Loja regular na América.
- ¹⁵ Todos vinham de famílias com fortes ligações jacobitas, ou o eram eles próprios, o que torna mais notável sua ascensão na Inglaterra hanoveriana.
- ¹⁶ Especula-se que o próprio Grande Secretário original, o irlandês Laurence Dermott, seria um Católico Jacobita, sendo certo, entretanto que em sua família havia ramos protestantes e católicos. Cf. BERMAN, op cit..
- ¹⁷ As duas Grandes Lojas acabaram por se unificar em 1813, quando os irmãos e príncipes, Duque de Sussex e Duque de Kent, ocupavam respectivamente o Grão Mestrado dos Modernos e dos Antigos, formando assim a Grande Loja Unida de Inglaterra.
- ¹⁸ Curiosamente a primeira ação de uma autoridade católica contra a Maçonaria foi a ordem do cardeal Fleury, em Paris. Por uma estranha coincidência poucos dias depois o já citado cavaleiro jacobita Ramsay – que ignorava a existência destas ordens, enviar-lhe-ia uma cópia do seu discurso sobre as origens templárias da Ordem, pedindo-lhe que abençoasse a causa maçónica.
- ¹⁹ O processo de Coustos, hoje disponível para consulta nos Arquivos da Torre do Tombo, em Lisboa, revelou que muitos dos aspectos da sua história foram exagerados ou mesmo inventados.
- ²⁰ Sobre o caráter anticristão do iluminismo francês e a sua distinção do iluminismo inglês e americano, v. HIMMELFARB, Gertrude. *The roads to modernity: the british, french and american enlightenments*. New York: Vintage Books, 2004.
- ²¹ Digno de nota é o caso do abade Jean-Marie Gallot, maçom e Mestre da Loja “A União”, guilhotinado com 13 outros padres em 1794 por ter se recusado a aceitar a constituição civil do clero. Os chamados “14 mártires de Laval” foram beatificados pelo Papa Pio XII, em 1955.

Muitos maçons entusiastas da revolução também acabaram guilhotinados no período do Terror, um deles o Duque de Orleans, Grão Mestre do Grande Oriente de França. O Duque aderiu à revolução, inclusive adotando o nome de “Cidadão Egalité”. Mas o seu zelo revolucionário não impediu que acabasse ele próprio sob a lâmina revolucionária, já que era, afinal, membro da Casa dos Bourbon.

- ²² Não obstante, tanto Barruel quanto Robinson distinguiram o sistemas francês e inglês de Maçonaria, reconhecendo ser este último “menos perigoso”.
- ²³ O Grande Oriente foi reorganizado no fim do século XVIII, tendo à frente do Grão Mestrado Jean-Jacques Cambacères, um dos cônsules de França e autor do Código Civil Napoleônico, sendo seu sucessor no Grande Oriente José Bonaparte, irmão de Napoleão. A submissão da Maçonaria francesa a Napoleão era tão grande que seu busto se tornou parte da decoração das Lojas.
- ²⁴ Esta foi talvez a razão do choque que a população do Porto sofreu em 1809, quando oficiais ingleses conduziram uma procissão maçônica naquela cidade, recém libertada da ocupação francesa. Não eram aqueles símbolos de uso do inimigo francês? (BARATTA, Alexandre Mansur. Maçonaria, sociabilidade ilustrada & independência do Brasil, 1790-1822. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.)
- ²⁵ Na ocasião o papa Pio IX declarou-se, então, prisioneiro na Sé apostólica. A chamada Questão Romana só foi resolvida com o Tratado de Latrão de 1929. O Concílio Vaticano I só foi oficialmente encerrado em 1960.
- ²⁶ Em 1877 o Grande Oriente de França passou a admitir ateus e agnósticos nos seus quadros, retirou a Bíblia do altar, e chegou a aprovar, em 1902, uma proposta que tornava o casamento religioso e o batismo dos filhos um delito maçônico, como afirma MELLOR (1989), p.10.
- ²⁷ O beato Newman foi um sacerdote anglicano inglês que se converteu ao catolicismo em 1845, causando enorme furor. Foi nomeado Cardeal em 1879 e Beatificado pelo Papa Bento XVI em 2010.
- ²⁸ No original: *This is the man who, in the full strength of his powers, has renounced his mental and moral freedom, and has submitted himself to the guidance of the Roman Catholic Priesthood... Lord Ripon, we dare say, will still adhere to the Party in whose service he has won his honours and his Marquisate, but a statesman who becomes a convert to Roman Catholicism forfeits at once the confidence of the English people. Such a step involves a complete abandonment of any claim to political or even social influence in the nation at large, and can only be regarded as betraying an irreparable weakness of character. To become a Roman Catholic and remain a thorough Englishman are it cannot be disguised almost incompatible conditions. We do not for a moment doubt that men who have been born and brought up in the Roman Catholic Faith may retain their creed as a harmless and colourless element in their opinions. But when a man in the prime of life abandons the faith of Protestantism for that of Rome his mind must necessarily have undergone what to Englishmen can only seem a fatal demoralization.*
- ²⁹ Boletim do Grande Oriente do Brasil. Jornal oficial da Maçonaria Brasileira. Número 11, 3º anno. Novembro – 1874. Página 325. Mantida a grafia original.
- ³⁰ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. Janeiro de 1875, p. 97. Grafia original
- ³¹ José Maria da Silva Paranhos, o 1º Visconde de Rio Branco (1819-1880), considerado o maior estadista do 2º Reinado. Era o Primeiro Ministro do Império e Grão Mestre do Grande Oriente (ao Lavradio) quando estourou a Questão Religiosa.
- ³² No original: *No one can become her [Rome's] convert without renouncing his moral and mental freedom and placing his civil loyalty and duty at the mercy of another.*
- ³³ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. Abril de 1875, p. 417. Grafia original.
- ³⁴ Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. Janeiro de 1876, p. 155/156. Grafia original.
- ³⁵ Vide a pouco conhecida (pelo menos nos meios maçônicos) repressão aos Cristeros, camponeses católicos do México que resistiram à política de descristianização forçada pelo Governo Central mexicano, instigada e fomentada pelas Lojas Maçônicas locais.

Entre o Esquadro e o Compasso

Tanto as numerosas Exposições publicadas em França, entre 1745 e 1750, como as várias gravuras dessa época, que nos chegaram até hoje, revelam-nos que, nas Lojas de então, os Aprendizês prestavam o seu Juramento, que os ligava perpetuamente à Ordem Maçonica, com a sua mão direita colocada sobre uma Bíblia aberta no Evangelho de S. João, tendo o joelho do mesmo lado assente sobre uma almofada na qual se encontrava desenhado um Esquadro, e tendo apoiadas contra o seu coração as duas pontas de um Compasso.

Ao longo do decurso das décadas seguintes, outros elementos simbólicos foram sendo acrescentados a esta forma ritual, sobrepondo-se à Bíblia a espada do Venerável Mestre (*Vénérable Maître*, *Très Vénérable*, ou *Grand Maître*, como era referido nos documentos da época), que simbolizava a Honra.

Também se foi tornando corrente a prática de fazer o Recipiendário desapoiar do chão o pé esquerdo, dobrando a perna pelo joelho, o que o obrigava a ter de fazer força com a mão direita sobre a Bíblia, para se equilibrar.

O candidato ficava assim, logo na sua Cerimónia de Iniciação, colocado entre o Esquadro e o Compasso, símbolos da Justiça e da Verdade, e apoiado sobre as Santas Escrituras, que constituíam a fundação da Lei Moral.

Esta forma de recepção fazia todo o sentido numa prática Maçonica estritamente reservada a cristãos, como era a que se verificava nessa

época em França, na qual havia uma identificação clara de Hiram a Jesus Cristo, e onde, a partir da segunda metade do século XVIII, em muitos casos os percursos Maçónicos culminavam na Recepção no Grau de Soberano Príncipe Rosa Cruz.

Nesta Cerimónia, o Recipiendário passava da Antiga à Nova Aliança, recuperando a Palavra através das virtudes teológicas (Fé, Esperança, e Caridade), que de acordo com o *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica*, têm como origem, motivo e objeto imediato o próprio Deus.

São infundadas no homem com a graça santificante, tornam-nos capazes de viver em relação com a Trindade e fundamentam e animam o agir moral do cristão, vivificando as virtudes humanas.

Mas, esta visão essencialmente religiosa da Maçonaria, que remete a procura da Felicidade para uma perspetiva escatológica, na qual a mesma é concebida como objetivo a atingir numa outra vida *post mortem*, tratar-se-ia da matriz maçónica original, que tinha sido importada de Inglaterra? Ou, pelo contrário, seria resultado da adaptação a um contexto Continental, profundamente distinto, dos pontos de vista sociológico, religioso, político, e cultural?

Uma simples análise dos sucessivos Regulamentos da primeira Grande Loja de França claramente demonstra que os mesmos impõem restrições, em matéria de Religião, que não existem nas *Charges* das Constituições de Anderson, de 1723, escritas num contexto Protestante e

«No Rito Francês, desde a sua fixação, o Símbolo reveste-se de um caráter de ferramenta do pensamento, que permite ao Maçon adquirir conceitos éticos, que se pretende que venham a ser aplicados numa demanda bem ilustrada por uma das principais alegorias do Rito, a Construção do Templo»

Latitudinarista, fechando assim a porta da Loja a todos os não cristãos.

Daí que se tenha, naturalmente, de concluir que a segunda das hipóteses anteriores é a válida, muito embora a limitação da conduta do Maçon a fronteiras definidas por

duas entidades simbólicas, o Esquadro e o Compasso, que surgem como símbolos de referência de um modo de vida, relevam mais para uma percepção pessoal do que para uma moral exterior de caráter religioso.

Daí que se possa concluir que a Maçonaria Moderna, ao introduzir o Símbolo no seu código genético,

contrário, é concebida no mais profundo de si-próprio, aplicada individualmente, e validada somente pela própria consciência.

Ao longo do último quarto do século XVIII, a Maçonaria Francesa veio, progressivamente, a ser muito influenciada pelos valores que emergiam à época, de Enciclopédismo, Humanismo,

a opção adoptada pela equipa que procedeu à elaboração dos seus rituais, liderada por um iluminista radical, Alexandre-Louis Rœtters de Montaleau, tenha sido a de substituir a Bíblia pelo livro dos Regulamentos da Obediência e da Oficina, deixando aos Símbolos a função de suportarem, em exclusividade, a reflexão do Maçon, orientada para os valores que os mesmos pretendiam representar.

Daí que se possa considerar que, no Rito Francês, desde a sua fixação, o Símbolo se reveste de um caráter de ferramenta do pensamento, que permite ao Maçon adquirir conceitos éticos, que se pretende que venham a ser aplicados numa demanda bem ilustrada por uma das principais alegorias do Rito, a Construção do Templo.

Rito que releva muito do operativo, cuja simbólica tem por fonte principal a arte da construção, o Rito Francês propõe ao seu praticante um percurso iniciático e cidadão, progressivo e progressista (porque o Maçon tem sempre por objeto não só o seu autoaperfeiçoamento como também o progresso da Humanidade), que o leva, em Loja Azul, através de um processo de aprendizagem, compreensão, e transmissão, a reequacionar, na rejeição de qualquer afirmação dogmática, todas as particularidades que se somam à sua identidade.

Tal decorre na busca de uma nova singularidade, susceptível de se integrar contributivamente numa unidade, a Humanidade. Demanda esta que faz com que a alegoria da Construção do Templo assuma, sobretudo a partir do 3º Grau, um duplo sentido, o da Construção do Templo Interior (o indivíduo) e o da Construção do Templo Exterior (a Humanidade).

Trabalho este que, no Rito Francês, tem continuidade no Capítulo, no qual, através de um aprofundamento societário, nos consciencializemos de uma hierarquização de Deveres, que permite que a Construção se faça com o outro, em alteridade, num percurso de humanização progressiva dos indivíduos e das sociedades.



Símbolos como Ferramentas de reflexão. Imagem gerada por inteligência artificial (Midjourney): ao estilo de Salvador Dalí

introduziu também a Ética. Conceito este que, com o sentido que lhe damos hoje, se opõe à moral, recebida do exterior, fundamentada numa religião ou num código social, e validada por essa religião ou por esse código social. A Ética, pelo

desenvolvimento da responsabilização de cada indivíduo na sociedade, racionalismo, livre pensamento e, de ideal de liberdade.

Daí que não seja de estranhar que, na fixação do Rito Francês em 1786,

Podemos, pois, afirmar que todo este percurso constitui uma verdadeira gramática de ação de cidadania, para um Maçon em busca de Ética e de verdades, empenhado na compreensão e na transformação de um contexto humano no qual se insere, e no qual se pretende emancipar, em Justiça e Fraternidade.

Mas, em que é que se fundamenta hoje, no Aqui e Agora, esta demanda Ética que conduz o Maçon do Rito Francês a aceder à Mestria reunindo-se aos Mestres, na Câmara do Meio, entre o Esquadro e o Compasso, e não passando do Esquadro (a Matéria) ao Compasso (o Espírito), como sucede noutros Ritos?

Quais são os limites que se colocam, a todo o Irmão ou Irmã, quando, Kantianamente, *usa o seu próprio entendimento* para traçar com o seu Compasso os limites éticos, que subordinam a sua relação com o outro, seu alter-ego?

No Ritual de Iniciação do Rito Francês Groussier, que corresponde à forma mais praticada do Rito, verifica-se aquilo que se encontra plasmado no pensamento que o Irmão Henri Tort-Nouguès nos deixou, ...*O que nós somos, nós o somos na e pela História. O que nós somos não saiu somente do tempo presente, mas é essencialmente uma herança cultural, o resultado do trabalho de todas as gerações anteriores...*

O presente texto do ritual transporta, pois, aspetos que lhe foram conferidos pelas revisões do final do século XIX, numa época em que se assistiu à afirmação de princípios tais como a plena Liberdade de Consciência, e a Laicidade, enquanto sustentáculos de um espaço público Republicano, uno e indivisível.

Esta pegada ideológica, que marcou indelevelmente o Rito, fez com que as suas formas tenham sido profundamente alteradas, conduzindo a que a transmissão, assegurada pelos

seus rituais, se tenha passado a efetuar de uma forma mais discursiva, e menos figurativa, mas na qual o simbolismo, ainda que imaterialmente, continua a encontrar-se bem presente.

Como o Rito Francês, atualmente, vive sobretudo da Palavra, entendida como discurso e debate, os Recipientários não são mais recebidos entre o Esquadro e o Compasso, enquanto elementos materiais, mas é-lhes expressamente dito que: *Entre nós a razão ou o sentimento não têm qualquer entrave. Entre nós, a sua personalidade será perfeitamente livre de se desenvolver. As suas opiniões e crenças serão perfeitamente respeitadas. Terá, evidentemente, a imperiosa obrigação de respeitar as dos outros: a tolerância é um princípio fundamental...*

Estão, pois, aqui claramente definidos os limites que se impõem ao Maçon, no traçado do círculo que delimita as suas relações com os outros. Estas devem ser sustentadas numa base de tolerância e de mútuo respeito, que derivam do reconhecimento do outro como nosso igual.

Mas, será que esta tolerância deverá ter um carácter absoluto? Deverá ser extensível a todos os obscurantismos que afrontam a dignidade humana? Em última análise, o Maçon do Rito Francês deverá ser intolerante com os intolerantes?

A estas questões, o texto do Ritual procura dar resposta, quando é explicado ao Recipientário que: *Todas as ideias filosóficas, políticas, sociais, ou outras são iguais aos nossos olhos, tanto que, obviamente, a dignidade do homem aí seja respeitada.*

Assim, para o Maçon do Rito Francês, na impossibilidade de comprovação de uma Verdade absoluta, todas as verdades relativas devem ser consideradas em pé de igualdade, desde que sejam eticamente admissíveis, e sustentáveis num contexto de construção, desconstrução, e reconstrução das ideias, pois *não há verdade que não seja na procura da verdade.*

Todavia, não passará pelo exame do Esquadro tudo o que afronta a perspectiva humanista do Franco-Maçon, pois o Rito Francês é, simultaneamente, um humanismo e um caminho de humanização.

Mas, por que Esquadro deve o Maçon avaliar as suas ações? Quais são as ferramentas a que deve recorrer a sua consciência, na autoconstrução do seu sentido ético? Rito racionalista por excelência, o Rito Francês convida os seus praticantes a trilhar um caminho de pensamento livre, levado ao limite da razão, e emancipado de egocentrismos e de preconceitos, que se explana numa ação orientada no sentido do bem fazer.

É dito ao Recipientário: *Devereis combater as paixões que desonram o homem e o tornam tão ínfimo; tereis de praticar as virtudes mais nobres e as mais solidárias.* Todavia, como toda a ação acarreta sempre um determinado grau de imprevisibilidade, para o Maçon do Rito Francês, a admissão da possibilidade de erro conduz a que a ação seja também entendida como um fator de aprendizagem, como um acumular de experiências, que se irá repercutir nas ações futuras verificando-se, pelo Esquadro, o resultado das presentes.

Esta necessidade de aperfeiçoamento contínuo e incessante é também transmitida, no decurso da Cerimónia de Iniciação ao Candidato, quando lhe é dito: *Vir a nós é comprometer-se a trabalhar, sem interrupção, para se melhorar a si próprio, para se superar, para se aperfeiçoar.*

Compromisso este que, no Rito Francês, se sublima numa virtude tida por essencial, a Humildade. O apelo a esta qualidade está aqui presente de diversas formas, não só pela sobriedade e despojamento que assume a sua prática ritual, como também pela estrita igualdade em Loja, na qual o Venerável Mestre é apenas o *Primum inter Pares*, não assumindo qualquer tipo de autoridade que não seja na condução dos Trabalhos. Como a Irmã Cécile Révauger muitas vezes refere, *no Rito*

Francês tudo é Símbolo, a começar pela hierarquia.

Contrariamente às seitas, a Maçonaria assenta sobre um modo de funcionamento de base democrática, no qual existe separação de poderes, e em que a eleição é a forma de expressão da vontade dos seus membros, na escolha dos seus dirigentes.

Estes não desempenham funções ilimitadas, mas com uma duração pré-definida, e constante, que permite o acesso a todos os Irmãos a uma parte do poder da Loja, ou da Obediência, desde que, para tal, sejam eleitos pelos seus pares.

Este modo de funcionamento estabelece relações de simetria, na medida em que a igualdade de todos os Maçons é afirmada. Introduce, também, relações de complementaridade, uma vez que alguns ocupam, pontualmente, funções mais destacadas, e com maior poder de decisão.

Em geral, as seitas são formadas por estruturas piramidais, em cujo topo se encontra um Chefe, ou um *Leader* carismático, que detém uma autoridade ilimitada. Esta expressa-se segundo um modelo univectorial de comunicação, de cima para baixo, que origina um sistema inegalitário, fundado na manipulação.

No Rito Francês, qualquer concepção do tipo piramidal é rejeitada nas suas Lojas e Capítulos, que se afirmam como espaços livres e soberanos, apenas condicionados pela observância dos Regulamentos.

Tais princípios são enfatizados aos Candidatos, sendo-lhes dito que: *O terceiro dos vossos deveres será o de vos conformar-vos com os Regulamentos Gerais da Ordem, as leis específicas desta Loja e, de vos submeteres a tudo o que seja democraticamente prescrito*

por esta respeitável assembleia, na qual solicitais ser admitido, salvaguardando-se que, na Maçonaria não são admitidas nenhuma das barreiras que na vida corrente compartimentam os grupos humanos. Origem, profissão, fortuna, instrução, cultura, nada importa para nós que não seja o alto valor moral.

Atendendo a todos estes aspetos, com os quais o Maçon é confrontado desde o dia da sua Iniciação, contrariamente às religiões, e às seitas, a Maçonaria em geral, e o Rito Francês em particular, não impõem aos seus Obreiros nenhuma forma de doutrinação dogmática.

A conversão do olhar, e a modificação do comportamento, que constituem o objetivo da demanda Maçónica, resultam não de um saber magistralmente transmitido, mas sim de uma pesquisa pessoal, e permanente.

As certezas inquestionáveis, que alimentam o universo das seitas, não fazem parte da esfera de pensamento do Iniciado, que considera a dúvida, que implica a colocação em causa dos preconceitos, como uma ferramenta indispensável ao seu progresso. Este, fundamenta-se no desenvolvimento do espírito crítico, e na liberdade de consciência.

Como refere Charles Coutel, o compromisso maçónico abre um novo espaço onde a nossa singularidade pode desenvolver-se na liberdade e no respeito, no encontro, na troca e na concórdia com outras singularidades. [...] Ao pedir-nos para suspender a nossa individualidade egocêntrica e as nossas particularidades narcisistas, o compromisso maçónico apela-nos a colocarmos a nossa singularidade ao serviço de uma obra comum. (1).

E, voltamos pois ao conceito de Obra. Àquela Obra de construção do

Templo que decorria na perfeição, sob a autoridade do Um, no anonimato e no mutismo dos seus Obreiros, antes que três idiotas úteis concretizaram a transgressão do 3º Grau.

A autoridade do chefe, a ordem que conforta, a proteção paternal da personalidade tutelar, o abandono de si na admiração do cacique, tudo isto foi derrubado, trazendo à ribalta o bloco anónimo de Obreiros, que se revela como multiplicidade. Torna-se, pois, necessário encontrar em cada um destes trabalhadores algo que una, que torne cada um parte de um Todo na qual ele se reconheça, sem diluir a sua singularidade.

É este o desafio que a Maçonaria em geral, e muito em particular o Rito Francês, nos propõe. Encontrar a chave que transformará a multiplicidade em universalidade, busca esta para a qual cada um contribui com a sua singularidade.

Somos Maçons não quando somos iniciados, mas sim quando interiorizamos os valores e princípios da Maçonaria, e adquirimos suficiente domínio das ferramentas simbólicas que esta nos faculta, de modo a que possamos continuar a progredir intelectual e moralmente, e a agir maçonicamente, enquanto construtores desta Grande Obra, que é a Humanidade.

Em resumo, somos Maçons quando vivemos maçonicamente, recordando-nos sempre desta pergunta-resposta da Instrução do 3º Grau, que nos legaram os nossos Irmãos oitocentistas, que fixaram o Rito Francês:

P. Se um Mestre se perdesse, onde é que o encontrarias?

R. Entre o Esquadro e o Compasso. ²

REFERÊNCIAS

1 Coutel, Charles, *Le Rite Français, une mise à l'épreuve de l'universel*, JOABEN n° 22, Dezembro 2023, Conform Editions, Paris.

2 *Le Régulateur du Maçon*, Paris, 1801

Entrevista com Ferrer Benimeli: Católicos e Maçons



Foto: Federico Nogales

A relação entre a Igreja Católica e a Maçonaria sempre esteve carregada de tensão e até mesmo certo mistério. Durante séculos os diferentes papas católicos consideraram os maçons sempre de forma negativa. Chegaram mesmo, a tratá-los como criminosos.

Esta oposição radical parece ter sido moderada um pouco no nosso tempo. Mas, que tipo de relacionamento existe, se é que existe algum, entre estas duas instituições tão arraigadas no mundo? Pode-se ser

católico e Maçom ao mesmo tempo? Existem sacerdotes maçons?

P – Por que adotou esta especialização, por que se concentrou desta forma na Maçonaria? O que é o centro de estudos históricos da Maçonaria espanhola?

JAFB – Começando pela segunda parte, o Centro de Estudos Históricos da Maçonaria Espanhola é uma instituição da Universidade de Saragoça à qual pertencem 120 professores universitários e alguns professores do ensino secundário ou de centros de pesquisa, tais como o

Conselho Superior de Pesquisas Científicas.

Foi formado há mais de 30 anos com o objetivo de estudar uma associação de que todos falavam e que sobre a qual tão pouco se sabia. E estudar a Maçonaria de um ponto de vista histórico, não de um ponto de vista polémico ou apologético, que é o que mais se tem insistido ao longo da história.

Se analisarmos a bibliografia, em especial a última a ser publicada, que consiste em 20 000 títulos, veremos que há uma parte que é totalmente apologética e outra que é

totalmente antimaçónica, e o que nos interessava era a perspetiva universitária, tentar levar-nos mais perto da verdade da Maçonaria, uma instituição que tem sido tão distorcida, tão controversa e que continua a ser tão desconhecida, produzindo tanta curiosidade à sua volta.

P – Em particular e aparentemente, dedicou praticamente a sua vida a esta questão ?

JAFB – Toda a vida não, mas mais de 60 anos dela sim. Quando comecei a escrever a minha tese de doutoramento sobre esta questão – e esta compreenderia a primeira pergunta, ou seja porque dediquei mais de 60 anos da minha existência, não de forma monográfica, visto que tem havido outras linhas de investigação durante a minha vida.

Na nossa Universidade estavam a estudar-se os políticos aragoneses do século XVIII e em especial eu interroguei-me: «E porque não abordar a história do Conde de Landa?, o Primeiro-ministro de Carlos III, de quem se diz ter sido Maçom e fundado a Maçonaria em Espanha».

E começámos..., mas pouco tempo depois cheguei à conclusão de que ele nem tinha fundado a Maçonaria, nem tinha sido Maçom, pelo que me encontrei um pouco perdido na minha tese de doutoramento.

Tive que encontrar uma alternativa, e como já estava envolvido com o assunto, comecei a trabalhar sobretudo nos arquivos secretos do Vaticano, e noutros 120 arquivos da Europa o que eram as motivações, as primeiras condenações Pontifícias desta instituição.

Então fui até o século XVIII, e quando cheguei ao fim, passei para o século XIX, e depois do século XIX para o XX e do XX para o XXI. Aqui estou, nesta armadilha, agarrado a esta pesquisa.

P – No início do século XX, ocorreu no Uruguai um processo de separação entre a Igreja

Católica e o Estado. Um processo que incluiu o casamento civil obrigatório, a exclusão de toda alusão religiosa nos atos públicos, ou o estabelecimento do secularismo no ensino público. De acordo com Fernando Amado, autor de livros sobre a Maçonaria, este processo de separação entre Igreja e Estado foi a origem dos confrontos mais pesados ocorridos entre as instituições. De qualquer maneira o confronto é muito anterior a estas datas...

JAFB – Remonta ao ano de 1738.

P – Muito próximo do nascimento oficial da Maçonaria...

JAFB – Sim, que ocorreu em 1717. Este foi o ponto de partida do estudo da minha tese de doutoramento que abordou esta questão.

P – Quando se refere a 1738...

JAFB – É a bula de Clemente XII, a primeira condenação papal.

P – Essa bula estabelece “a excomunhão de todos os católicos que pertenciam ou pretendiam ingressar na sociedade secreta conhecida como Maçonaria”. Assim se lê textualmente...

JAFB – A bula não diz isso, isso é referido posteriormente ou é uma interpretação histórica jornalística do que refere. O contexto é um pouco mais complexo. Já em 1735, as autoridades protestantes em Haia e Amsterdão proibem as reuniões de maçons. Em 1737 fazem o mesmo as autoridades protestantes de Berna e de Genebra, e também o chefe da polícia de Paris, o Cardeal André Hercule de Fleury, que era o primeiro-ministro de Estado.

Mas, poderíamos continuar ano após ano, 1738 as cidades hanseáticas, 1742 a Imperatriz Maria Teresa da Áustria, 1748 Calínico IV de Constantinopla, o rei Carlos III de Nápoles em 1751, o seu irmão

Fernando em Espanha... poderíamos chegar a 1798 com o Czar Paulo II.

Eles não proibem a instituição, mas as reuniões de maçons, porque naquela época os governos eram absolutistas e eram uma instituição – e este era o problema fundamental – uma instituição que foi criada à margem da autoridade. E de acordo com a legislação da época, que era de direito romano, uma qualquer instituição incorria imediatamente em suspeição por ir contra a ordem pública.

Porque nessa altura o monarca, o rei, tinha os três poderes, era o legis-

«Há um ponto de partida que eu acredito ser falso. Em muitas interpretações eclesiásticas identifica-se a Maçonaria com uma religião, e ela não é. Isso já vem de uma declaração dos Bispos alemães dos anos 80, que é a que então se tentou introduzir.»

lador, era praticamente tudo; até mesmo impunha a religião aos seus súbditos [...], os reis Luteranos impunham o Luteranismo, os Anglicanos o Anglicanismo, os Católicos o Catolicismo.

Esta associação, a Maçonaria, nasce num contexto imediatamente posterior às guerras da religião.

Em nome de Deus tinha-se matado tanta gente e isso podemos compreender hoje talvez melhor com a experiência fundamentalista de muitos países.

A maçonaria nasce com uma ideia de tolerância, de busca, de fraternidade, de liberdade entre as pessoas que pensam de forma diferente, não só no campo político, mas também no campo religioso e no domínio cultural. Esta foi a origem da maçonaria, e é isso que cria complicações, porque foi criada à margem da autoridade.

P – Expressões do Papa Pio VIII, por volta do ano de 1820: *“São associações secretas de homens facciosos, inimigos declarados de Deus e dos príncipes, que empregam todos os seus esforços para devastar a Igreja, subverter os Estados, perturbar todo o universo e, que quebrando o freio da verdadeira fé, abrem o caminho para todos os crimes”*.

JAFB – Sim, há muitas expressões, mas já estamos no século XIX. Há uma lacuna entre o século XVIII e século XIX; pois no século XIX depois da Revolução Francesa, a Maçonaria será falsamente identificada com as sociedades que lutam e conspiram contra os poderes civis legitimamente estabelecidos.

E especificamente em Roma o poder civil legalmente estabelecido era o rei de Roma, era o Papa, que ao mesmo tempo era o chefe da Igreja. Por isto, hoje, existe uma vinculação, da mesma forma que no século XVIII, o Papa começa a proibir a maçonaria seguindo o exemplo de outros governos, ou seja *“eu também proibiu as reuniões de maçons”*.

Após a Revolução Francesa já não se proibem as reuniões de maçons, mas proíbe-se a instituição, que é identificada com as ideias do liberalismo, com as ideias de liberdade, com as ideias de democracia, constitucionalismo, que se opõem ao absolutismo que

permanece na Europa, por a Maçonaria ser revolucionária.

Na Europa absolutista do Congresso de Viena, o czar da Rússia, o imperador da Áustria-Hungria, os principados da Itália, o rei de Espanha, ou seja, os países absolu-

«A Maçonaria não é uma religião; e não sendo uma religião não tem necessidade de ter uma ligação com uma religião concreta. Os vínculos já estão mais pessoais, se um Maçom tem problemas de consciência e é católico, o lógico é que vá até o seu pároco, o seu confessor ou o seu bispo e tente esclarecer a questão, porque essa é a norma.»

tistas, diante daqueles que já descobriram a liberdade, como é o caso da França, e como vai ser muito em breve o caso de todas as repúblicas da América Latina.

E o Maçom defende a liberdade, a liberdade individual, então é muito fácil, neste caso, dar o passo e assim foi; a Maçonaria não só defende a liberdade, mas ela também defende

a liberdade dos povos e, por isso liderará os movimentos não só de insurgência, mas também de independência dos povos ou estará muito identificada.

A questão aqui é saber se a Maçonaria se introduz antes ou depois da independência. Quando são constituídas as grandes lojas, 1862, 1856 por exemplo no Uruguai. Eu acho que a resposta está clara, embora tivesse alguns elementos que puderam colaborar antes nesta política.

P – A partir da sua exposição, está clara a rejeição da Igreja Católica à Maçonaria. Mas como era este confronto visto do outro lado? Que rejeitava a Maçonaria na Igreja Católica? De onde vinha o confronto do lado dos Maçons?

JAFB – Nas suas origens, incluindo hoje em dia na maior parte das maçonarias... Porque estamos a falar sobre a Maçonaria no singular e precisaríamos falar sobre maçonarias no plural, porque a Maçonaria nos Estados Unidos não é a mesma que na Grã-Bretanha, ou que a Maçonaria na França, em Itália, Espanha ou Portugal. Nem a maçonaria do século XIX é igual à maçonaria do século XX. Esta é uma nuance que deve ser salientada.

Nas Constituições da Maçonaria, no artigo 2º exige-se para ser Maçom, crer em Deus e na imortalidade da alma e se insiste em que cada Maçom deve ser fiel à sua religião. Que na Maçonaria, nas lojas, sejam admitidos homens de diferentes religiões não significa sincretismo, nem qualquer coisa contrária à própria religião.

Fazendo uma transposição terminológica, em alguns lugares chama-se a isso ecumenismo. Mas, no século XVIII isso não se podia entender, porque os católicos não podiam sequer reunir-se com não católicos, estando sujeitos à pena de

excomunhão. E porque é que os maçons são condenados à excomunhão?

Por causa da bula In Eminenti, seguindo o exemplo de outros governos, por pura motivação política. Como os maçons se reúnem ou permitem que existam não católicos nas suas lojas, então estão sujeitos à pena de excomunhão porque os católicos não poderiam estar com não católicos.

P – Mas a Maçonaria ou algumas lojas maçónicas nunca fizeram guerra contra a Igreja Católica?

JAFB – Sim, claro. Por isso eu digo que é preciso ir deslindando o panorama. No século XVIII, não há problema, e mais, divulguei e publiquei o facto de 5 000 sacerdotes católicos que pertenceram à Maçonaria no século XVIII, mesmo depois das sentenças Pontifícias. Porque de acordo com a sua própria consciência ali não havia coisa alguma que atentasse contra as suas crenças.

P – No Uruguai é dado como um facto que o padre Dâmaso Antonio Larrañaga, associado íntimo do general José Artigas, um sacerdote, era Maçom.

JAFB – Sim, mas estamos já no século XIX e no século XIX há uma série de maçonarias que ao invés de se envolver como as mais tradicionais e herdeiras da fundação inglesa de 1717, que se fundamentam, sobretudo no ritual, no espiritual, numa espiritualidade maçónica ou uma espiritualidade que inclui os ateus, os não crentes em Deus, conforme mencionado em várias publicações ultimamente.

E existem outras maçonarias no século XIX, especialmente nos países da Europa, em França, em Espanha, em Itália, que se envolvem mais nos problemas sociopolíticos e, então sim, que há aí uma união íntima com estas políticas seculares ou que dão maior importância ao que acontece com a própria formação, porque a Maçonaria de

facto é uma escola de formação do Homem.

Mas, há outros que dizem “não, mas saíamos do nosso próprio mundo pessoal, envolvamo-nos no mundo ao nosso redor”. E isso eu experimentei alguns anos atrás numa área muito pobre do Brasil onde havia uma loja secular e me disseram: “Aqui houve uma divisão porque um grupo de maçons não entendia que nos reuníssemos vestidos de preto, com luvas, com todo o ritual, e que ao nosso redor existissem favelas”.

Então, houve um grupo que se mudou para uma favela e aí construiu a sua própria loja com tijolos, com piso de terra, com umas cadeiras onde cada uma era diferente da outra, criaram uma clínica, uma escola e dedicaram-se a buscar água, pois nem sequer havia água nessas favelas. Duas maneiras de conceber a Maçonaria: como exclusivamente a formação em si, ou como um compromisso social com o ambiente.

Então, algumas maçonarias do século XIX, do século XX e incluindo algumas atuais estão mais envolvidas com estes problemas sociais e políticos, e por não isso é surpreendente que defendam a separação entre Igreja e Estado no século XIX. Mas logo em seguida, no século XX acontece o Concílio Vaticano II que defende a separação entre a Igreja e o Estado. Assim que, às vezes por adiantar-se ao seu tempo sofrem-se certos castigos, pelo pioneirismo.

P – E isso foi o que entende ter acontecido com a Maçonaria?

JAFB – Em algumas maçonarias foi o que aconteceu.

P – Como é hoje a relação entre a Maçonaria e a Igreja Católica? A Igreja continua a considerar a Maçonaria uma seita?

JAFB – Tudo depende do que se entende por igreja ou seita. Sim, existem documentos que ainda falam de seita; mas do ponto de vista

da história acho que não é certa essa expressão, porque o que é uma seita? Seita é uma religião falsa do ponto de vista da Igreja Católica, e a partir do momento em que a Maçonaria não é uma religião, dificilmente pode ser uma seita. O ponto de partida já pode apresentar dúvidas, ou, inclusive, mal entendidos.

P – Num folheto lê-se: “A Maçonaria é uma associação universal, científica, filosófica e progressista que reúne todos os seres humanos que se sentem unidos pelo vínculo da solidariedade, resultantes dos princípios de amor à humanidade e à verdade.” Na Maçonaria estimula-se 1) O estudo da moral, da ciência e das artes para melhorar a condição social do Homem por todos os meios lícitos e especialmente pela educação, pelo trabalho e abnegação; 2) A tolerância para tornar mais sólidos os laços de união entre os semelhantes, extinção de antagonismos de nacionalidade, de opinião, de raças e interesses parciais; e 3) O livre pensamento, sem depreciar qualquer ideia, na certeza de que é a razão humana que rege os destinos do mundo. A Maçonaria reconhece a existência de um princípio criador superior, ideal e único, cuja interpretação é pessoal e absolutamente livre para cada homem. A ideia de uma origem única e comum de todos os seres humano é o fundamento em que se baseiam os conceitos sociais de igualdade e fraternidade, e, por conseguinte, o direito dos povos a serem livres e governados democraticamente.” Portanto como se define Maçonaria?

JAFB – Mais do que uma definição, o que leu é uma declaração de princípios. As definições têm de ser curtas. É uma declaração de princípios, e neste caso encaixa-se em muitos pontos no que dizem outras maçonarias.

P – E, assim, quando a define como instituição aparece expressamente a precisão que formulava há poucos momentos: a Maçonaria não é uma religião.

JAFB – Exatamente. Em cada país, não existe uma única Maçonaria, mas podem existir, inclusive, várias maçonarias. Por exemplo, em França, ainda hoje existem mais de 15 diferentes maçonarias, como em Espanha, ou Portugal. Cada maçonaria pode ter uma orientação mais particular ou mais específica.

Então é correto, e como se verá, que não há nenhum confronto com a Igreja, embora existam alguns princípios que podem ser interpretados pela Igreja de forma diferente. Especialmente quando se fala do Livre Pensamento, que tem toda uma trajetória e que é necessário saber compreender e situar em cada momento da história, e em cada país.

Mas chegando aqui, qual é a situação atual? A Maçonaria durante muitos anos foi proibida e não apenas proibida, mas condenada com a pena de excomunhão pela Igreja Católica. Isto resumia-se no primeiro Código de Direito Canónico de 1917. Este Código de Direito Canónico recolhia toda a legislação anterior que tinha sido dada pelos diferentes papas ao longo da história e especialmente os anteriores a 1917.

Apenas dois papas, Pio IX e Leão XIII, se envolvem na luta do Vaticano contra os patriotas italianos que estavam a tentar unificar a península italiana e que são os que mais se opõem a isso. O Papa Pio IX estava acima de tudo, convencido de que se ele não tivesse um poder temporal tampouco poderia ter um poder espiritual.

Daí a defesa dos Estados Pontifícios contra os exércitos de Victor Emmanuel e de Garibaldi pelo Sul, que estavam a tentar conquistar e unificar a Itália. Aqui já temos outro problema a acrescentar, que é o problema político da Unificação.

Portanto, não é de estranhar que Pio IX e Leão XIII, sozinhos, que são os protagonistas deste problema, emitam 2 200 documentos condenando a Maçonaria, por a identificarem com os carbonários, com as sociedades patrióticas, com todos

aqueles que lutavam pela unificação italiana.

E não é de se estranhar que o código promulgado imediatamente após recolha toda essa situação. O que nos diz o Cânone 2335? Que os que dão o seu nome a associações que conspiram contra a Igreja e os poderes civis legitimamente estabelecidos estarão sujeitos à pena de excomunhão ipso facto, cuja pena é reservada ao Sumo Pontífice, exceto em caso de morte.

Aqui estão eles a dizer que a Maçonaria se identifica com sociedades que conspiram contra a Igreja, e os poderes civis

legitimamente estabelecidos. O Papa era o poder civil legalmente estabelecido e era a Igreja, de acordo com esta legislação. E, por conseguinte, estamos a identificar uma instituição com um problema sociopolítico ou político-militar italiano desse momento.

P– Mas há algumas poucas décadas atrás, ouvimos católicos talvez com uma posição político-ideológica à direita, falar da conspiração Judaico-Maçónica, por exemplo.

JAFB– Judaico-Maçónica-Comunista.



Foto: Federico Nogales

P – A conspiração Judaico-Maçónica-Comunista ? Mas estamos no século XXI.

JAFB – Sim, isso eu posso explicar muito bem porque eu tenho um livro chamado “O contubérnio Judaico-Maçónico-Comunista”. É um reflexo de uma mentalidade de extrema-direita que precisa culpar alguém para ser capaz de se salvar.

Mas gostaria de fechar o tópico da situação jurídica atual. O Cânone 2335 desaparece com a promulgação do novo Código de Direito Canónico, que acontece em 1982, e o Cânone 2335 vai ser substituído pelo 1374, que diz: “Os que dão o seu nome a associações que conspiram contra a Igreja estarão sujeitos a uma pena justa e aqueles que as dirigem à pena de interdito”.

Ou seja, desapareceram as palavras “Maçonaria” e “excomunhão” e a expressão “aqueles que conspiram contra os poderes civis legitimamente estabelecidos”. Ou seja, o que era uma situação concreta do século XIX, desapareceu no século XX.

P – E como se traduz essa nova regra em termos práticos?

JAFB – Se existem maçonarias que conspiram contra a Igreja, elas estão sujeitas a esta pena, mas se existem maçonarias que não estão sujeitas, dificilmente podem cair. É preciso acrescentar a reação que ocorreu então e a nota de imprensa que sai no L’Osservatore Romano logo em seguida..

P – O Bispo de Salto acerca da possibilidade de ser católico e Maçom, afirma: “Não é possível! Assim como a Maçonaria, hoje se apresenta, devo dizer que a Igreja Católica já teve o seu pronunciamento em relação ao que são conceções filosóficas diversas e antagónicas”. E se daria comunhão a um Maçom, respondeu: “Não, não lhe daria a comunhão. Porque eu creio que se colocou numa zona na qual afirma a sua participação numa associação que simbolicamente tem um Supremo Arquiteto,

mas a Igreja não sustenta um Supremo Arquiteto como um trolha e com um olho”.

JAFB – É uma interpretação que eu respeito, como eu espero ou desejaria que ele respeitasse outras interpretações. Eu até poderia citar muitas outras de outros Bispos, inclusive Cardeais que não são tão radicais nem coincidem, ou seja estão numa posição muito diferente.

P – Dentro da Igreja Católica a norma vigente promulgada pelo Vaticano é interpretada de formas diferentes?

JAFB – Foi sempre esse o caso. De qualquer forma, a norma jurídica está muito clara, a norma jurídica não fala de Maçonaria nem fala de filosofia da maçonaria. E nessa interpretação que acaba de ler, tudo se baseia numa interpretação

«A norma jurídica está muito clara, e não fala de Maçonaria nem fala de filosofia da maçonaria. E nesta interpretação (...), tudo se baseia numa interpretação filosófica, mas de que Maçonaria se fala? E de que filosofia, se a Maçonaria não tem filosofia?»

filosófica, mas de que Maçonaria se fala? E de que filosofia, se a Maçonaria não tem filosofia?

P – Na atualidade como define o relacionamento entre a Igreja e a Maçonaria? Podemos falar de “relações”?

JAFB – De relações e de igrejas, porque quem é a Igreja? Em cada diocese, a Igreja é o bispo! Só no Brasil existem 360 bispos. Não sei se são necessárias mais explicações. Eu tenho a experiência de fazer conferências a convite da Maçonaria em diferentes países, e por exemplo no Brasil, cheguei a uma cidade e o bispo disse-me que ninguém me iria ouvir. E o bispo da diocese seguinte chamou-me, para que eu falasse aos padres e freiras na sua própria diocese, no seu próprio palácio episcopal. Felizmente, a Igreja tem uma grande variedade que é o que a enriquece.

P – Mas, institucionalmente, entre a Igreja Católica e a Maçonaria existem vínculos?

JAFB – Tudo depende do que se considere como vínculo. A Maçonaria não é uma religião; e não sendo uma religião não tem necessidade de ter uma ligação com uma religião concreta. Os vínculos já estão mais pessoais, se um Maçom tem problemas de consciência e é católico, o lógico é que vá até o seu pároco, o seu confessor ou o seu bispo e tente esclarecer a questão, porque essa é a norma.

O que acontece – e quero dizer isso para evitar desde já as interpretações falsas – é que, ao promulgar este Código de Direito Canónico, no mesmo dia o Cardeal Ratzinger fez um comunicado de imprensa no L’Osservatore Romano, dizendo que embora o novo Código de Direito Canónico não mencionasse a Maçonaria, a atitude da igreja permanecia inalterada sobre esta instituição e, por conseguinte, todos os maçons estavam num Estado de pecado mortal e não podiam aceder aos sacramentos.

P – Como se compreende isso?

JAFB – É difícil de entender. Eu poderia falar-lhe a partir do ponto de vista histórico, não do ponto de vista ideológico. Há um ponto de partida que eu acredito ser falso. Em muitas destas interpretações eclesiais identifica-se a Maçonaria com uma religião, e ela não é. Isso já vem de uma declaração dos Bispos alemães dos anos 80, que é a que então se tentou introduzir.

Vou dar-lhe um dado: na véspera da promulgação do Código de Direito Canónico, na Pontifícia Comissão de Direito Canónico, que era composta por mais de 50 cardeais, arcebispos e peritos, discutiu-se se se manteria a excomunhão para os maçons, este tópico foi abordado.

Um tema que tardou 20 anos, porque eu acompanhei a passo a passo essas discussões do Código de Direito Canónico, e até participei nalguns momentos nas consultas feitas.

O que aconteceu nesta votação? Que os que pediam que se mantivesse a excomunhão perderam a votação numa proporção de 15 ou 16 contra 30. Por conseguinte, o novo Código de Direito Canónico não se refere à Maçonaria ou à excomunhão.

Agora, se me diz quem são aqueles que votaram a favor da manutenção da excomunhão, eu poderia dizer que entre eles estava o Cardeal Ratzinger, que é logo aquele que emite a nota no dia seguinte. E é a nota que permanece até hoje.

Mas desde então até hoje não se voltou a discutir a questão, exceto em relação às diferentes conferências episcopais de Bispos dos países mais fortemente envolvidos com o tema da Maçonaria, que podiam ser os Estados Unidos, Brasil, os países escandinavos.

Lembro que o cardeal Sepe, que é o predecessor de Ratzinger na Congregação para a Doutrina da Fé, autorizou em 1972 que os católicos pudessem ser maçons daquelas

maçonarias que não conspirassem contra a Igreja Católica.

Então não é verdade que a atitude da Igreja esteja inalterada. Houve mudanças, mantém-se inalterado o decreto do Cardeal Sepe e a norma que existia imediatamente ou a norma que existia no século XIX.

É complexo, especialmente quando se vê do ponto de vista da história e da análise de documentos e como esses documentos são criados, porque muitas vezes o documento é frio, mas quando se olha nos arquivos como se chegou a esse documento e, então pode ver-se que a coisa não é tão simples.

P – Pensa que alguma vez será possível terminar com os dogmas das religiões, para um bom relacionamento com as maçonarias anti-dogmáticas ?

JAFB – Se calhar começemos por admitir que a maçonaria também tem dogmas.

P – Há quem diga que sim...

JAFB – Estaremos assim perante duas atitudes paralelas. Podemos interrogar-nos sobre o que se entende por dogma, ou atitude dogmática. Podemos perguntar, que é a Igreja ? É o Papa ? É Roma ? São as Conferências Episcopais ? Como atrás disse, só no Brasil há mais de 300 Bispos, cada um com a sua mentalidade, cada um com o seu critério. Por isso tenho que analisar a pergunta num sentido mais amplo.

Quem representa a Igreja nas Filipinas, em que há meses uma série de Bispos disseram umas coisas que estão longe de serem partilhadas por todos, e no todos incluo os fiéis, que também são Igreja. Cada um tem que definir o seu posicionamento e resolver dentro de si estas questões, que não podem ser resolvidas por outros.

A vida é curta, e no meu caso levo mais de 50 anos a estudar este tema. Chego agora à conclusão que depois de muitos livros escritos e muitas conferências dadas, tudo isso não

serviu para nada. Por exemplo, um dos meus livros, acaba de ser proibido em Itália pelo Vaticano.

P – Porque se dão tão mal as religiões, todas as religiões, com o Livre Pensamento ?

JAFB -. Uma coisa é a liberdade de pensar e outra coisa o Livre Pensamento enquanto instituição. Se formos aos congressos onde tenham estado livres pensadores, encontramos algumas conclusões fortemente extremistas, sempre relacionadas com os momentos políticos e sociais desses anos e desses momentos, nesses países.

Uma coisa é a liberdade de pensar outra coisa o Livre Pensamento. São conceitos diferentes, pois o Livre Pensamento é uma instituição histórica. Liberdade de pensar temo-la todos, e é o mais sagrado que pode ter o Homem.

A questão surge quando associamos o Livre Pensamento a algum anticlericalismo, ou à luta contra A ou B, ou oposição a C ou D, marcando um terreno que eu pessoalmente não compartilho. A palavra luta já nos ensina algo. Nas guerras quem são os bons e quem são os maus ? A história das guerras escrevem-na os vencedores...

P- Há algo presente na sua carreira e nas suas constantes referências, que é demonstrar o grande número de prelados que foram maçons. E hoje ? Há muitos ? Poucos ? Quase nenhuns ? Estão visíveis ou escondidos?

JAFB – O que mais estudei foi o séc. XVIII. E nessa altura encontrei milhares de sacerdotes, bispos e canónigos, e até Lojas a funcionarem em conventos, com os próprios monges ! Tudo isso são segredos que hoje são públicos que estão documentados nos arquivos da Maçonaria e da Igreja.

A atitude da Igreja foi-se radicalizando de tal forma contra essa associação, até chegar a uma incompatibilidade cada vez maior,

tratando alguns elementos com muita dureza, incluindo os Bispos que ajudavam a Maçonaria.

Recordo o caso de um Bispo brasileiro de Baía que participou numa Loja, até o Vaticano ter reagido negativamente a esse facto. E fê-lo de tal forma, que apesar de ser ainda novo, morreu inexplicavelmente dois anos depois, seguramente de desgosto pela incompreensão manifestada por Roma.

P – Na sua opinião há alguma justificação para haver por parte da Igreja uma atitude diferente face à Maçonaria Regular e face à Maçonaria adogmática ou liberal ?

JAFB – Não gosto dessa terminologia de maçonarias regular e irregular, ou boas e más. A autêntica Maçonaria é única, apesar de ao longo dos tempos terem aparecido vias diferentes. Uma mais fiel à tradição e outra menos fiel, mas isso são questões históricas, embora eu não goste de as analisar com base nessas diferenças, e por isso dou-me bem com ambas.

Não gosto de pôr a questão nos termos de «ou estás comigo, ou estás contra mim...». Ao trabalhar em zonas de «fronteira» prefiro passar por cima dessas questões por vezes complicadas.

P -Está de acordo com uma apreciação crítica que diz que a maçonaria é estruturalmente uma organização protestante ?

JAFB – Não. A Maçonaria é na sua origem um organização católica, e por acaso estou agora a começar um livro sobre essa origem cristã, desde o tempo da fase operativa. A Inglaterra até ao séc. XV era católica e todos os «Old Charges» são católicos.

P – Também chamam à maçonaria uma Sinagoga Satânica...

JAFB – (Risos) – Essa anti maçonaria absurda e com ranço, não tem razão

de ser. Há pessoas que para alcançar a salvação, têm que matar os outros. Do género, «para eu ser bom, tem que haver maus». Essa dicotomia, esse maniqueísmo histórico, social ou político, não tem sentido e ainda menos nos dias de hoje, em que a informação está ao alcance de todos.

As pessoas deixaram de ser tontas e já não vão nas conversas de quem lhes apareça, pois temos capacidade de pensar pela nossa cabeça, e de tomarmos as nossas próprias decisões. Todas as proibições e condenações de tipo global, não têm sentido, são injustas, e julgo que não terão futuro.

Desgraçadamente levamos 300 anos e parece que não haverá solução a curto prazo. É a minha visão, e depois de uma vida de quase 60 anos a estudar profundamente este tema, não consigo vislumbrar o futuro que sempre desejei.

P – Fidel Castro apesar de ser um ditador tolerava a maçonaria...

JAFB – Em Cuba a maçonaria tem uma grande tradição e é muito popular. É uma espécie de Seguro Social e o maçon sabe que depois de morrer tem enterro, amparam e ajudam a viúva, uma espécie de Socorros Mútuos.

O grande templo da maçonaria em Havana era o mais alto da cidade, mas Fidel, que não era maçon, mandou demolir oito pisos e deixou apenas um ou dois. Tudo o que aí estava foi confiscado, e se não destruiu mais foi pela tradição maçónica aí existente, uma tradição positiva.

Fui muitas vezes a Cuba, mas não sei se irei mais alguma vez, pois a situação que aí se vive, é infernal. Fidel tolerou a maçonaria porque em certa medida lhe convinha. O historiador oficial da maçonaria, Eduardo Torres Cuevas, um professor universitário amigo de Fidel, e diretor da Alliance

Française em Cuba, depois da morte de Fidel, teve muitos choques com o partido.

P – Para finalizar, estamos num tempo de reafirmação global de velhas religiões. E de novas que se querem impor. Como analisa o momento atual ?

JAFB – É complexo a todos os níveis. Vivemos uma crise global, a Igreja está em crise, de vocações, de identidade. A Universidade está em crise e os partidos políticos também. Socialmente o mundo tem que se reorganizar, e não é por acaso que a Europa está a receber milhares de emigrantes, sem contar com os que morrem para cá chegar, numa crise humanitária.

A Europa nunca se conseguirá organizar se África também não estiver organizada. Um pouco como na América, em que o sul e centro pensam que no norte existe o paraíso, quando a vida pode ser mais feliz nos países do sul.

Estamos no mundo da propaganda, dos paraísos artificiais criados pela TV, pelos media, pela internet. A maçonaria também está em crise, e nos EUA, mais de um milhão de maçons abandonou a Ordem nos últimos anos. Em Inglaterra passámos de 900 mil a 200 ou 300 mil.

As Ordens religiosas estão a fechar por falta de elementos que as possam continuar. Há que procurar outras soluções, pois parece que as atuais já não têm valor ou já não fazem sentido, ou não têm futuro.

As novas gerações terão que decidir algo, pois as velhas instituições têm que assumir o seu fracasso. Não quero ser negativo nem pessimista, mas depois de dar à Universidade 40 anos de investigação, e agora e em simultâneo ver a Europa em guerra na Ucrânia e em Gaza, pergunto: Interessa mais o quê ? A paz ? A economia ? A venda de armas ?

Fazer negócio com a vida e com a morte ? Não tenho respostas...

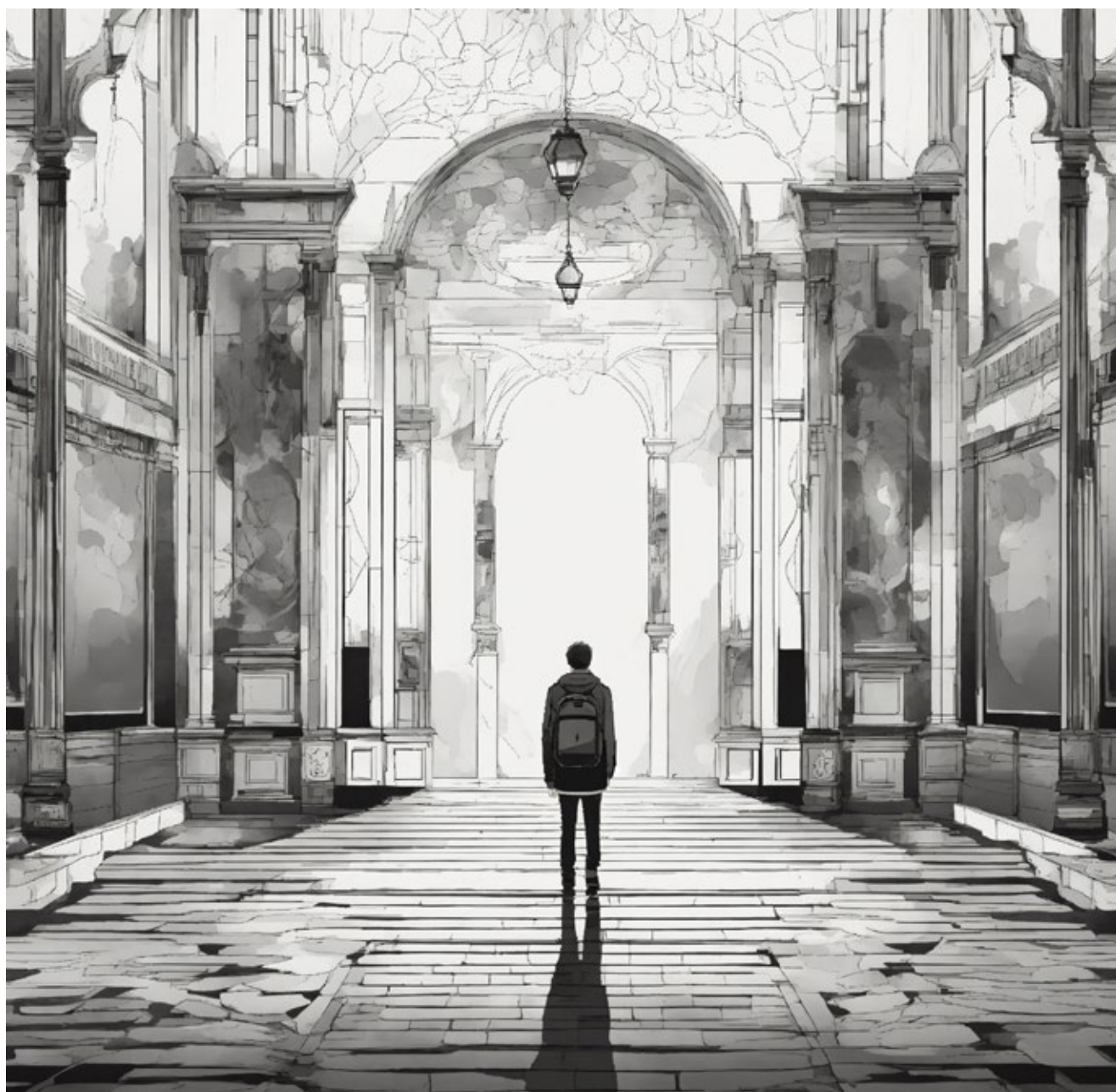
P – Obrigado pelo tempo que nos dispensou, e boa sorte, José António Ferrer Benimeli. ❶

Nota - José António Ferrer Benimeli tem 90 anos de idade, e nasceu em 1934 em Huesca, Espanha. É sacerdote jesuíta, licenciado em Filosofia e Letras com especialização em história pela Universidade de Zaragoza. É professor nessa universidade há mais de 50 anos, especialista em assuntos da Maçonaria.

Na Universidade de Saragoça dirige o Centro de Estudos Históricos da Maçonaria Espanhola, a quem acaba de doar a sua imensa biblioteca toda catalogada, «para que não desapareça» após a sua morte, como faz questão de sublinhar.

Autor de mais de 70 livros (muitos deles em português) e 600 opúsculos, monografias e trabalhos diversos sobre esta temática. É convidado e percorre o mundo como conferencista, e calcula que esteve em mais de 800 sessões deste género.

Com o apoio de freemason.pt, perguntas de Emiliano Cotelos e Pedro Luiz de Castro



«Novas gerações e velhas instituições» Imagem gerada por inteligência artificial (Midjourney)

Ética da Maçonaria, da Obediência, da Loja ou do Maçon?

INTRODUÇÃO

A definição mais simples de ética é a parte da filosofia que estuda a moral, entendendo-se esta como as regras de conduta entre os homens, plasmadas em usos, costumes e nas leis.

Note-se que a origem etimológica da palavra ética é o vocábulo grego “ethos”, ou seja “modo de ser”, “carácter”, cuja tradução feita pelos romanos é “mos, morus” (costume, comportamento), palavra que está na base da “moral”.

Pode afirmar-se de algum modo, que se a ética é a teoria, a moral é a prática, sendo que esta última é regulada por excelência, através de instrumentos legislativos ou regulamentares. No entanto, apesar desta separação entre ética e moral, muitas das vezes, na prática, mostra-se difícil separar as duas.

A ética refere os grandes princípios universais, muitos dos quais foram apropriados pelas religiões, embora com o decaimento destas, passassem a assumir uma dimensão resultante da capacidade racional do Homem.

À primeira vista, há a tendência para pensar que esses magnos princípios são imutáveis, porque têm a ver com a essência do Homem, e, portanto, não deveriam ser sujeitas aos particularismos dos tempos históricos.

No entanto, o que vemos, hoje em 2023, é que se os conteúdos das regras morais se alteraram com o



decurso dos tempos, o relativismo moral impôs-se como norma e os princípios éticos perderam valor e significado.

Dando um exemplo concreto, o valor da vida humana foi construído ao longo dos tempos como algo “sagrado”, donde ser punível o atentado contra a sua integridade. Não se criou qualquer lei a dizer que não se pode matar, porque é desnecessário, sabe-se que a vida não pode ser posta em causa.

E daí que as religiões se arvorassem em arautos da proibição da eutanásia, da interdição do aborto, negassem o direito ao suicídio, etc., normas que revelam apenas um pensamento religioso e cultural de uma sociedade restritiva.

Mas essas mesmas sociedades por interesses políticos, não se coíbem de violar o direito à vida quando provocam genocídios, mortes escusadas, em nome de noções de patriotismo ou do direito à defesa, quando não alegam direito de ingerência na vida de outros países soberanos.

Causa perplexidade ver a flexibilidade com que os fundamentos da moral estejam sistematicamente a ser postos em causa, pelas oscilações político-religiosas do mundo. Torna-se praticamente impossível falar de uma ética universal, pois é inexistente o entendimento do que deveria ser comum à espécie humana, assim como se esboroa a definição entre o que é o Bem e o Mal, chegando ao ponto das acções

prejudiciais aos homens serem consideradas boas ou más (tirar a vida), consoante a perspectiva que se adote por uma das partes.

E o pior disto é que a comunidade internacional, os grandes blocos políticos, assumem cada vez mais a posição de “assobiar para o lado”, numa posição hipócrita que pouco tem a ver com princípios éticos, limitando-se a denunciar a violação dos princípios morais, cuja valoração depende de cada sociedade.

Como se pode justificar tal situação? Através do reforço da vertente política que se encontrava em declínio nas últimas décadas, em prol dos movimentos éticos-morais. Viu-se nas últimas décadas que as grandes questões éticas voltaram a estar na moda, como a defesa humanitária numa visão global, as questões da bioética, nomeadamente a procriação artificial e o controle da ciência genética, os temas ambientais, em particular as alterações climáticas, visando o princípio da precaução global do planeta e não só do Homem, etc., etc.

Procurou-se ao longo dos tempos justificar a ética-moral através das suas bases naturais sob um ponto de vista darwinista, com o exemplo do que se passava nas sociedades primitivas, onde do caos surgiu uma ordem, onde a cooperação e colaboração era uma realidade (v.g. na caça), onde os cuidados e a assistência aos feridos se mostrava uma realidade, onde os cuidados de higiene e cuidados parentais eram assumidos por algumas espécies animais como coisas naturais e básicas.

Tudo isto tem sido desenvolvidos pelos estudiosos, citando-se aqui a título de exemplo, o livro de 2021 de Melanie Challenger, *Ser Animal, Ser Humano. Uma nova história do que significa ser humano*, no qual se aponta a dimensão animal do ser humano, muitas vezes esquecida.

Seguiu-se o tempo em que a Razão humana justificava a ética: Kant no seu “imperativo categórico” previa a regra de “devo sempre

comportar-me de forma a que eu possa também querer que a minha máxima se torne lei universal”, ou seja a máxima moral impunha-se como um imperativo livremente aceite pelos outros, sem a necessidade de uma lei.

Nietzsche na sua obra de 1886, *Para lá do Bem e do Mal*, acabou por defender uma posição niilista, onde os valores não têm dimensão universal, dependendo da integração dos homens na sociedade, do lado dos que mandam, dos mestres, da elite, e dos que são mandados, os

falar de ética maçónica sem nos referirmos aos ritos praticados?

Pode, se atentarmos a que o ritual de iniciação, praticamente idêntico em todos os ritos, já existia desde tempos imemoriais, muito antes da sistematização daquilo a que veio a denominar-se ritos maçónicos, como o de York, francês, escocês, etc.

De facto, um dos requisitos do candidato é que ele seja um homem de bem, honesto, de bons costumes, que questione a sua própria consciência sobre os atos em que vai

«A comunidade internacional, os grandes blocos políticos, assumem cada vez mais a posição de “assobiar para o lado”, numa posição hipócrita que pouco tem a ver com princípios éticos, limitando-se a denunciar a violação dos princípios morais, cuja valoração depende de cada sociedade.»

trabalhadores, os escravos; os primeiros defendem a honra, o orgulho enquanto que os segundos possuem as virtudes da humildade, da generosidade, da compaixão.

Assentemos que a ética é um princípio permanente e universal, pelo que se coloca no plano da teoria, enquanto a moral corresponde a comportamentos culturais, resultado da aplicação de regras sobre conduta situados no tempo e no espaço, portanto, situando-se no âmbito da prática. Contudo, ao homem pragmático pouco interessa a ética, quando muito uma moral justificativa dos seus actos.

I. ÉTICA DA MAÇONARIA

Torna-se difícil falar de ética na maçonaria, porquanto previamente há que fixar em que tipo de maçonaria nos encontramos, uma vez que os modelos são vários. Poderemos

participar, o que significa que o seu oposto não deve – diria até, não pode – ser admitido.

Que “bem” é esse? À primeira vista interpretamo-lo como a verdade e o amor ao próximo. Esse é o sentido primário e ético daquele que pretende ser maçom; depois já o cumprimento das leis ou das regras morais construídas pelo Homem social, isto é aquele que obedece e pratica a lei e é amante da justiça, manifesta amor pela pátria, etc., coloca-se num segundo patamar onde a intervenção o poder humano existe na sua tentativa de regular as relações sociais.

Esclareçamos aqui um ponto prévio. Entendo que em 1717 o aparecimento da Grand Lodge of London and Westminster e outras obediências posteriores, assim como a evolução dos rituais, trouxe a divisão da maçonaria tradicional, tal como ela existia inicialmente, formada em

lojas que ainda não integravam qualquer estrutura centralizadora, à qual deviam obediência.

O modo como ali era exercida a maçonaria submetia-se às necessidades mais primárias do homem, havendo entre homens da mesma profissão, um espírito de entreajuda, que muitas das vezes ultrapassava o próprio grupo.

O conceito de “bem” era entendido segundo os cânones da lei – friso lei – religiosa que então vigorava v.g. o

seja dever obedecer à “lei moral”, que na época newtoniana, tanto pode ser entendida como moral natural, como moral racional ou como moral religiosa; depois se ele perceber o que é a maçonaria, nunca virá a ser um “ateu estúpido, nem um libertino irreligioso”, ou seja, é-lhe permitido ser tudo, que não seja imputável na época, a um “ateísmo estúpido”, ou a “libertinismo irreligioso”.

Trata-se de um aparente paradoxo: antes de entrar na maçonaria o

união entre todos os homens, independentemente dos seus credos religiosos.

E aqui levanta-se uma grande questão: deverá a maçonaria exigir dos seus membros a crença num Deus revelado? ou em outro Deus? ou não é necessária essa crença? Note-se que a pergunta é feita no sentido de atribuir algum sentido ético à maçonaria, e nessa perspectiva, se defendermos que há necessidade de acreditar conscientemente - repito conscientemente - num Deus revelado, então toda a ética maçónica está ligada a essa crença na existência de um ser metafísico, superior e transcendente ao ser humano, que determinaria o que é o Bem e o Mal, o que não tem qualquer significado aos olhos da razão, mas apenas aos olhos da fé. E assim se pressente uma grande intrusão da maçonaria naquilo que é o domínio da religião, o que equivale a dizer no poder das Igrejas.

A usurpação é nítida quando vemos que na segunda edição de 1738 das constituições de Anderson, o maçom já não está vinculado somente à lei moral, exigindo-se que ele a observe “como um verdadeiro Noaquite”, ou seja de acordo com as leis de Noé, anteriores às de Moisés, redação que é seguida pelo Ahiman Rezon de Lawrence Dermott, em 1756, da Grand Lodge of the Ancients, obra que divulgou não só a maçonaria da vertente “cristã” como a “judia”.

Ainda no século XVIII foi feita a captura da ideia universalista da maçonaria especulativa constituída em 1717, pela mensagem da religião judaico-cristã, o que quer dizer que a espiritualidade que grande parte dos maçons tradicionais pretendia impor, era a correspondente à religião cristã tradicional (leia-se inglesa) e, portanto, se conclui que a ética que aí se encontra tem uma base religiosa.

E assim é, pois na maioria dos rituais que a maçonaria utiliza, deparamo-nos com um conjunto de palavras



cristianismo católico em Portugal, ou justificava-se através de imperativos de ordem natural, em que as acções do homem eram praticadas em função do outro, a fim de ser tratado de forma igual; neste último caso, era o reconhecimento da velha regra de ouro pela positiva: faz aos outros o que queres que te façam a ti.

Nas bases da *Constituição dos Pedreiros-livres* de 1723, atribuída a James Anderson, “A propósito de Deus e a Religião”, prescrevia-se que “Um Maçon é obrigado, pelo seu estatuto a obedecer à Lei Moral; e se ele compreender correctamente a Arte, nunca será um Ateu estúpido nem um Libertino irreligioso”.

Não se mencionava explicitamente a personagem de Deus, mas o comportamento que um maçom deve ter, ou

candidato pode ser um ateu e libertino (e que eles existiram é verdade, como o então Grão-Mestre Philip, Duque de Wharton), mas depois de saber o que é a maçonaria o maçom já não será “ateu estúpido” e “libertino irreligioso”, mas sim regrado nos costumes e crente religioso. A maçonaria funcionaria assim como escola de formação de hábitos moderados e de uma certa religiosidade, a qual não vem definida no preceito.

O artigo em si é completamente omissivo sobre qualquer igreja, bem como não menciona qualquer divindade, nem sequer o Grande Arquitecto do Universo – o que aparece na versão inglesa de 1813 das Constituições – o que se compreende quando se sabe que a maçonaria queria ser o centro de

de passe e sagradas todas extraídas do Antigo Testamento.

No sentido oposto – daqueles que não acreditam num deus revelado, sejam agnósticos ou ateus – encontram-se os que defendem uma ética laica ou natural aplicável à maçonaria, no que respeita a preceitos, regras que justificam a convivência harmoniosa entre os seres que compõem a espécie humana.

A regra básica da solidariedade entre estes exige o reconhecimento do outro no mesmo patamar, isto é uma igualdade obtida quer na vertical, quer na horizontal, alician-do-se aqui os instrumentos maçó-nicos da régua, do nível, da perpendicular, etc.

A regra de ouro constitui a pedra fundadora de tudo, pois impõe o respeito e o reconhecimento do outro, e ambos estão ao mesmo nível.

Falamos muitas vezes, por exemplo de justiça, de sinceridade, mas muitas das vezes a justiça não corresponde à verdade, que está transposta na lei, a qual por regra, obedece às exigências sociais localizadas no tempo e no espaço, bem como ao grau de desenvolvimento da sociedade. A sinceridade muitas das vezes oculta por vezes uma reserva mental, imposta para não ferir a sensibilidade da outra pessoa.

Pensamos que o altruísmo - ações voluntárias de alguém em benefício de outrem carecido, sem aguardar qualquer compensação - deve existir na sociedade como valor, da mesma forma que a filantropia, pois representam comportamentos saudáveis em sociedade, na qual muitos não possuem por si, capacidades de melhorar a sua vida.

Na filosofia oriental existe o seguinte provérbio: “quando vires alguém com fome, não lhe dê pão; ensina-o a pescar”, ou seja, a ética laica não se justifica por imposições transcendentais, mas sim pela necessidade de cuidarmos uns dos

outros, na defesa daquilo que é a dignidade humana de cada um.

“A dimensão ética inicia-se quando o outro entra em cena” (Umberto Eco). Este autor suscita uma interessante questão: “Porque é que há, ou houve, culturas que aprovam ou aprovaram os massacres, o canibalismo e a humilhação do corpo dos outros? Simplesmente porque restringem o conceito dos “outros” à comunidade tribal (ou à etnia), considerando os “bárbaros” como seres desumanos”.

Se pensarmos bem, os dois principais e actuais conflitos bélicos (Rússia-Ucrânia e Palestina-Israel) revelam bem esta postura que o filósofo aponta, ou dito por outras palavras há seres humanos que não reconhecem essa qualidade noutros.

O que pasma é a passividade dos governos de outras sociedades que se dizem civilizadas defensoras dos direitos humanos, e que omitem a ajuda a quem mais necessita, em nome de interesses (económicos, geo-estratégicos etc.), e esquecem que o mesmo pode acontecer com elas próprias. É um comportamento propagandístico, vazio de conteúdo, aquele que se apregoa, totalmente anti-ético.

Na maçonaria tais conflitos não existem, mas em abono da verdade, encontram-se situações que se prendem com os fundamentos passadistas da maçonaria, legitimados como “Old Charges”, “Tradição”, “Landmarks”, etc., que impedem – na nossa opinião - o progresso da maçonaria, enquanto instituição ao serviço do desenvolvimento progressivo da humanidade.

Por exemplo, se a ética reflete princípios que se impõem a todos os seres humanos, por que razão ética, se exclui da maçonaria perto de metade da humanidade, representada pelas mulheres?

Ou será que a exclusão destas não é feita pela maçonaria, enquanto sistema de entendimento do cosmos, mas sim pelas suas organizações (Grandes Lojas, Grandes Orientes,

Supremos Conselhos, etc., etc.) que enquanto estruturas de poder determinam o que é certo e errado?

A ética, quer se considere com um fundamento transcendente, quer com um fundamento natural à humanidade, é algo que em ambos os casos se justifica por si mesmo na medida em que ela representa o equilíbrio e a harmonia do homem em sociedade, independentemente do seu grau de evolução.

II. ÉTICA DA OBEDIÊNCIA

Em rigor, as organizações maçónicas, sejam elas Potências ou Obediências, Grandes Lojas ou Grandes Orientes, não têm um sentido pleno da ética maçónica, porque elas são apenas elementos da estrutura administrativa.

Assim, as regras que se impõem nas assembleias da Grande Loja, da Grande Dieta, ou de Conventos, são quando muito, regras morais convertidas em normativos jurídicos aos quais os maçons devem obediência.

Obviamente, as normas que regulamentam a Fraternidade e a Solidariedade maçónicas, incluindo a beneficência, são aquelas que se aproximam mais de um ideal ético. Caso diferente são algumas normas das Constituições Maçónicas, onde se preveem os grandes princípios e valores da maçonaria, porventura coincidentes com conteúdos éticos.

Por exemplo, a referência a que a Maçonaria é uma “Ordem universal, filosófica e progressiva, fundada na Tradição iniciática, obedecendo aos princípios da Fraternidade e da Tolerância, e constituindo uma aliança de homens livres e de bons costumes”, enquadra-se perfeitamente no que consiste os princípios éticos que devem existir entre os seus membros; a universalidades, o progressivismo (e não o progresso), a humanidade, o filosofismo, a fraternidade, a tolerância.

E naquelas obediências que se regem pela Bíblia, seja qual for a sua versão, os mesmos princípios éticos

se podem extrair dela, mas emanantes da palavra revelada de uma divindade – o que sucede também com o Corão –, o que os aproxima perigosamente das religiões que usam esses textos “sagrados”.

A maçonaria enquanto acto de libertação do Homem, de uma certa transcendência relativamente ao estado bruto com que nasce fisicamente, procura que a obtenção dessa liberdade seja plena, o que significa que o maçom deve suprimir as amarras ou as influências religiosas impostas pelas igrejas na formação do seu ser através da educação, catequese, etc.

E a obediência deve fornecer os instrumentos necessários ao maçom para conquistar essa libertação.

III. ÉTICA DA LOJA

A regra estabelecida em 1723 nas Constituições de Anderson prevê que “quaisquer pendências ou querelas privadas acerca de Religião, Cidadania ou Política não devem ser trazidas para dentro das portas da Loja; porque sendo apenas, como Maçons, da Religião Universal, acima mencionada, somos também de todas as Nações, Línguas, Famílias e Idiomas, e somos contra todas as Políticas que não contribuam para o Bem-estar da Loja, nem nunca contribuirão.”

Actualmente a maioria das obediências impõe nos seus regulamentos, a regra de que “as discussões de ordem religiosa e política sejam estritamente proibidas em loja”. Esta regra não é ética, nem moral, mas apenas propõe-se regulamentar o comportamento dos irmãos em loja.

Dir-se-á que com isto – proibição de discutir religião e política em loja – se consegue alcançar o desiderato que deve existir em qualquer sociedade, ou seja a harmonia e o equilíbrio. Todavia, muitos maçons – principalmente os das lojas liberais – consideram tal proibição um atentado à liberdade de pensamento e de expressão, liberdade que

constitui um elemento da ética universal.

É sabido que o homem é um animal social, e que a política e a religião são algumas das formas pelas quais se manifesta o seu gregarismo. Parece um paradoxo proibir em loja a discussão de temas que representam a união entre os homens.

Mas não o é se percebermos que a política e religião se são fenómenos aglutinadores, são igualmente divisionistas e portanto, contrários ao espírito universal que é a maçonaria, a qual pretende unir os homens, independentemente da sua crença religiosa e da política de cada um.

«Torna-se difícil falar de ética na maçonaria, porquanto previamente há que fixar em que tipo de maçonaria nos encontramos, uma vez que os modelos são vários. Poderemos falar de ética maçónica sem nos referirmos aos ritos praticados?»

Quando se entra em loja maçónica, costuma-se dizer que “os metais ficam à porta do templo”, ou seja, tudo o que perturba a harmonia e equilíbrio da loja, de um espaço para muitos considerado sagrado, deve permanecer no exterior. Esses metais correspondem simbolicamente a tudo o que o que são as

paixões e os preconceitos profanos, na sua vertente negativa.

O maçom ético é aquele que cumpre os seus deveres em loja e fora dela, de acordo com a sua consciência, sem esperar qualquer reconhecimento por parte da loja. Por alguma razão se devem evitar as manifestações de agradecimento em loja, pois os trabalhos são feitos pelo seu apresentador, não para agradar à assembleia, mas principalmente para provar a si próprio a sua capacidade de os realizar.

De igual maneira é a ética do maçom que lhe permite recusar um cargo em loja, se em consciência, ele não se sentir com capacidade para cumprir as respectivas funções, recusando vãs ambições de deter um cargo em loja.

Esquecemo-nos bastante vezes que, de acordo com alguns rituais de iniciação, o novo maçom é confrontado com o seu pior inimigo, ou seja ele próprio, vendo o seu reflexo num espelho.

Por idêntica razão ética o maçom pode recusar o convite para subir de grau, se não se sentir com os conhecimentos necessários para o merecer. É que na busca do aperfeiçoamento pessoal, não é raro o maçom ceder a ambições e paixões momentâneas. Há que ter a força interior capaz de dizer “não estou preparado para receber esse grau ou ainda não estou capaz de exercer essas funções”.

IV. ÉTICA DO MAÇOM

É no plano individual que na nossa opinião se revela mais a dimensão ética, pela simples razão que ela só existe no relacionamento com outros.

Ritualmente é conhecida a pergunta “és maçom?” que tem como resposta “os meus irmãos me reconhecem como tal”.

Isto significa que um idêntico código de reconhecimento os aproxima, ou seja, o facto de ser iniciado, de terem os mesmos

valores, a mesma solidariedade, usufruírem da mesma liberdade, de serem considerados iguais, enfim praticar a fraternidade em toda a sua amplitude, a qual se pretende alargar a toda a Humanidade, no fundo o objectivo da ética.

A perspectiva ética do maçon radica desde logo na sua formação prévia, isto é, constitui um requisito para a sua admissão na ordem maçónica ser “livre e de bons costumes”. Muitas vezes esta exigência não é analisada e entra na maçonaria muita gente que nunca deveria ser maçon.

Se – como referimos antes – os “bons costumes” se colocam mais ao nível da moral por corresponderem a regras estatuídas pelo homem em sociedade, do que no plano ético, esse comportamento pressupõe uma consciencialização do que é o bem e o mal, os quais muitas das vezes se revelam como uma moeda de duas faces, ou seja o bem que se faz a alguém pode corresponder ao mal de outrem.

A grande luta trava-se no combate aos preconceitos e as paixões que arrastam o ser humano na sua existência terrena.

Como se constrói o maçon?
Reconhecendo-se como pedra bruta que tem de ser polida e burilada, ou seja, tem de recentrar-se na essência do seu ser, mergulhar no seu interior e tomar consciência de que só será

maçon quando for reconhecido pelo outro.

Não basta aprender a teoria, há que pôr em prática os ensinamentos adquiridos, primeiro consigo, depois com os outros. Aprender o sentido do bem e cultivá-lo na prática do seu dia à dia, é o que o maçon deve fazer primeiro no âmbito da família, depois no trabalho, no seu círculo social, etc.

É preciso que o maçon tenha consciência do real sentido ético, para poder ajuizar, criticar de forma construtiva, e oferecer soluções, em vez de reagir emotivamente a situações cujos fundamentos ignora, ter a força de recusar informações quando não sabe se elas são falsas ou verdadeiras.

O maçon não deve reagir às ondas provocadas por uma pedra num lago, deve antes procurar saber a razão pela qual a pedra foi lançada naquele sítio, por quem e quais as suas pretensões.

As consequências de uma onda podem acabar num maremoto ou tsunami, sendo importante determinar a causa e não tratar apenas dos males causados pelo maremoto. A ética do maçon requer que ele “construa castelos à virtude e masmorras aos vícios”, como é apontado nos rituais.

Como se faz isso? Tomando consciência de que o maçon ao ser

iniciado se coloca na via do aperfeiçoamento, sem ter pretensões de alcançar, mas sim de melhorar e de percorrer.

Em que se baseia então a ética maçónica? Considerando esta como a formação do carácter do maçon, ela deve basear-se numa aspiração criadora de um humanismo pessoal e colectivo que visa o aperfeiçoamento de si próprio e dos outros, quer no campo espiritual, quer no material.

Assim sendo, as regras morais que devem constituir os alicerces desta ética, podem ser referidas como a verdade, o desejo de construir, a persistência, a audácia, a honestidade, um comportamento sincero, tolerante, mas recto, a vigilância sobre os preconceitos e paixões, a introspecção ou meditação, não se esgotando aqui as regras a seguir.

A percepção interior da nossa transformação como maçons, relativamente a condutas e comportamentos nas relações com os outros, é o sinal de que estamos no sentido certo, daquilo que é ética da maçonaria.

E o caminho faz-se caminhando, como dizia o poeta castelhano António Machado. 

Parede, 22.novembro.2023

BIBLIOGRAFIA:

Blavatsky, H. P., *As Origens do Rituais na Igreja e na Maçonaria*, São Paulo, Editora Teosófica Adyar, S. A. , 1951

Eco, Umberto e Carlo Maria Martino, *Em que crê quem não crê? Diálogo sobre a ética no final do Milénio*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2000.

Rachels, James, *Elementos de Filosofia Moral*. Lisboa, Gradiva, 2004.

(Vários), *A Ética da Crença*, org. de Desidério Murcho, Lisboa, Bizâncio, 2010.

Singer, Peter, *Ética Prática*. Lisboa. Gradiva, 2002.

Spaemann, *Notions Fondamentales de Morale*, Paris, Flammarion, 1999.

Sousa, Carlos António Pôrto de, *Ética e Maçonaria*, *Revista de Ciência Maçônica*, Campina Grande, ano I, nº 2, p. 17.20 (online)

Ética Franco-Maçónica ?

A Franco-Maçonaria não é uma instituição e a ética constitui um conjunto de regras e valores próprios de instituições políticas, profissionais ou religiosas, o que não é o caso.

Surgida na década de 40 do séc. XVII, em Inglaterra, quando esta assistia a uma longa e dura guerra civil, entre os partidários do rei Carlos I e os partidários do Parlamento, entre os católicos apostólicos romanos e os protestantes anglicanos, foi para pôr termo à enorme violência desses anos que os ingleses criaram uma forma nova de reunir os indivíduos para resolver os problemas que lhes eram comuns, aceitando como iguais, todos os que nessas reuniões participassem, mesmo que pudessem pensar de modo diferente.

Para que as discussões não corressem o risco de ser feitas com qualquer tipo de constrangimento, era importante que a escolha do espaço não favorecesse ninguém ou prejudicasse a algum dos grupos contendores, por isso, preferiram estabelecimentos públicos, francos e abertos, como eram os restaurantes, as tabernas ou as cervejarias nas maiores cidades e as estalagens ou albergarias nas cidades de província, locais de passagem de militares, comerciantes, políticos, navegadores ou clérigos, nas suas habituais

deslocações no interior da Inglaterra.

É esta a natureza das primeiras lojas franco-maçónicas que encontramos no diário de Elias Ashmole, referindo-se ao ano de 1646: “Às 4 horas e 30 minutos da tarde, fui feito franco-maçom em Warrington no Lancashire” ⁽¹⁾.

Nas décadas seguintes, esta prática foi-se generalizando e vamos poder encontrar nessas lojas um universo variável de indivíduos, presidido pelo franco-maçom mais antigo, como nos volta a dizer Ashmole, referindo-se ao dia 11 de março de 1682, «*que tinha sido convocado no dia anterior para uma reunião no Palácio Maçónico e na qual, fui considerado o mais antigo dos companheiros franco-maçons, entre os presentes, dado contar com mais de 35 anos de ter sido admitido*» ⁽²⁾.

Como se pode observar pelo que nos deixa transcrito no seu diário Elias Ashmole, nestas décadas de tumultos, os franco-maçons eram reconhecidos entre si,

independentemente das suas simpatias políticas ou religiosas.

Não é de estranhar, por isso, que tenham sido fundados alguns anos antes, em 1678, os dois partidos mais antigos da Inglaterra, os *whigs* e os *tories*, tal como não é de estranhar que o conflito tenha terminado com a Revolução Gloriosa de 1688, com os deputados de ambos os partidos a concordarem com o afastamento do rei Jaime II.

Foi uma revolução que acabou no Parlamento e que ainda teria um novo capítulo, com a aprovação de uma Declaração de Princípios (*Bill of Rights*), em 1689.

Nesse documento, que passaria a ser a verdadeira constituição política da Inglaterra, fica assegurada a igualdade de direitos entre católicos e protestantes, que cabe ao Parlamento aprovar os orçamentos, o endividamento do Estado e a declaração de guerra, entre outras funções da administração do rei.

Obrigava ainda, que na linha de sucessão do trono fosse obrigatória a sua condição de protestante, o que

¹ “Octob. 16. 4 Hor. 30 minutes *post merid.* I was made a freemason at Warrington in Lancashire”, in Ashmole, Elias, *The Lives of those Eminent Antiquaries Elias Ashmole, Esquire, and Mr. William Lilly, Written by themselves; containing, first, William Lilly's History of his live and times, with notes, by Mr. Ashmole; secondly, Lilly's life and death of Charles the First: and lastly The Life of Elias Asmole, Esquire, by way of Diary, with several occasional letters*, by Charles Burman, Esquire, London, Printed for T. Dav, in Rufel-Street, Covent Garden, MDCCCLXXIV, p. 303.

² “1682. Mar. 10. About 5 Hor. *Post merid.* I received a summons, to appear at a lodge to be held the next day at Masons.Hall in London. 11. Accordingly I went, and about noon was admitted into the fellowship of Free-Masons, by William Wilson Knight, Captain Richard Borthwick, Mr. William Wodman, Mr. William Wise. I was the senior fellow among them (it being thirthty five since I was admitted)”, in *Idem*, p. 362.

deu origem a que o trono tivesse sido entregue a Maria, protestante mais velha de Jaime II, casada com o protestante Guilherme de Orange e, portanto, protestante pelo casamento, sendo ambos os monarcas, reis titulares.

Esta é a primeira fase (1642-1689) da existência de lojas franco-maçônicas, sem instituição de que dependam, mas a elas se deveu a obtenção da paz e o estabelecimento de um regime de igualdade de direitos entre todos os ingleses, católicos ou protestantes, no respeito pelas instituições políticas, o Trono e o Parlamento. Trata-se de um triunfo político dos franco-maçons, sem estarem debaixo de algum princípio ético.

A fase seguinte dos franco-maçons (1689-1723) passa pela sublevação de Jaime II em 1690, o primeiro levante jacobita, pelo Decreto de Estabelecimento da Grã-Bretanha (*Act of Settlement*) de 1701, pela subida ao trono da Grã-Bretanha, de Ana, protestante, porque a sua irmã morreu sem descendência e pela sua sucessão por Jorge Príncipe Eleitor de Hanôver, filho de Sofia, neta de Jaime VI da Escócia e parente protestante mais próximo na linha de sucessão.

Jorge I de Hanôver subiu ao trono da Grã-Bretanha em 1714 e, no ano seguinte, deu-se o segundo levante jacobita, desta vez liderado pelo velho pretendente Carlos Eduardo Stuart, filho mais velho do deposto Jaime II, reconhecido rei pela França e pela Igreja e com o apoio destas, que conseguia os apoios político-militares suficientes para exigir o trono que fora do pai.

A este levante jacobita, os franco-maçons ingleses reagiram demarcando-se dele e garantindo a Jorge I o seu reconhecimento, fazendo-se representar por Antony Sayer, eleito representante das quatro lojas que se tinham juntado na Grande Loja de

«Quando Max Weber publicou “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo em 1904, trouxe para a Sociologia uma conotação dinâmica da «ética». Se ela era entendida como uma espécie de linhas vermelhas de uma profissão ou de uma religião, passou a ter também um significado diferente»

Londres e Westminster, em 24 de junho de 1717.

E quando o rei desconfiou da representatividade social do seu grão-mestre, as lojas elegeram para o mandato de 1721, John Montagu, 2.º Duque de Montagu e o contrato que comprova esse reconhecimento mútuo, viria a ser *As Constituições dos Franco-maçons* de 1723, também conhecidas por *Constituições de Anderson* (*The Constitutions of the Free-Masons*).

Quando Max Weber publicou *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* ⁽³⁾, em 1904 (*Die protestantische Ethik und der Geist des*

Kapitalismus), trouxe para a Sociologia uma conotação dinâmica da «ética». Se ela era entendida como uma espécie de linhas vermelhas de uma profissão ou de uma religião, passou a ter também um significado diferente.

Para Max Weber, o protestantismo de Calvino ou de Lutero teriam tido uma influência decisiva no desenvolvimento económico do jovem capitalismo. O desprezo pela pobreza e a procura dos sinais materiais da salvação teriam feito a diferença económica em relação aos países católicos.

Desde então, passou a ser usual associar a ética aos regimes políticos como ética republicana, ética democrática, ética nazi, ética fascista, conceitos tão mais difíceis de caracterizar quanto mais incertos são os períodos temporais a que se referem e às instituições que os sustentam. Mais difícil ainda, aceitarmos a ética maçónica porque a Franco-Maçonaria, como instituição, não existe, tal a multiplicidade de organizações que reivindicam a sua regularidade, seja lá isso o que cada uma define como sendo a sua.

A ética a que os franco-maçons respondem é a dos Direitos Humanos pelos quais sempre se empenharam; na Declaração da Independência dos Estados Unidos da América, em 1776; na Declaração de Direitos, de 1689; na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1779; e na Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, nas quais muitos tiveram a sua co-autoria. ①

³ Max Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Editorial Presença, 6.ª edição, Barcarena, 2005.

O Compasso e a Cruz – Uma narrativa histórica

Apenas desejo expor, muito sumariamente o que tem sido desde o Século XVIII até aos nossos dias o relacionamento (conflituoso) entre a Maçonaria e a Igreja Católica, e a atitude desta, perante a nossa Instituição.

Lembremos alguns artigos da Constituição do Grande Oriente Lusitano:

“A Maçonaria tem por fim o aperfeiçoamento da Humanidade através da elevação moral e espiritual do indivíduo. Não aceita dogmas e combate todas as formas de opressão sobre o Homem, luta contra o terror, a miséria, o sectarismo e a ignorância, combate a corrupção e enaltece o mérito.” Artigo 3.º da Constituição do Grande Oriente Lusitano

“A maçonaria procura a conciliação dos conflitos, unindo os homens na prática de uma moral universal e no respeito da personalidade de cada um e, condena, as regalias injustas.” Artigo 4.º da Constituição do Grande Oriente Lusitano.

“Os Maçons são iguais perante a lei, sendo reconhecida a inviolabilidade da sua consciência e da sua crença.” Artigo 19.º da Constituição do Grande Oriente Lusitano

A história da Maçonaria enquanto Fraternidade Iniciática e Simbólica está ligada à expansão das ideias matrizes do Iluminismo, da procura da Razão e do aperfeiçoamento humano e da sociedade, que adquirem relevância na Europa do Século XVIII.

Isto em reacção às ideias que preponderaram em séculos anteriores, da unidade natural dos dois poderes, o espiritual, próprio da Igreja e o temporal, encarnado na pessoa do Rei e da natural subordinação de todos os homens, enquanto povo cristão, ao domínio dual formado por aqueles dois, por divina predestinação.

A Maçonaria sempre defendeu ideais de liberdade individual, de tolerância religiosa, de separação de Estado e Igreja e ideais democráticos. À medida que esses ideais se foram materializando através de revoluções e conquistas populares apoiadas pela Maçonaria, o poder político da Igreja Católica diminuiu.

Uma das razões por que isso sucede é porque o assunto é muito complexo e, ao mesmo tempo, é sentido de uma forma muito pessoal.

Deveria antes procurar-se um terreno comum a partir do qual, mesmo construindo soluções diferentes, haveria sempre aquele mínimo de acordo que permitisse manter alguma ponte.

A maçonaria deixa a cada um a definição do Deus de sua prática religiosa. Para nós ocidentais, nascidos e criados sob a cultura judaico-cristã, e considerando os

maçons que citam O Grande Arquitecto do Universo e este poderá ser associado ao Deus, revelado pela Bíblia e tantas vezes citado nos rituais e cujo primeiro Templo de Culto, o Templo de Jerusalém (edificado por Salomão), é base de todas as alegorias e base ético-moral sobre a qual se assenta a grande maioria dos ensinamentos da Ordem Maçónica.

Ainda que, a Maçonaria não emita conceitos teológicos de Deus, constatamos nos ritos e nos seus ensinamentos morais que se reportam a personagens bíblicas, como no caso dos solstícios (João Baptista e João Evangelista).

Essa afirmação é encontrada especialmente nos ritos, ditos regulares, principalmente o “Escocês Antigo e Aceito”, praticados pela imensa maioria das lojas maçónicas do planeta.

O maçom presta solene juramento, ou compromisso, com a Maçonaria no ato de sua iniciação na Ordem. Este é o clímax do cerimonial de iniciação e por ele o novo membro compromete-se a ser fiel à maçonaria, às autoridades maçónicas (leis, regulamentos, Constituição, Obediência,...) e não revelar a ninguém, fora da Obediência, os ensinamentos a que tiver acesso.

Esse compromisso é estendido aos ditos “segredos maçónicos”, isto é, os sinais, toques e palavras através dos quais os maçons podem mutuamente ser reconhecidos.

Os maçons são levados a compreender e conhecer todas as linhas de pensamento existentes em torno de si, sem o que não podem assumir o seu papel construtivista. Em 24 de Junho de 1717 é fundada a Grande Loja de Londres e a partir daí a Maçonaria começou a expandir-se internamente e para os países vizinhos e surgiram lojas na Europa e na América.

«A Maçonaria sempre defendeu ideais de liberdade individual, de tolerância religiosa, de separação de Estado e Igreja e ideais democráticos. À medida que esses ideais se foram materializando através de revoluções e conquistas populares apoiadas pela Maçonaria, o poder político da Igreja Católica diminuiu»

Quando se constituiu, no Séc. XVIII, a maçonaria assimilou a cultura judaico-cristã, mas também soube conhecer e respeitar a revolução científica em curso, com Newton (1), Halley (2) e Hooke (3), tal como e também, as investigações e pensamentos dos alquimistas, hermetistas, antiquários, e astrólogos, de E. Ashmole (4), Fludd (5), Paracelsus (6) e outros que invadiram as comunidades de intelectuais e as lojas maçónicas.

A maçonaria, respeitando as diversas correntes de pensamento e colocando-se, em realidade, como uma escola livre, de moral e de aperfeiçoamento humano, jamais limitou caminhos dos maçons em direcção à livre investigação da verdade, tão somente abrindo aos seus membros o acesso às diversas correntes de pensamento, fossem elas esotéricas ou quaisquer outras.

IGREJA CATÓLICA VERSUS MAÇONARIA

Os Papas não foram os primeiros a condenar a Maçonaria. Em 14 de Setembro de 1737 o Cardeal Fleury, primeiro ministro de Luís XV, proibia toda a reunião secreta especialmente dos Frey maçons, seguindo o exemplo da Holanda e por mais alguns estados da Europa.

Praticamente desde a sua aparição, a maçonaria gerou preocupações na Igreja. Em 24 de Abril de 1738, o Papa Clemente XII escreve a encíclica *In Eminenti Apostolatus Speculate*, em que condenou abertamente pela primeira vez a maçonaria.

A partir dessa palavra oficial da Igreja foi proibido aos católicos pertencerem à maçonaria, sobre pena de morte e de confisco dos bens, e incorrer irremediavelmente e sem esperança de graça, em penas a aplicar pela Santa Inquisição.

O próprio documento de Clemente XII é algo obscuro na sua redacção. Compreende-se, porém, melhor no resumo dele feito na Bula *Providas Romanorum Pontificum*,

promulgada pelo Papa Bento XIV em 18 de maio de 1751. Neste segundo documento, seguindo o anterior, enumeram-se seis razões para a condenação:

1. “A primeira é que, nas tais sociedades e assembleias secretas, estão filiados indistintamente homens de todos os credos; daí ser evidente a resultante de um grande perigo para a pureza da religião católica;
2. “A segunda é a obrigação estrita do segredo indevassável, pelo qual se oculta tudo que se passa nas assembleias secretas;
3. “A terceira é o juramento pelo qual os maçons se comprometem a guardar inviolável segredo, como se fosse permitido a qualquer um apoiar-se numa promessa ou juramento com o fito de furtar-se a prestar declarações ao legítimo poder...;
4. “A quarta é que tais sociedades são reconhecidamente contrárias às sanções civis e canónicas...;
5. “A quinta é que em muitos países as ditas sociedades e agremiações foram proscritas e eliminadas por leis de príncipes seculares;
6. “A última enfim é que as tais sociedades e agremiações são reprovadas por homens prudentes e honestos..³

A única razão, dentre as aduzidas pela Bula papal, capaz de levantar essa suspeita é a primeira; nela, com efeito, se fala de “um grande perigo para a pureza da religião católica”.

O problema mais profundo parece consistir, portanto, na reunião de pessoas de diversas religiões e credos, que poderia levar a considerar a religião católica apenas como um caminho possível entre outros. O indiferentismo e o relativismo religioso não eram, no século XVIII, apenas hipóteses teóricas, mas atitudes bem frequentes nos ambientes iluministas.

Nos séculos seguintes inúmeros papas confirmaram essa mesma posição por meio de diferentes documentos:

- Benedito XIV, Providas, 18 de Maio de 1751.
- Pio VII, Ecclesiam a Jesu Christo, 13 de Setembro de 1821.
- Leão XII, na Constituição Apostólica Quo Graviora, de 13/05/1825, condenou genericamente todas as sociedades secretas.
- Papa Pio VII, condenou especialmente a Carbonária, mas foi geralmente interpretada como uma condenação indirecta da Maçonaria, dado que citava explicitamente as Bulas de Clemente XII e de Bento XIV.
- Pio VIII, Traditi Humilitati, 24 de Maio de 1829.
- Gregório XVI, Mirari Vos, encíclica, 15 de Agosto de 1832.
- Pio IX, Qui Pluribus, encíclica, 9 de Novembro de 1846..

De Pio IX a Leão XIII, ou seja, de 1846 a 1903, existem nada menos do que 350 intervenções pontifícias contra a Maçonaria: Leão XIII, *Humanum Genus*, encíclica, 20 de Abril de 1884.

A Cúria romana vê nas Lojas uma espécie de conspiração contra a Igreja e os regimes monárquicos. A “aliança entre o trono e o altar” não era, naqueles tempos, um mito, mas uma realidade muito concreta. Por outro lado, o chamado “liberalismo doutrinário” representa uma espécie de desenvolvimento lógico das teses iluministas, com as quais a Maçonaria se identificara no século anterior.

Nos países latinos, onde a religião católica era a oficial do Estado, muitas das teses liberais vão chocar, não apenas com uma situação de facto, mas também com a própria concepção do Estado e da

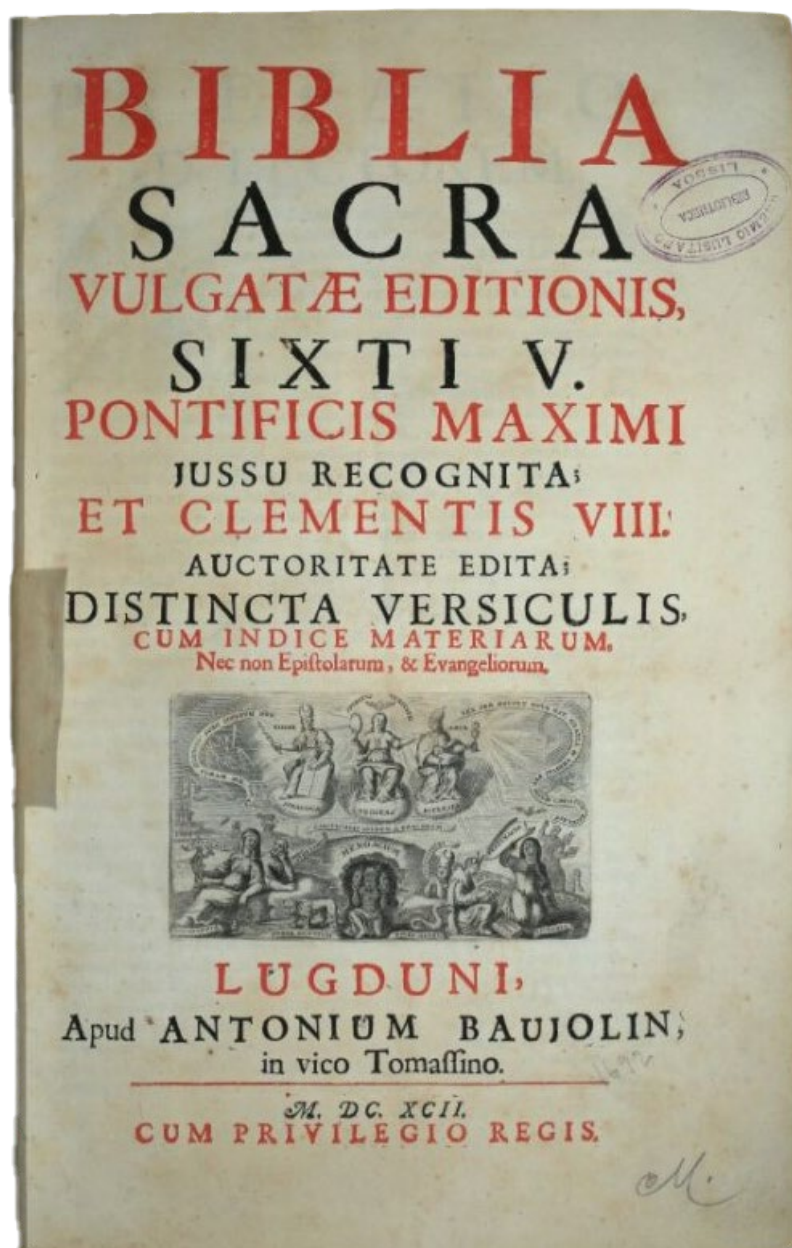
sociedade, defendida pela Filosofia e a Teologia neo-escolásticas.

A separação entre a Igreja e o Estado, e a proclamação da liberdade de consciência, com a consequente secularização da vida social, propugnadas pelos liberais, aparecem, naquela época, aos olhos de muitos católicos como acções directamente dirigidas contra a Igreja Católica e contra os legítimos poderes constituídos.

Daí a repetição das condenações da Maçonaria, que se apresenta como

impulsora dessa separação. Daí também a teoria conspiratória, que vemos tão claramente exposta na encíclica *Humanum Genus*, de Leão XIII.

A encíclica HUMANUM GENUS, escrita por Leão XIII, é uma das mais fortes e extensas no que diz respeito a indicar os erros da maçonaria e sua incompatibilidade com a doutrina cristã. O Papa ensina, nessa encíclica, que a Igreja católica e a maçonaria são como dois reinos em guerra.



Espólio da Biblioteca do Grémio Lusitano

Entre os pontos principais apresentados por Leão XIII sobre os erros da maçonaria, destacam-se:

1. A finalidade da maçonaria é destruir todas as ordens religiosas e políticas do mundo inspiradas pelos ensinamentos cristãos, e substituí-las por uma nova ordem de acordo com as suas ideias.
2. As suas ideias procedem de um mero “naturalismo”. A doutrina fundamental do naturalismo é a crença de que a natureza e a razão humana devem guiar tudo.
3. A maçonaria apresenta -se como religião natural do homem. Por isso afirma ter a sua origem no começo da história da humanidade.
4. O conceito de Deus é diferente daquele apresentado na Bíblia e na doutrina católica. Para a maçonaria, Deus é um conceito filosófico e natural. Deus passa a ser a imagem do homem. Por isso, não existe uma clara distinção entre o espírito imortal do homem e Deus.
5. A maçonaria nega a possibilidade de Deus ter ensinado algo. Não aceita ser entendida pela inteligência humana.
6. A maçonaria estimula o sincretismo religioso, isto é, a mistura das mais diferentes crenças.
7. - A maçonaria compara a Igreja católica a uma seita.

Relembremos um trecho do *Humanum Genus*, Encíclica do Papa Leão XIII sobre a Franco-Maçonaria:

“Se outras provas são necessárias, este facto seria suficientemente conclusivo para testemunhar o homem bem informado, de que alguns em outros tempos, e os outros de novo recentemente, têm declarado ser verdade que os Franco-Maçons desejam de maneira especial atacar violentamente a Igreja com hostilidade irreconciliável e que nunca descansarão até destruírem o

que quer que o Sumo Pontífice tenha estabelecido para o bem da religião.

Se aqueles que são admitidos como membros não são ordenados a abandonar por alguma forma as doutrinas Católicas, esta omissão, longe de adversa aos desígnios dos Franco-Maçons, é mais útil para os seus propósitos.

Primeiro, desta maneira, facilmente enganam os simplórios e os descuidados e podem induzir um grande número de incautos a se tornarem seus membros.

Ora, como todos os que se oferecem são recebidos, qualquer que seja a sua forma de religião, portanto, ensinam o grande erro desta era, que a questão da religião pode ser considerada uma matéria indiferente, e que todas as religiões são parecidas.

Esta forma de raciocínio é calculada para trazer ruína a todas as formas de religião e, especialmente à Religião Católica, que, sendo a única verdadeira, não pode, sem grande injustiça, ser considerada meramente igual às outras religiões.»

« O problema mais profundo parece consistir, portanto, na reunião de pessoas de diversas religiões e credos, que poderia levar a considerar a religião católica apenas como um caminho possível entre outros»

Assim Leão XIII, qualificava a maçonaria de organização secreta, inimiga astuta e calculista, negadora dos princípios fundamentais da doutrina da Igreja.

Em 27 de maio de 1917 o Papa Bento XV promulgou o Código de Direito Canónico, que recolhe a legislação anterior relativa às sociedades secretas em quatro cânones principais:

Cânion 684: “Os fiéis fugirão das associações secretas, condenadas, sediciosas, suspeitas ou que procuram subtrair-se à legítima vigilância da Igreja”. O teor deste cânion, ainda um tanto genérico, torna-se mais explícito e preciso na redação do cânion 2.335:

“Os que dão o seu nome à seita maçónica ou a outras associações do mesmo género, que maquinam contra a Igreja ou contra os legítimos poderes civis, incorrem ipso facto na excomunhão simplesmente reservada à Sé Apostólica”.

O cânion 2336 especifica as sanções atribuídas aos clérigos e Religiosos:

“Os clérigos que hajam cometido o delito de que tratam os cânones 2.334 e 2.335, devem ser punidos não somente com as penas estabelecidas nos cânones citados, mas também com a suspensão ou privação do mesmo benefício, ofício, dignidade, pensão ou encargo que possam ter na Igreja.

Os Religiosos, com a privação do ofício e da voz ativa e passiva e com outras penas, de acordo com as suas

Constituições. Os clérigos e os Religiosos que dão o nome à seita maçónica ou a outras associações semelhantes, devem, além disto, ser denunciados à Sagrada. Congregação do Santo. Ofício”.

Ainda, segundo o cânion 1.399, n.º 8, são proibidos “...os livros que, tratando das seitas maçónicas ou de outras associações análogas, pretendem provar que, longe de serem perniciosas, elas resultam úteis à Igreja e à sociedade civil”[7].

Numa palavra: pode-se dizer que o Código de Direito Canónico reproduz a condenação à Maçonaria, baseando-se principalmente na índole subversiva atribuída à mesma. Foi esta nota que preponderou na configuração da Maçonaria desde os documentos de Pio IX e Leão XIII. A Maçonaria ficou sendo equiparada às sociedades que tramam contra a Igreja ou contra as autoridades legítimas.

A partir da celebração do Concílio Vaticano II, um incipiente diálogo entre maçons e católicos fez com que a situação começasse a mudar. Alguns Episcopados (França, países escandinavos, Inglaterra, Brasil e Estados Unidos) começaram a rever a atitude frente a maçonaria.

Por um lado revendo na história, os motivos que levaram a Igreja a adoptar essa atitude condenadora, tais como a moral racionalista maçónica, o sincretismo, as medidas anticlericais promovidas e defendidas pelos maçons.

Por outro lado, foi questionado que se pudesse entender a maçonaria como um bloco único, sem levar em conta a divisão entre maçonaria regular, ortodoxa e tradicional, religiosa e aparentemente apolítica, e a segunda, a irregular, irreligiosa, política, heterodoxa.

Actualmente, a legislação rege-se pelo Código de Direito Canónico promulgado pelo Papa João Paulo II em 25 de Janeiro de 1983, que em seu cânon 1374, afirma: “*Quem der nome a uma associação, que machine contra a igreja, seja punido com justa pena; quem promover ou dirigir tal associação seja punido com interdito*”. Não fala de modo explícito da maçonaria, somente dá uma orientação geral contra esse tipo de associação:

Esta nova redacção, entretanto, apresenta duas novidades em relação ao cânon 2335 do Código de Direito Canónico de 1917. Relembra “*aqueles que dão seu nome à seita maçónica, ou a outras associações do mesmo género, que maquinam contra a*

Igreja ou contra as potestades civis legítimas, incorrem ipso facto em excomunhão simplesmente reservada à Sede Apostólica”.

Por não falar da maçonaria, alguns católicos, pensaram que esse cânon não se lhe aplicava.

A DECLARAÇÃO DE 1974

O diálogo entre católicos e maçons e as conclusões daí derivadas levaram vários bispos a perguntar à Santa Sé qual a real interpretação a dar ao cânon 2335, que proíbe aos católicos, sob pena de excomunhão, inscrever-se na Maçonaria.

A Santa Sé, para responder, houve por bem consultar diversas Conferências Episcopais a respeito da índole e das atividades da Maçonaria nos respectivos países.

Ora os depoimentos assim obtidos foram tão diversificados que a Santa Sé julgou não poder alterar sua legislação a respeito. Mas declarou que, sendo o cânon 2335 uma lei penal, deve ser interpretado em sentido estrito.

Em consequência só incide em excomunhão o católico que se inscreva numa Loja maçónica realmente anti eclesíastica e ateia; mas quem pertença a uma Loja inócua ou neutra do ponto de vista religioso, estará isento de excomunhão.

O texto que apresenta estas determinações, foi assinado pelo Cardeal Franjo Seper, Prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé e com data de 19 de julho de 1974. Está publicado na pág. 307 de PR 258/1981.

Era este o primeiro documento na história em que a Igreja admitia a possibilidade de existir algum tipo de Maçonaria não antagónica face aos princípios cristãos. Tal posição resultava de atenta pesquisa da realidade da Maçonaria e correspondia, sem dúvida, à verdade dos

factos: a Maçonaria não é um bloco monolítico.

A Declaração de 19/07/74 muito contribuiu para aliviar a tensão até então existente entre católicos e maçons. Não deixou, porém, de suscitar mal-entendidos ou interpretações exageradas, pois algumas Conferências Episcopais, quanto parece, exprimiram julgamentos globais sobre o carácter anti-religioso ou não da Maçonaria nos seus respectivos países.

O clima generalizado de aproximação entre as teses de alguns católicos e maçons foi quebrado pela declaração de 28 de Abril de 1980 da Conferência Episcopal Alemã sobre a pertença dos católicos à maçonaria.

Durante os anos de 1974 e 1980, foram se mantendo numerosos colóquios oficiais entre católicos e maçons. Os bispos católicos tinham chegado à conclusão de que havia oposições fundamentais e insuperáveis entre ambas as partes.

Diziam os bispos alemães: “*A maçonaria não mudou na sua essência. A pertença à mesma questiona os fundamentos da existência cristã. (...) As principais razões alegadas para isso foram as seguintes: a cosmologia ou visão de mundo dos maçons não é unitária, mas relativa, subjectiva, e não pode harmonizar-se com a fé cristã. O conceito de verdade é, também, relativista, negando a possibilidade de um conhecimento objetivo da verdade, o que não é compatível com o conceito católico.*”

No entanto, com a nomeação do Cardeal Ratzinger para Prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, houve um volte face, já que ele tinha estado na origem da declaração de 28 de Abril de 1980 da Conferência Episcopal Alemã.

Surgiu assim um impasse: teria acabado a proibição de os católicos participarem nas lojas maçónicas? Para esclarecer essa dúvida, em 26 de Novembro de 1983 na véspera da entrada em vigor do novo corpo legal, foi publicada no jornal

L'Osservatore Romano uma "Declaração sobre as associações maçónicas", com o seguinte teor:

QUAESITUM EST:

"Foi perguntado se mudou o parecer da Igreja a respeito da maçonaria pelo facto de que no novo Código de Direito Canónico ela não vem expressamente mencionada como no Código anterior.

Esta Sagrada Congregação quer responder que tal circunstância é devida a um critério redaccional seguido também quanto às outras associações igualmente não mencionadas, uma vez que estão compreendidas em categorias mais amplas.

Permanece, portanto, imutável o parecer negativo da Igreja a respeito das associações maçónicas, pois os seus princípios foram sempre considerados inconciliáveis com a doutrina da Igreja e por isso permanece proibida a inscrição nelas.

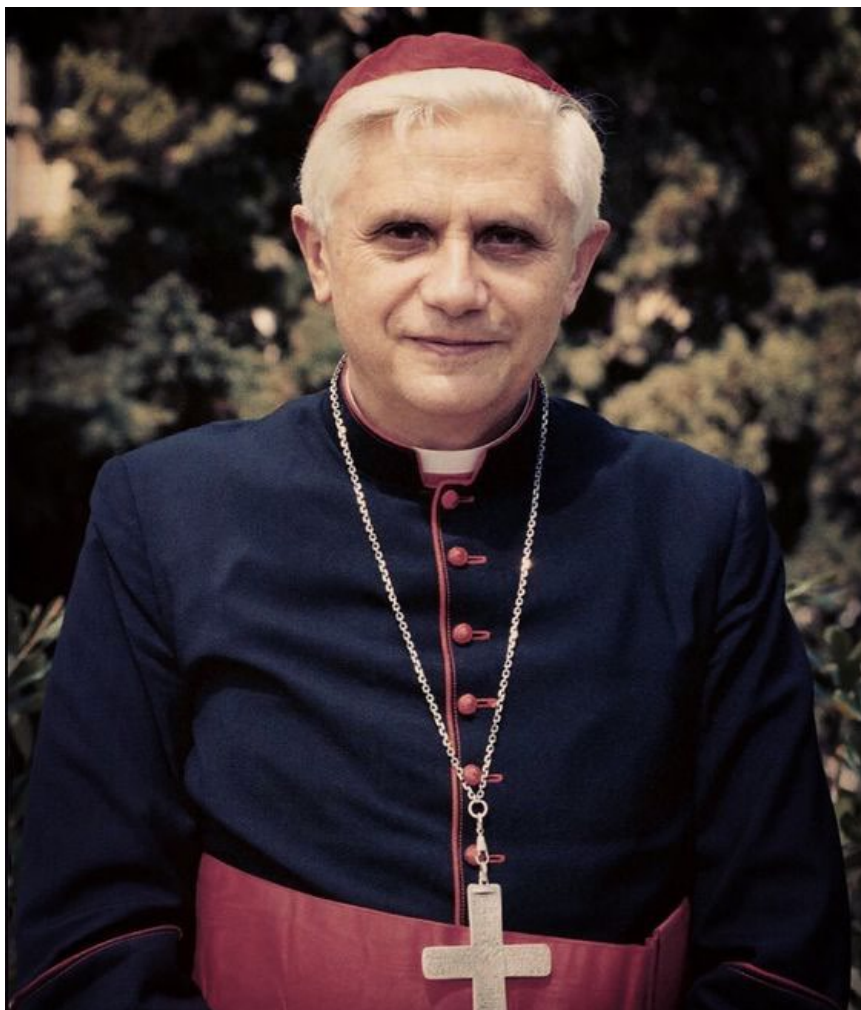
Os fiéis que pertencem às associações maçónicas estão em estado de pecado grave e não podem aproximar-se da Sagrada Comunhão. Não compete às autoridades eclesiásticas locais pronunciarem-se sobre a natureza das associações maçónicas com juízo que implique derrogação de quanto foi acima estabelecido, e isto segundo a mente da Declaração desta Sagrada Congregação, de 17 de fevereiro de 1981" (cf. AAS 73,1981, pp. 240-241).

O Sumo Pontífice João Paulo II, durante a audiência concedida ao subscrito Cardeal Prefeito, aprovou a presente declaração, decidida na reunião ordinária desta Sagrada Congregação, e ordenou a sua publicação.

Roma, Sede da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, aos 26 de novembro de 1983.

Joseph Card. Ratzinger. Prefeito Fr. Jérôme Hamer, O.P. Secretário.

Esta declaração revestia-se de uma solenidade incomum. Contra o que seria lógico, tratando-se da interpretação de um texto legal, não foi emitida pela correspondente



J. A. Ratzinger (1927–2022) - Papa Benedito XVI

Comissão Pontifícia (o Conselho para a Interpretação dos Textos Legislativos), mas pela mais alta autoridade em questões doutrinárias, a Congregação para a Doutrina da Fé, com a aprovação, em forma específica, do Papa.

Por isso, também a sua argumentação se situa no plano doutrinário, declarando a incompatibilidade entre os princípios da Maçonaria e a doutrina da Igreja Católica. Isso exclui qualquer dispensa, em casos particulares, pois não se trata de "leis disciplinares", as únicas passíveis de dispensa, conforme o cânone 87.

Pela mesma razão, as Conferências Episcopais ficavam proibidas de se pronunciar com um juízo que implicasse derrogação das normas dadas. Ficava também claro que não se poderia defender uma suposta compatibilidade entre Igreja

Católica e Maçonaria, com base na omissão da pena de excomunhão no novo Código.

Pouco mais de um ano após a declaração anterior, a 23 de fevereiro de 1985, apareceram no L'Osservatore Romano (19), umas "reflexões" em caracteres itálicos e assinadas apenas com três asteriscos, com o título "Fé Cristã e Maçonaria são inconciliáveis".

É sabido que L'Osservatore Romano é um jornal oficioso da Santa Sé, e que, como em toda a imprensa, os artigos publicados sem assinatura são da responsabilidade do próprio jornal.

Para qualquer um que conheça a praxe do jornal, o tipo itálico e os asteriscos no fim do artigo indicavam claramente que fora escrito no seio da Congregação para a Doutrina da Fé.

Isso foi inclusive afirmado explicitamente no comunicado da Rádio Vaticano, ao colocar como titulo da noticia: “Reafirmada pela Congregação para a Doutrina da Fé a inconciliabilidade entre Fé Cristã e Maçonaria”.

Após aludir aos estudos realizados, o artigo continuava: “Agora o estudo mais aprofundado levou a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé a manter-se na convicção da inconciliabilidade entre os princípios da Maçonaria e a fé cristã (sublinhado nosso).

Prescindindo, portanto, da consideração da atitude prática das diversas Lojas, de hostilidade ou não para com a Igreja, a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé com a sua Declaração de 26/11/83, pretendeu colocar-se no nível mais profundo e, por outro lado, essencial do problema: isto é, sobre o plano da inconciliabilidade dos princípios, o que significa: no plano da fé e das suas exigências morais”.

O artigo continuava mostrando que o relativismo, mesmo não afirmado como verdade dogmática, pertence às convicções fundamentais da Maçonaria e é veiculado através de um sistema simbólico extremamente absorvente. Daí a impossibilidade, para o católico, de uma dupla fidelidade, eclesial e maçónica, ou de uma dupla moralidade, humanista e cristã.

Saindo também ao encontro das críticas levantadas contra a frase contida na Declaração de 1983, de que os que se inscrevem na Maçonaria “*estão em estado de pecado grave e não podem aproximar-se da Sagrada Comunhão*”, o artigo acrescentava: “Com essa última expressão, a Sagrada Congregação indica aos fiéis que tal inscrição constitui objectivamente (sublinhado nosso) um pecado grave, precisando que os aderentes a uma associação maçónica não podem aproximar-se da Sagrada Comunhão, ela quer iluminar a consciência dos fiéis sobre uma grave consequência que lhes

« A maçonaria, respeitando as diversas correntes de pensamento e colocando-se, em realidade, como uma escola livre, de moral e de aperfeiçoamento humano, jamais limitou caminhos dos maçons em direcção à livre investigação da verdade.»

advém da sua adesão a uma Loja maçónica”.

Também recordavam as condições estabelecidas para proceder à absolvição desta excomunhão, que consistiam no afastamento e a separação da maçonaria, reparação do escândalo do melhor modo possível, e cumprimento da penitência imposta.

As consequências da excomunhão incluíam, por exemplo, a privação de sepultura eclesiástica e de qualquer missa exequial, de ser padrinho de baptismo, de confirmação, de não ser admitidos no noviciado, e o conselho - no caso das mulheres - de não contrair matrimónio com maçons.

No dia 2 de novembro de 1991, um editorial da revista La Civiltà Cattolica, considerada porta-voz oficioso da Santa Sé, tocava mais

uma vez no tema “A Igreja e a Maçonaria hoje”.

A finalidade desse escrito era claramente expressa: “*Pensamos... que na Maçonaria, enquanto tal, se realiza uma educação numa filosofia e numa ‘religiosidade’ que a Igreja considera, mesmo actualmente, incompatível com a fé cristã e com a adesão convicta de fé ao mistério do povo de Deus e ao magistério que vive no seu seio.*

Queremos apresentar esta inconciliabilidade essencial, que é, consequentemente, a chave para a compreensão das mais recentes intervenções eclesiásticas sobre a matéria”.

Também o conceito de religião é relativista (...) e não coincide com a convicção fundamental do cristão, o conceito de Deus simbolizado através do “Grande Arquiteto do Universo” é de tipo deístico e não há nenhum conhecimento objetivo de Deus no sentido do conceito pessoal de Deus do teísmo, e está impregnado de relativismo, o qual mina os fundamentos da concepção de Deus dos católicos (...).

Para a Igreja de Roma a Maçonaria e Igreja Católica são simplesmente inconciliáveis, com uma inconciliabilidade que não depende de conjunturas históricas nem de acções particulares, mas que é intrínseca à própria natureza de ambas instituições.

Quanto à Maçonaria regular, ela professa, sem dúvida a existência do Grande Arquiteto do Universo e respeita a religião. Por este lado parece convir com o que ensina o Catolicismo.

Todavia, numa perspectiva católica, deve-se-lhe observar que a proclamação da existência do Grande Arquiteto do Universo é algo de racional ou filosófico deixando os seus adeptos no plano da religião natural ou do chamado “deísmo”.

Para o fiel católico, Deus é o Pai que se revela por Jesus Cristo – Deus e homem; esta revelação dá origem à

DICASTERIUM PRO DOCTRINA FIDEI

NOTE FOR THE AUDIENCE WITH THE HOLY FATHER

13 November 2023

The Request of His Excellency, the Most Rev. Julito CORTES,
Bishop of Dumaguete (Philippines)
Regarding the Best Pastoral Approach to
Membership in Freemasonry by the Catholic Faithful

Recently, His Excellency, the Most Rev. Julito CORTES, Bishop of Dumaguete, after explaining with concern the situation caused in his Diocese by the continuous rise in the number of the faithful enrolled in Freemasonry, asked for suggestions regarding how to respond to this reality suitably from a pastoral point of view, taking into account also the doctrinal implications related to this phenomenon.

Membership in Freemasonry is very significant in the Philippines; it involves not only those who are formally enrolled in Masonic Lodges but, more generally, a large number of sympathizers and associates who are personally convinced that there is no opposition between membership in the Catholic Church and in Masonic Lodges.

To address this issue appropriately, it was decided that the Dicastery would respond by involving the Catholic Bishops' Conference of the Philippines itself, notifying the Conference that it would be necessary to put in place a coordinated strategy among the individual Bishops that envisions two approaches:

(a) On the doctrinal level, it should be remembered that active membership in Freemasonry by a member of the faithful is forbidden because of the irreconcilability between Catholic doctrine and Freemasonry (cf. Congregation for the Doctrine of the Faith, "Declaration on Masonic Associations" [1983], and the guidelines published by the Catholic Bishops' Conference of the Philippines in 2003). Therefore, those who are formally and knowingly enrolled in Masonic Lodges and have embraced Masonic principles fall under the provisions in the above-mentioned *Declaration*. These measures also apply to any clerics enrolled in Freemasonry.

(b) On the pastoral level, the Dicastery proposes that the Philippine Bishops conduct catechesis accessible to the people and in all parishes regarding the reasons for the irreconcilability between the Catholic Faith and Freemasonry.

Finally, the Philippine Bishops are invited to consider whether they should make a public pronouncement on the matter.

Ex Audientia die 13.11.2023

Franciscus

Victor Card. Fernández

Ex Audientia die 13.11.2023 - Franciscus Víctor Card. Fernandez -
O documento original

religião sobrenatural ou ao teísmo. Em rigor, o católico não pode deixar de invocar Deus como uno e trino, como Redentor e Santificador dos homens.

Ora o facto de a Maçonaria falar de Deus, mas silenciar as grandes verdades reveladas (para assim poder receber no seu grémio homens de diversas crenças religiosas) sugere aos pensadores católicos certas restrições.

Tal atitude da Maçonaria, se não suscita o ateísmo e o materialismo, pode suscitar o relativismo ou certo

indiferentismo religioso. Foi precisamente esta observação, associada a outras ponderações congéneres, que inspirou aos bispos alemães a conclusão de que não é possível alguém ser católico e maçom ao mesmo tempo. Cf. PR 254/1981, págs. 78-79.

Estas reflexões permitem ver quanto a Maçonaria é complexa e, por conseguinte, como será difícil chegar a um relacionamento unívoco da Igreja com a Maçonaria como tal. Em vista desta complexidade, parece que é e será sábio, para a Igreja,

assumir atitude diversificada diante da Maçonaria.

A Igreja abster-se-á de pronunciamentos generalizados e monolíticos sobre a Maçonaria, o julgamento será pronunciado pelos pastores de almas em cada caso de fiel católico que deseje entrar em determinada Loja ou faça parte desta ou daquela Loja definida.

Em 13 de Novembro de 2023 a Congregação para a Doutrina da Fé voltou a reafirmar a irreconciliabilidade entre a doutrina católica e a Maçonaria.



GRANDE ORIENTE LUSITANO
MAÇONARIA PORTUGUESA

LIBERDADE ~ IGUALDADE ~ FRATERNIDADE

COMUNICADO

Perante a informação oriunda do Dicastério para a Doutrina da Fé de 13 de novembro de 2023, na qual se reafirma que existe «irreconciliabilidade entre a doutrina católica e a maçonaria», o Grande Oriente Lusitano – Maçonaria Portuguesa não pode deixar de lamentar que persista na hierarquia da Igreja Católica uma visão infundada que não corresponde minimamente à realidade.

De facto, o Grande Oriente Lusitano – Maçonaria Portuguesa acolheu e acolhe no seu seio não só importantes figuras da Igreja Católica, mas também simples fiéis católicos que não encontram qualquer manifestação de antagonismo entre duas instituições que visam, em muitas áreas da vida, alcançar resultados idênticos, como seja a defesa dos mais desfavorecidos e a procura de elevados ideais de espiritualidade. Por outro lado, como se afirma no livro fundador da Maçonaria, compilado pelo pastor presbiteriano James Anderson, a nossa Ordem permite juntar pessoas «livres e de bons costumes» que, de outra maneira, estariam perpetuamente afastadas.

Acresce que também os Maçons olham – e olham – para o Papa Francisco como um defensor da abertura da Igreja a novas perspetivas e novas manifestações de tolerância, sendo que esta não deve ser exclusivamente voltada para dentro. Não se percebe, realmente, que uma instituição que defende desde a sua origem, i. e., desde há mais de 300 anos, os valores da Fraternidade, da Solidariedade e da Verdade, bem como os princípios da Tolerância e da Liberdade de Consciência, possa conflitar com qualquer outra que seja integrada por homens e mulheres de bem aos quais repugnam quaisquer atos contrários à dignidade humana.

Em Portugal, como em todo o Mundo, os Maçons são conhecidos por se esforçarem denodada e sinceramente para criar pontos de contacto e convergência entre todas as instituições que prezam a defesa desses valores conaturais à essência do ser humano na sua mais elevada expressão, pelo que, não querendo imiscuir-se na tomada de decisões de órgãos da Igreja Católica, o Grande Oriente Lusitano – Maçonaria Portuguesa tem de manifestar, sob pena de deixar de lado tudo aquilo em que acredita, a sua perplexidade e pesar.

O Grão-Mestre

(Fernando Cabecinha)



R. do Grémio Lusitano, 25. 1200-211 Lisboa - Portugal
T: +(351) 213 424 506 | E: grandesecretariageral@gol.pt

A pedido de D. Julito Cortes, Bispo de Dumaguete (Filipinas) a Congregação afirmou a sua posição num documento assinado pelo cardeal Victor Fernández e com a aprovação do Papa Francisco.

Foi reiterado que “adesão activa à Maçonaria por parte de um fiel é proibida por causa da irreconciliabilidade entre a doutrina católica e a Maçonaria”, tal como menciona uma Declaração da Congregação para a Doutrina da Fé emitida em 1983

Transcreve-se a tradução:

DICASTERIUM PRO DOCTRINA FIDEI

NOTA PARA A AUDIÊNCIA COM O SANTO PADRE

A pedido de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Julito Cortes, Bispo de Dumaguete (Filipinas), sobre a melhor abordagem pastoral da adesão à Maçonaria por parte dos fiéis católicos.

Recentemente, Sua Excelência Reverendíssima D. Julito Cortes, Bispo de Dumaguete, depois de

expor com preocupação a situação causada na sua Diocese pelo contínuo aumento do número de fiéis inscritos na Maçonaria, pediu sugestões sobre como responder adequadamente a esta realidade do ponto de vista pastoral, tendo em conta também as implicações doutrinárias relacionadas com este fenómeno.

A pertença à Maçonaria é muito significativa nas Filipinas; envolve não só aqueles que estão formalmente inscritos nas Lojas Maçónicas, mas, mais geralmente, um grande número de simpatizantes

e associados que estão pessoalmente convencidos de que não há oposição entre a pertença à Igreja Católica e às Lojas Maçónicas.

Para abordar adequadamente esta questão, foi decidido que o Dicastério responderia envolvendo a própria Conferência Episcopal das Filipinas, notificando a Conferência de que seria necessário pôr em prática uma estratégia coordenada entre os Bispos individuais, que prevê duas abordagens:

1. A nível doutrinal, recorde-se que a adesão activa à Maçonaria por parte de um fiel é proibida por causa da irreconciliabilidade entre a doutrina católica e a Maçonaria (cf. Congregação para a Doutrina da Fé, “Declaração sobre as Associações Maçónicas” [1983], e as orientações publicadas pela Conferência Episcopal das Filipinas em 2003).

Por conseguinte, aqueles que estão formal e conscientemente inscritos em lojas maçónicas e que abraçaram os princípios maçónicos são abrangidos pelas disposições da Declaração acima mencionada. Estas medidas também se aplicam a quaisquer clérigos inscritos na Maçonaria.

2. A nível pastoral, o Dicastério propõe que os Bispos das Filipinas conduzam uma catequese acessível ao povo e em todas as paróquias sobre as razões da irreconciliabilidade entre a Fé Católica e a Maçonaria.

Finalmente, os bispos filipinos são convidados a considerar se devem fazer um pronunciamento público sobre o assunto.

Qual a nossa surpresa ao tomarmos conhecimento deste documento emitido pelo Dicastério para Doutrina e Fé sobre a Maçonaria.

Em nossa opinião e contra todos os ensinamentos postulados pelo actual Papa Francisco, no Documento da exortação Apostólica

“Evangelli gaudium” de 24 de Novembro de 2013, que apresenta a súmula das reflexões realizadas no Sinodo dos Bispos em 2012 sobre “A evangelização para a transmissão da Fé cristã”.

Nesse documento o Papa ousou pensar o que deve ser a Igreja de hoje, não uma Igreja fechada em si mesma, mas na procura do outro, ou seja o “Eu” não existe sem o “Outro”, uma vez que se vive num mundo de relações globais e plurais, em que a abertura, e proximidade podem proporcionar a integração de todos.

A primeira parte desse documento continua a lembrar que a religião não deve prender ou tornar pesada a vida dos fiéis lembrando que os preceitos dado por Cristo e pelos Apóstolos ao povo de Deus são pouquíssimos. Esta parte termina recordando que a Igreja é chamada a ser uma mãe de coração aberto.

No segundo capítulo o Papa fala a respeito dos desafios do mundo atual, entre eles os sociais, culturais e económicos. Aí destaca que o fiel envolvido no trabalho pastoral deve ter uma característica otimista com uma visão de comunidade, que desfavoreça ou erradique a guerra interna na comunidade e/ou entre os cristãos, e que saiba dizer não ao individualismo.

Por isso a Maçonaria considera-se a protetora e defensora do ideal religioso no indivíduo e da liberdade de culto, de crença, de consciência e de pensamento. Precisamente para que o cidadão possa exercer livremente estes seus direitos inalienáveis de pensar, crer e ter ou não ter religião,

O ideal que a Maçonaria defende em tese não é um Estado ou uma sociedade directamente ateia, nem uma sociedade adversa ou inimiga da religião, mas uma sociedade rigorosamente indiferente perante a religião, qualquer que ela seja.

Exatamente para que neste ambiente libertado e livre, cada um dos cidadãos possa exercer, sem

nenhuma coacção externa, nem física nem moral, o seu sagrado direito individual e pessoal de pensar e de culto ao Ser Supremo, do modo como cada um o entenda.

Se a Maçonaria nunca fez restrições às religiões, para que seus seguidores pudessem ingressar na Maçonaria, a recíproca não é verdadeira, e, além da proibição que existe no Direito Canónico, incompatibilizam por completo os seus seguidores com a Instituição Maçónica.

Tudo isto indica que nos encontramos frente a uma questão vivamente debatida, fortemente sentida e cuja discussão não pode considerar-se fechada.

Face a esta ultima posição do Vaticano, a Maçonaria Portuguesa reagiu e o Grande Oriente Lusitano emitiu em Comunicado a sua perplexidade e pesar sobre esta posição completamente “esdrúxula” da Igreja Católica (Vaticano).

«Perante a informação oriunda do Dicastério para a Doutrina da Fé de 13 de novembro de 2023, na qual se reafirma que existe «irreconciliabilidade entre a doutrina católica e a maçonaria», o Grande Oriente Lusitano – Maçonaria Portuguesa não pode deixar de lamentar que persista na hierarquia da Igreja Católica uma visão infundada que não corresponde minimamente à realidade.

De facto, o Grande Oriente Lusitano – Maçonaria Portuguesa acolheu e acolhe no seu seio não só importantes figuras da Igreja Católica, mas também simples fiéis católicos que não encontram qualquer manifestação de antagonismo entre duas instituições que visam, em muitas áreas da vida, alcançar resultados idênticos, como seja a defesa dos mais desfavorecidos e a procura de elevados ideais de espiritualidade. Por outro lado, como se afirma no livro fundador da Maçonaria, compilado pelo pastor presbiteriano James Anderson, a nossa Ordem permite juntar pessoas «livres e de

bons costumes» que, de outra maneira, estariam perpetuamente afastadas.

Acresce que também os Maçons olharam – e olham – para o Papa Francisco como um defensor da abertura da Igreja a novas perspectivas e novas manifestações de tolerância, sendo que esta não deve ser exclusivamente voltada para dentro. Não se percebe, realmente, que uma instituição que defende desde a sua origem, i. e., desde há mais de 300 anos, os valores da

Fraternidade, da Solidariedade e da Verdade, bem como os princípios da Tolerância e da Liberdade de Consciência, possa conflitar com qualquer outra que seja integrada por homens e mulheres de bem aos quais repugnam quaisquer atos contrários à dignidade humana.

Em Portugal, como em todo o Mundo, os Maçons são conhecidos por se esforçarem denodada e sinceramente para criar pontos de contacto e convergência entre todas as instituições que prezam a defesa

desses valores conaturais à essência do ser humano na sua mais elevada expressão, pelo que, não querendo imiscuir-se na tomada de decisões de órgãos da Igreja Católica, o Grande Oriente Lusitano – Maçonaria Portuguesa tem de manifestar, sob pena de deixar de lado tudo aquilo em que acredita, a sua perplexidade e pesar.»

E fica a pergunta: “Porque um católico não pode ser maçom?”^①

BIBLIOGRAFIA:

Diversas Encíclicas e canons mencionados

Exortação “*Evangelii gaudium*”

NOTAS :

¹ Isaac Newton - Físico e matemático inglês. (Lei da Gravitação universal).

² Edmund Halley - Astrónomo e matemático inglês. Anunciou, pela primeira vez, a reaparição do cometa que leva o seu nome (cometa Halley).

³ Robert Hooke - Físico inglês. Formulou a Lei das Deformações Elásticas. Entre os seus inventos constam: a espiral dos relógios de bolso e o barómetro de marinha. Descobriu a estrutura celular dos vegetais.

⁴ Elias Ashmole - Inglês, erudito alquimista, antiquário, autor de diversas obras conhecidas, entre elas a História da Ordem da Jarreteira, fundador do “Museu Ashmolean”, na cidade de Oxford.

⁵ Robert Fludd - Médico inventor e filósofo inglês. Foi influenciado por Paracelsus

⁶ Paracelsus – Médico suíço, alquimista, teólogo leigo e filósofo da Renascença alemã.

O papel da Maçonaria na criação da contemporaneidade

Princípios e valores universalistas na criação de uma sociedade inclusiva, solidária e ética social.

RESUMO

Um dos grandes desafios das comunidades humanas na atualidade, é encontrar soluções para estabelecer uma sociedade mais inclusiva e solidária, onde prevaleçam as questões éticas. De que forma a Maçonaria pode oferecer um contributo singular neste desafio?

O objetivo deste trabalho será rever conceitos e procurar dar uma resposta a este tema na contemporaneidade. Deste modo, serão abordadas as questões referentes a princípios e valores universalistas, bem como aos conceitos de fraternidade e tolerância.

Tratando-se a Maçonaria de um caminho de aperfeiçoamento realizado com base num compromisso ancorado no desejo e amor à Verdade, a mesma tem como objetivo a criação de uma aliança de Homens que se unem para trabalhar em comum no progresso moral, espiritual e intelectual.

Sendo identificados os problemas do concretismo de pensamento, bem como da tendência para cada

humano e diversos grupos se isolarem nos seus dogmas e crenças, prejudicando as relações humanas existentes, a mesma propõe contrariar tal facto.

Ou seja, independentemente das diversas culturas e de todos os poderes instituídos, a finalidade desta Ordem será sempre a de aproximar humanos, reunindo o disperso, sem impor nem uniformizar.

INTRODUÇÃO

«Conhecereis a Verdade e a Verdade vos Libertará» (João 8:32).

Quando se procura escrever sobre o que é a maçonaria, em traços gerais podemos considerá-la como uma escola de progresso, de liberdade e de fraternidade humana, de acordo com as bases universais da sua constituição cosmopolita, livre de qualquer amarra e defensora dos princípios libertadores da humanidade.

Conhecidamente o seu lema de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, e de acordo com a perspectiva descrita em 1912 por

Borges Grainha, “não deve descer ao corrilho das facções partidárias nem ao endeusamento das personalidades”, mas sim a um espaço de trabalho onde as ideias se “explanem desenvolvidamente de maneira que todos os seus adeptos as entendam, aceitem, amem e pratiquem”, com obreiros aptos para as tratarem em loja, “convenientemente de maneira que todos se interessem por elas, as discutam e as apreendam” (Grainha, 1912).

Mas antes de se abordarem as questões atuais, será de relevância acrescida recuarmos em busca de referências no passado, e que por isso surge uma mistura de história e lenda, para estabelecer uma continuidade histórica.

É claro que a visão que temos da Maçonaria situa-se a partir do século XVIII, porém a sua origem remonta no seio das agremiações dos construtores de catedrais, aperfeiçoada e perpetuada desde então – estes construtores e arquitetos desses monumentos tinham de ser dotados de profundos conhecimentos técnicos, científicos e artísticos, gozando consequentemente de certos privilégios e eram

protegidos pelo poder temporal e espiritual.

1. A MAÇONARIA DESDE O PASSADO AOS NOSSOS DIAS...

A título de exemplo, o Papa Nicolau III concedeu aos seus membros, em 1277, o título de pedreiros livres, que implicava a isenção de impostos, da jurisdição ordinária e da obediência aos regulamentos municipais e liberdade de circulação (Arnaut, 2009).

Consideramos como um dos mais antigos documentos maçônicos de que se tem conhecimento, o Regius Poem ou também conhecido como Manuscrito Halliwell, gravado em inglês arcaico, com letras góticas sobre pele de carneiro, poderá - através de várias partes que contêm lendas, episódios bíblicos, descrições de normas e artes - transmitir normas, regulamentos ou estatutos do ofício de Franco-maçom e da corporação.

O respetivo texto citava o Rei Athelstan como o responsável da criação dessas normas, convocando um encontro de maçons para que fossem estudadas e definidas as leis, regras e preços do ofício.

Aqui a Maçonaria era mencionada como Geometria, para o emprego de filhos da nobreza no Antigo Egito, e o mesmo documento já fazia referência a 15 artigos e 15 tópicos com as suas regras referentes ao comportamento moral, à aprendizagem de forma adequada, a punições, e às sete artes liberais.

Adicionalmente, o Manuscrito Cooke publicado no século XV corresponde a um outro documento que estrutura o Regulamento da Maçonaria operativa. O mesmo seguia o conto dos filhos de Lameque, a partir do livro Génesis. A partir destas personagens bíblicas foram-se construindo as diretrizes ao longo dos séculos.

Assim, enquanto Jabal descobriu a geometria e tornou-se o maçom Mestre da Caim, Tubalcaim



Sociedade inclusiva - imagem gerada por inteligência artificial (Midjourney)

descobriu a metalúrgica e a arte da forja, e a sua irmã Naamá a tecelagem, Jubal descobriu a música. Nesta sequência, como forma de manter tais conhecimentos e descobrindo que a Terra seria destruída pela água e fogo, inscreveram em duas colunas de pedra tais saberes.

Após o dilúvio, Pitágoras e o filósofo Hermes Trismegisto descobriram tais colunas, e as setes ciências foram transmitidas para Abraão, através de Nimrod - o arquiteto da Torre de Babel - que ensinou aos egípcios, incluindo Euclides, enquanto disciplina instrutiva. O ofício é então ensinado aos filhos de

Israel, e do Templo de Salomão seguiu seu caminho para França, e para Inglaterra de Santo Albano.

Posteriormente, com o surgimento de uma nova visão contrária ao absolutismo e ao poder aristocrático e clerical, procurou-se cultivar os valores da tolerância e do universalismo - na esteira dos utopistas Bacon e Campanella - e a Maçonaria transformou-se em Maçonaria filosófica ou especulativa.

Ou seja, o escopo da Ordem deixou de ser a construção de templos, em concreto, como era evidente na Maçonaria operativa, para se tornar, metaforicamente, na construção do

templo ideal, na edificação de um mundo melhor, justo e fraterno (Arnaut, 2009). Tal movimento renovador foi iniciado em Inglaterra.

Em 24 de junho de 1717, dia da festa de S. João Batista, reuniram-se as quatro lojas de Londres conjuntamente e deliberaram criar um órgão federador, denominado Grande Loja de Londres procurando unificar e preservar o espírito e os valores maçónicos, bem como a regularidades das lojas.

Tal necessidade provinha de uma Inglaterra que depois da Revolução Gloriosa de Guilherme de Orange, recuperava e procurava equilíbrios no plano político, social e económico, sendo a Maçonaria considerada como um novo espaço de sociabilidade onde podiam conviver homens “livres e de bons costumes”, com opções políticas e religiosas diferentes (Ventura, 2013).

Nesta senda, o teólogo e pregador James Anderson, foi encarregado de coligir os velhos regulamentos (Old Charges), em colaboração com o pastor francês Jean Théophile Désaguliers, resultando a publicação da obra em 1723 conhecida por Constituições de Anderson, ou seja, a *Magna Carta* da Maçonaria moderna, em que “Um Maçom é obrigado, por dever de ofício, a obedecer à Lei Moral; e se ele compreende corretamente a Arte, nunca será um estúpido ateu nem um libertino irreligioso”.

Nos tempos remotos e medievais, os maçons “eram obrigados em cada país a adotar a religião daquele país ou nação, qualquer que ela fosse. Hoje pensa-se mais acertado obrigá-los somente a adotar aquela religião com a qual todos os homens concordam, guardando suas opiniões particulares para si próprio, isto é, serem homens bons e leais, ou homens de honra e honestidade, qualquer que seja a denominação ou convicção que os possam distinguir.

Por isso a Maçonaria torna-se um centro de união e um meio de conciliar uma verdadeira amizade

«Sobre a imposição da religião o Iluminismo diz que na sua essência consiste em amar o próximo, fazer o bem, ser um homem bom, de honra e probidade. É por este facto que a Maçonaria se considera a casa de união entre ateus, agnósticos e pessoas dos mais diversos credos, consistente com a divisa maçónica «Deus meumque Jus.»

entre pessoas que de outra forma permaneceriam em perpétua distância” (*Constituições da Antiga Fraternidade dos Maçons Livres e Aceitos*, sob a guarda da Grande Loja de Londres fundada em 24 de junho de 1717 – *Constituição de Anderson* 1723).

Tal mudança surge com o *Iluminismo* e as reformas modernas, e sobre o tema específico da imposição de religião, esta consiste sim, na sua essência amar o próximo, fazer o

bem, ser um homem bom, de honra e probidade. É por este facto que a Maçonaria se considera a casa de união entre ateus, agnósticos e pessoas dos mais diversos credos, consistente com a divisa maçónica *Deus meumque Jus*.

No entanto, a Bíblia continuou a ser o “livro da Lei”, embora dê ênfase à conceção reformista. Contudo no ramo liberal ou também denominado de liberal, não se exige a crença em Deus, admitindo-se apenas homens bons e retos, que sigam os princípios da universalidade, da fraternidade e da tolerância. Estes valores consideram igualmente o reconhecimento e aceitação da mulher em Lojas de Maçonaria.

No contexto nacional, também a Maçonaria está intimamente ligada à História de Portugal, principalmente nos últimos quase 300 anos. Segundo alguns indícios, pensa-se que tenha existido, em Lisboa, uma Loja composta por membros de nacionalidade inglesa e escocesa, trabalhando a partir de 1727 e introduzida pelo católico inglês William Dugood, proprietário, morador na Lapa e amigo de Alexandre de Gusmão.

Essa Loja seria conhecida pela Inquisição como Loja «dos Hereges Mercadores» pelo facto de ser constituída por ingleses e escoceses protestantes, regularizada na Grande Loja de Londres de 1735, primeiro com o número de ordem 135 e depois com o 120.

A segunda Loja conhecida em Lisboa, A Casa Real dos Pedreiros-Livres da Lusitânia, foi criada por irlandeses católicos, em 1733. Houve uma tentativa de regularização em 1738 junto da Grande Loja de Londres que não foi concretizada. Em 1741, surgiu a Loja de John Coustos com cerca de 300 membros, que se manteve em atividade até 1743, momento em que vários membros foram presos.

As razões que explicam esta curta existência devem-se ao facto de, a 28

de abril de 1738 o papa Clemente XII publicar a bula *In Eminenti Apostolatus Specula*, condenando a Maçonaria. Nesse mesmo ano, a 28 de setembro, data em que a bula foi afixada em Lisboa, o inquisidor-mor cardeal D. Nuno da Cunha e Ataíde publicava um edital que constituía o primeiro momento da perseguição à Maçonaria em Portugal (Ventura, 2013).

Tal situação só melhorou com a subida ao trono de D. José I e com a governação pombalina, apesar de, em 1751, o papa Bento XIV ter renovado a condenação da Maçonaria através da bula *Providas Romanorum*.

Nomes como Marquês de Pombal, Gomes Freire de Andrade e D. Tomás Xavier Lima (marquês de Ponte de Lima), foram cruciais nesta fase (Matos, 2014). Sendo uma época plena de contradições, pensa-se que o Marquês de Pombal tenha sido iniciado em Londres ou Viena, tendo como elemento indicador o facto de ter pertencido à Royal Society, dominada por maçons, assim como uma visita da Loja Aux Trois Canons, na capital austríaca.

De igual modo, a vinda para Portugal do conde reinante de Schaumburg-Lippe, Friedrich Wilhelm Ernst, por sugestão da Grã-Bretanha, a fim de reorganizar o Exército luso, contribuiu para o fortalecimento da Maçonaria.

Como os oficiais que o acompanhavam eram pedreiros-livres, o contacto com militares portugueses produziu frutos, patentes no surgimento de Lojas maçónicas em localidades com guarnições militares, como são os casos de Lisboa, Elvas, Olivença e Valença.

Outra nova fase de perseguições surge, com a morte de D. José I, ocorrida em 24 de fevereiro de 1777, e com a queda do Marquês de Pombal, influenciada pelos setores mais conservadores da aristocracia e da Igreja, em pleno reinado de D. Maria I.

Posteriormente, o clima de guerra generalizada que a Europa conheceu desde 1792, em consequência da Revolução Francesa, acabou por potenciar, paradoxalmente, o desenvolvimento da Maçonaria em Portugal nos anos que antecederam a passagem do século XVIII para a centúria seguinte.

Em termos históricos, é no final do século XVIII, princípios do século XIX, que surge a orientação espiritual da Maçonaria agnóstica, baseada no Grande Oriente de França. É também nesta fase que começam a existir, efetivamente, Lojas autónomas, e em 1805 foi publicado um livro considerado como a primeira obra sobre a Maçonaria em Portugal – *Cartas sobre a Framaçonaria*.

Posteriormente, no Congresso Maçónico de 1905 e no Congresso do Livre Pensamento realizado em 1908 discutiram-se aquelas que viriam a ser as bases de um futuro regime republicano. Tal ideologia tinha muitos apoiantes, pois tratava-se de uma visão progressista, que pretendia colmatar as agruras da Pátria e a decadência da nação.

Tal regime proposto assentava na laicidade da sociedade, que se manifestava através da separação do Estado face à Igreja, da abolição do carácter oficial de todas as festas religiosas, do registo civil obrigatório, da assistência pública hospitalar e da instrução primária pública e obrigatória para todas as crianças. (Arnault, 2006; Ultimato da Grã-Bretanha a Portugal no qual impunha a obrigação de renunciar a um vasto território africano, que ligava Angola a Moçambique, viria a

dar origem à revolta de 31 de janeiro de 1891).

Assim considera-se este momento como de relevância acrescida na história da Maçonaria em Portugal, ou seja, a proclamação da República. No dia 5 de outubro de 1910, a Maçonaria e a Carbonária foram decisivas para o sucesso da implantação da República, e outras associações secretas portuguesas desempenharam um papel importantíssimo no movimento. No entanto, na revolução participaram maçons e não maçons.

Se por um lado, Machado dos Santos se deixou entusiasmar afirmando que a revolução se deveu exclusivamente à Maçonaria, Magalhães de Lima mostrava-se mais rigoroso ao afirmar que o movimento revolucionário fora obra de maçons. O certo é que não faltava quem exibisse a sua condição de maçom como forma de se associar ao novo regime.

Um momento de plena afirmação do novo regime que consagra os seus mártires, foi o funeral de Miguel Bombarda e de Cândido dos Reis, com a presença das delegações de Lojas com os seus estandartes e alguns membros paramentados.

Na sequência do golpe de Estado de 28 de maio de 1926 e com a formação do Estado Novo, a Maçonaria portuguesa tem um período agitado. A título de exemplo, no dia seguinte à publicação da lei n.º 1901 de 21 de maio de 1935, Norton de Matos escrevia o seguinte ao Ministro da Guerra:

«Venho comunicar a V. Ex.^a que, devendo, em virtude dessa lei,

«Podemos considerar a Maçonaria como uma escola de progresso, de liberdade e de fraternidade humana, de acordo com as bases universais da sua constituição cosmopolita, livre de qualquer amarra e defensora dos princípios libertadores da humanidade.»

dissolver-se a associação de maçons portugueses, deixo desde hoje de ser Grão-Mestre da Maçonaria Portuguesa e de pertencer a uma associação que, em obediência a uma lei do Estado, deixa de existir» (Norton, 2002). E sob o regime salazarista e marcelista, a maçonaria portuguesa praticamente deixou de existir até ao 25 de abril de 1974.

Por fim, a Revolução dos Cravos ao derrubar a ditadura restabeleceria a ordem democrática e a liberdade. O triunfo deste movimento revolucionário desencadeado a 25 de abril de 1974, com a garantia de liberdade de associação e de reunião, provocou uma profunda transformação no sindicalismo, que já se vinha libertando do espartilho corporativo, gerando movimentos associativos de diversos tipos, gerando um clima de liberdade que proporcionou à Maçonaria a possibilidade de emergir à luz do dia, depois de décadas de clandestinidade.

Em 6 de maio de 1983 é instalada a primeira loja portuguesa da Maçonaria feminina, Unidade e Mátria, com mulheres iniciadas em França, sendo eleita a 29 de março de 1997 a primeira Grã-Mestre.

A Ordem Maçónica Mista Internacional Le Droit Humain começou a laborar em 1980, tendo já existido em Portugal nos anos vinte do século XX. Surge em 2008 a Ordem Maçónica Internacional do Rito Antigo e Primitivo de Memphis e Misraim, demonstrando a Maçonaria nestes três séculos de presença em Portugal, uma Maçonaria viva e com uma pluralidade de Obediências que refletem diferentes formas de ler, assumir e viver a tradição maçónica (Ventura, 2013).

Nesta ordem de pensamento, atualmente pode-se considerar que persistem muitos dos ideais obtidos após a vitória dos liberais, nomeadamente o poder do Estado assentar na igualdade de todos os cidadãos perante a lei, na salvaguarda dos direitos individuais, na propriedade privada e no princípio da separação

dos poderes judiciais, legislativo e executivo (Cravinho, 2013). Consequentemente, mantêm-se os valores de fraternidade, da solidariedade e da justiça, que influenciam não apenas os seus obreiros, mas inclusive o mundo profano.

Atualmente é considerado e aceite por todos os maçons, que o papel desta Ordem consiste essencialmente numa escola de sabedoria e virtude, estando os seus membros ligados entre si por ideais nobres, ideais de perfeição, embora possam divergir entre eles, já que são livres de adotar religiões e entendimentos diferentes.

De igual forma, podem e devem expressar livremente o seu pensamento, e para tal não se deve considerar a Maçonaria como uma sociedade secreta, mas sim fechada, onde no seu Templo se reúnem à porta fechada pessoas disponíveis para ensinar e aprender a sabedoria e a virtude. É por isso, e somente por isso, que a Loja se considera um espaço sagrado e protegido, no qual estão visíveis os símbolos e emblemas, úteis ao aperfeiçoamento pessoal (Matos, 2014).

A linguagem dos símbolos na Maçonaria aponta para o caminho da necessidade que o maçom tem de reconhecer a sua própria vulnerabilidade, isto é, precisa tomar consciência das suas feridas, que representam a possibilidade de ele próprio “adoecer” e sofrer. É por meio desta consciência que cada um de nós se pode colocar no lugar do outro para poder avaliar o sofrimento dele e, desse modo, exercer a fraternidade e a solidariedade.

1.1 A Maçonaria na Resolução dos Problemas Atuais

Espaço de criação e de resposta na Sociedade Contemporânea

Tratando-se a Maçonaria de uma associação de homens esclarecidos, a mesma poderá contribuir na atualidade para a finalidade a que sempre se propôs: felicidade do género humano. Tal objetivo estará

desprovido de interesses políticos ou religiosos.

De acordo com Jacques Ploncard D'Assac, trata-se de “uma associação de homens esclarecidos, não tendo outra preocupação se não a felicidade do género humano – fora de toda a preocupação religiosa e política – excluindo apenas o ser sem virtude” (D'Assac, 1984, p. 8).

A Maçonaria é uma aliança de Homens que se unem para trabalhar em comum para o aperfeiçoamento intelectual, moral e espiritual da Humanidade – e dentro desta não há classes sociais – há graus de conhecimento (pilares do Ensino), funções executivas (pilares da Economia com os Oficiais de Loja e o Venerável Mestre ou o Conselho da Ordem) e funções jurisdicionais com o Venerável Mestre ou o Grande Tribunal Maçónico.

Este caminho de aperfeiçoamento é realizado com base num compromisso ancorado no desejo e amor à Verdade. Assim, a Maçonaria é uma escola de virtude e sabedoria, que opera através de um “sistema de moral velada pela alegoria e ilustrada por símbolos, e que não tem por base um mandamento que nos tenha sido dado (...), mas baseia-se em factos precisos e leis de ordem natural, sobre os quais não há dúvidas” (GLSP, 2017).

Deste modo a Maçonaria afirma-se como uma “Família”, uma “Família Universal” em que ser maçom é pertencer a esta família que se dedica à construção do Templo de Verdade, como se referiu acima. Para Luiz Silva (2016), um dos principais elementos que caracteriza esta família, é acolher os seus membros e, portanto, família significa “Acolhimento”.

Frequentemente, no nosso quotidiano, observando de forma direta ou sendo relatado, convivemos com acontecimentos marcados não pelo acolhimento e construção, mas sim, pela rejeição, exclusão e divisão e pela destruição (Silva, 2016).

Um dos grandes desafios da atualidade é a necessidade de encontrar novas soluções para estabelecer uma sociedade mais inclusiva e solidária. É inerente a todos, o dever de nos implicarmos e acompanharmos as mudanças em curso no mundo, e procurarmos estar afinados com o seu diapasão, isto é, com base no que Immanuel Kant definiu como imperativo categórico: dever de cada um agir conforme os princípios e os valores que considere serem benéficos caso sejam seguidos por qualquer outro indivíduo.

Coexistimos, mas muitas vezes afastamo-nos uns dos outros e quando isso acontece, também nos afastamos do mundo.

Frequentemente vivemos em conflito com a ordem natural das coisas e em desacordo com a nossa dimensão biológica. Nós, por natureza, temos necessidade de explicar o que é o mundo e dessa necessidade nasceu a ciência moderna.

Temos igualmente necessidade de compreender quem somos e quem é o outro, questões que nos conduzem para domínios subjetivos, como sejam: sentimentos, emoções, valores e intuição. Aliás, numa sociedade moderna em que o consumismo impera, grande parte dos seres humanos tem recursos suficientes, não se preocupando com a sustentabilidade do sistema.

Outro risco inerente que aqui se coloca para a humanidade, ou seja, a consciência global acerca do nosso lugar como pessoa humana nesta enorme família. O despreendimento de nos isolarmos em nós mesmos, e não contribuírmos para a própria espiritualidade dos demais.

Apesar do processo iniciático ser individual, não obstante ocorrer num contexto coletivo, pois o estudar, aperfeiçoar, meditar e refletir para melhorar no seu dia a dia, apenas se consegue na obtenção de força e partilha de conhecimentos no seio da Loja (Matos, 2014).

«Pensa- se que tenha existido, em Lisboa, uma Loja composta por membros de nacionalidade inglesa e escocesa, trabalhando a partir de 1727 e introduzida pelo católico inglês William Dugood, proprietário, morador na Lapa e amigo de Alexandre de Gusmão.»

A essência de uma comunidade de “irmãos” – tal procura ser a Maçonaria – é a inclusão do outro. Neste sentido, face aos desafios contemporâneos da construção de sociedades mais inclusivas e solidárias, de que forma a Maçonaria pode oferecer um contributo singular neste desafio?

Uma das possíveis respostas poderá ser enunciada da seguinte forma: é preciso refletir para reconstruir. Perante uma cultura em que o Homem é, em simultâneo, produtor, produto e subproduto de uma sociedade mercantilizada, é preciso questionar, entender e transformar.

Na nossa cultura predomina o pensamento linear, a lógica binária. Este modo de pensar pode fazer-nos acreditar que há sempre polos antagónicos entre os quais é preciso escolher. A possibilidade de

escolher é um dos fundamentos da liberdade e da democracia, valores grandemente exaltados pela Maçonaria. Todavia, esta não é aquela escolha binária – ou é preto ou é branco – que limita as possibilidades de exercer a individualidade, a criatividade e a consciência crítica.

Uma cultura em que predomina o pensamento linear/a lógica binária, cria mentes prisioneiras das polaridades, como sejam: ou virtude ou vício; ou bem ou mal; ou Norte ou Sul, ou Oriente, ou Ocidente.

Um pensamento fortemente formatado nesta lógica binária dificulta a nossa perceção da diversidade e da complexidade do mundo, conduzindo a uma deficiente comunicação entre as pessoas, geradora de uma lógica de exclusão.

É certo que o modelo binário / linear permite criar resultados práticos e significativos para a melhoria da vida humana, como sejam as que se aplicam as situações mecânicas, instrumentais e operacionais.

O que torna problemático aquele modelo, não é sua existência nem as aplicações práticas que cria, mas sim o fato dele ser visto como quase único, exclusivo. Importa, assim, complementar aquele modelo de pensamento binário, por um modelo de pensar de forma abrangente / holístico, isto é, pensar o todo sem deixar de lado as partes.

Silva (2016), a este propósito, cita o filósofo francês Blaise Pascal (1623-1662): “Considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, bem como conhecer o todo sem conhecer as partes em particular”.

O lema “Bem Pensar, Bem Dizer, Bem Fazer” não nos deve indicar uma realidade sobre a qual fazemos uma escolha limitada, estreita e fragmentada entre dois polos opostos, mas sim uma escolha ilimitada, aberta à reflexão, à ponderação, capaz de conduzir à formação do homem livre e integral,

capaz de pensar o mundo na sua natureza complexa.

Para isso, precisamos de uma educação que nos conduza a um equilíbrio entre um modelo de pensamento objetivo e lógico - indispensável para que lidemos com as situações concretas, objetivas e quantitativas do quotidiano - e um pensamento de natureza subjetiva, que inclui os sentimentos, as emoções e a intuição.

É neste sentido que os termos “acolhimento” e “complementaridade” são deveras importantes nos trabalhos maçónicos, os quais têm por base a construção da fraternidade e da egrégora entre os irmãos, capaz de ser transportada para a vida profana de cada um.

Ou seja, muitos dos problemas que a Maçonaria enfrenta hoje provêm da sua infidelidade a esta Verdade que cura as doenças e purifica, assim como à constante presença num pensamento marcadamente concreto quanto à sua essência.

O Maçon é convidado e encorajado a conhecer, desejar e amar a sabedoria, a virtude e a verdade - sendo estes lemas de vida praticados na Loja, no seio familiar de cada um, no seu local de trabalho, na sua convivência e consequentemente na sociedade em geral.

Neste ponto, os ensinamentos da Maçonaria são basilares, pois a sabedoria e virtude não servem para engrandecer o maçom, mas para o conduzir ao Templo da Verdade. E sabemos que não há religião superior à Verdade, logo o mesmo não tem necessidade de ter uma religião institucionalizada.

Segundo Luis de Matos na sua reflexão sobre o Templo da Verdade, o mesmo refere que:

O Templo da Verdade é o local metafísico onde a percepção da verdade desaparece, a distorção causada pela verdade individual cessa e Verdade Indivisível, como ela É, brilha em todo o



«Templo Maçónico» Imagem gerada por inteligência artificial (Midjourney).

seu esplendor, Inconfundível, indistorcível, inefável.

Para ensinar a sabedoria e a virtude, a Maçonaria trabalha num Templo. As reuniões decorrem à porta fechada, em Loja, num espaço sagrado e protegido, no qual estão visíveis os símbolos e emblemas de cada grau. A palavra “templo” etimologicamente provém do grego téménos, de radical “tem”, que evoca um corte. Em latim, templum

significa “lugar reservado”, ou “lugar à parte”, lugar separado dos lugares comuns.

Para ensinar a sabedoria e a virtude, a Maçonaria usa o véu dos símbolos. Os símbolos são as regras da linguagem metafísica, do código linguístico partilhado por todos os seus estudantes - no caso da Maçonaria, essa linguagem é a sua matriz judaico-cristã (Matos, 2014, p. 26 e segs.).

Nesta sequência, é por esta ordem de ideias que o Evangelho de João está aberto no seu primeiro capítulo em todas as Lojas regulares em trabalho, pois é nesta passagem que se destacam palavras como “verdade”, “luz”, “obra”, “conhecimento” e “libertação”.

Mas note-se que, o acesso ao Templo da Verdade não está acessível ao simples curioso, é necessário desejar e amar a Verdade, pois a mesma expõe as nossas fraquezas, coloca à vista os nossos medos, a nossa vilanagem visceral.

E nesta sequência, os seus Mistérios, pouco mais são do que a sua origem, fundação e objetivo. Essencialmente, a Maçonaria é uma escola iniciática, encorajando os seus elementos a conhecer, desejar e amar a sabedoria, a virtude e a verdade, praticando-as tanto em trabalho de Loja, como levando-as para a sociedade em geral.

Algumas questões podem surgir neste ponto, tais como: Qual o objetivo da Maçonaria como um todo? O que se propõem fazer e construir tais elementos que a compõem? E, para que serve a Maçonaria? Ao tentar responder de forma objetiva e utilitária, perde-se a objetividade de entender que a mesma é uma Escola Iniciática e nada mais, é apenas isto que caracteriza a sua essência.

Dependendo de cada pessoa, as respostas divergem na sua fundamentação, contudo dúvidas desta Ordem não existem enquanto via iniciática. E este aspeto iniciático remete para o verdadeiro desejo de uma transformação interior, e depois desta, através de uma ação de mutação formal, e transmutação interior.

Só assim, a questão da iniciação do Homem a trabalhar as suas imperfeições e ambições, a confrontar-se com elas, poderá posteriormente ser

um elemento igualmente útil à sociedade em geral.

Contudo, não é essa a imagem que a população em geral tem da Maçonaria, ou seja, existe sim uma imagem pública ruínosa desta Ordem e dos elementos que a compõem em diversos países.

Tal situação deve-se aos próprios elementos que a constituem, ao aceitarem-se no seu seio Homens e organizações a que se insiste em chamar de “irmãos” e “maçonaria”, permitindo-lhes representar a Ordem. Tal representação e imagem difere, e nos países nórdicos ainda continua a ser extremamente respeitada.

Contrariamente, nos países onde imperam formas de governo totalitário a Maçonaria é perseguida por ser entendida como subversiva, capaz de gerar livres-pensadores, empreendedores e líderes não-conformistas.

A Maçonaria no século XXI não deve nem pode ser a mesma Maçonaria que foi vivida no século XVIII, apesar daquela que hoje projetamos só poder ser sólida se estiver bem assente nos fundamentos de todo o seu passado, porque também o seu passado assentava nos fundamentos judaico-cristãos da Maçonaria de ofício primitiva (Matos, 2014).

Segundo Scawn Eyer a própria franco-maçonaria antecedeu o Cristianismo, mas foi a matriz cristã que deu um significado mais profundo à própria Maçonaria (Hackett, 2014; Eyer, 2016).

Especificamente, para pensar o seu papel na contemporaneidade, é preciso partir da base do sistema de pensamento ou modelo mental por meio do qual construímos o nosso mundo. Em geral aquele é um modelo que privilegia as partes isoladas, em prejuízo das relações.

As sociedades contemporâneas são regidas por um sistema de pensamento que privilegia o não

acolhimento, a divisão e o afastamento. Vivemos numa sociedade de desconhecidos, de estranhos. Silva (2016) refere que o desconhecimento produz a desconfiança, e esta alimenta o medo e é por ele ampliada. Se temos medo de entrar em contato com os nossos sentimentos e emoções, acabamos por adotar uma visão de mundo em que tudo nos parece externo e objetivo.

Para pôr em prática os objetivos sociais da Maçonaria é preciso mudar de modelo mental. Trata-se de uma mudança ampla e profunda, que não pode ser feita por meio de iniciativas superficiais e de curto prazo. Na tradição maçónica é feita uma reflexão em torno do enunciado de “Bem Pensar, Bem Dizer e Bem Fazer”.

Silva (2016) refere que em geral, sentimos antes de pensar, ou, de modo inverso, o que pensamos produz sentimentos. Assim, pode-se dizer que o sentir e o pensar se influenciam mutuamente, isto é, estão em relação circular.

Em conclusão, e reforçando a perspetiva acima descrita, Kaplan (2014) realizou um estudo em que procurou analisar a estrutura da intimidade coletiva, usando como modelo o modo como os maçons desenvolvem sentimentos de amizade e fraternidade, assim como estes são vivenciados na sua esfera privada e pública.

Neste estudo observou-se naturalmente uma intimidade coletiva no seio dos seus trabalhos maçónicos, como também tal forma de interagir com os demais publicamente, e de comunicar extravasou ao nível da solidariedade nacional e cívica, confiança e amizade.

Existe uma espécie de cadeia de união, sentimentos de familiaridade e reverência nas suas ligações privadas e no próprio coletivo/comunidade onde se inserem. Por fim, tais elementos encaram a esfera pública com os mesmos valores e atitudes que encaram as suas reuniões cerimoniais (Gaonkar,

2002; Kaplan, 2014). Podemos finalizar de acordo com a perspetiva de Rémi Boyer (2017):

«Dentro do contentor que a comunidade representa, o buscador aprenderá a jogar com os laços, a fazer e a desfazer as formas, sem que isso o dilacere interiormente ou rasgue a energia em presença. Tomará consciência de que aquilo que ele crê estar no exterior se encontra no interior e que, por isso, onde quer que se encontre, a comunidade, a loja, a Ordem, o mundo, permanecem nele. Ele é o seu próprio mundo, a sua própria criação (p. 66).

1.2. Princípios e Valores Universalistas: Inclusão, Solidariedade e Ética Social

Propondo-se a Maçonaria realizar a universalidade, a fraternidade e a tolerância, coloca-se logo à partida a questão de saber como tal objetivo será possível uma vez que abarca várias obediências e ritos. Também algumas obediências rejeitam as mulheres e certos irmãos pelas suas opções políticas, religiosas, filosóficas ou por pertencerem a outras famílias maçónicas. Segundo Corneloup, é “a Ordem é a que pode realizar a universalidade, e são as Obediências que atraíam a Ordem”.

Nesta linha de pensamento, a sua pretensão de universalidade também pode suscitar dúvidas, pois ao considerarmos a Maçonaria como uma estrutura viva, a mesma terá de se adaptar ao meio que a rodeia, e reproduzir no seu seio as fraturas que pretende resolver, e que em certo ponto pretende regular em função das épocas e lugares.

De facto, em cada país e com o decorrer dos séculos, foram promulgados diversos e numerosos estatutos, contudo, isso não obsta a que a Maçonaria possua determinado número de princípios básicos, aceites por todos os elementos que a compõem em todas as partes do globo.

Tal condição possibilita a aceitação, a fraternidade universal dos maçons,

a sua condição de grande família no seio da Humanidade, que centraliza o pensamento e a ação da Ordem. Inclusivamente, pode falar-se de um conjunto de características institucionais comuns a todas as famílias

« Atualmente é considerado e aceite por todos os maçons, que o papel desta Ordem consiste essencialmente numa escola de sabedoria e virtude, estando os seus membros ligados entre si por ideais nobres, ideais de perfeição, embora possam divergir entre eles, já que são livres de adotar religiões e entendimentos diferentes.»

maçónicas que permite a sua identificação (Lázaro, 1996).

A sua universalidade assenta no princípio de que todos os homens são iguais perante uma entidade a que denomina de Grande Arquiteto do Universo, sendo que todos os templos dos Francos-maçons são

consagrados à humanidade, à tolerância, à união mais íntima, à amizade mais perfeita e ilimitada e à fraternidade incondicional (*Manual de Aprendiz*, RAPMM, GLSP, 2017).

Aquele enunciado da universalidade da Maçonaria está ancorado a uma construção política e jurídica, cujo início da produção remonta ao século XV e, principalmente, ao século XVII. À época do *Iluminismo*, não existia uma afirmação consagrada dos direitos humanos, válidos para todos de maneira universal, mas apenas direitos de âmbito regional ou nacional, pensados para alguns humanos de maneira específica, como foi o caso dos direitos do homem, integrantes da Declaração Francesa de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789 (Grubba & Staffen, 2017).

A Maçonaria acolhe no seu seio Homens “livres e de bons costumes” - e os bons costumes são diversos costumes - reconhecendo que a diversidade cultural assume um importante papel de aproximar os homens, sendo através do diálogo possível criar avanços na proteção e implementação dos direitos humanos.

Apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 ter estabelecido o carácter universal dos direitos humanos, desde o seu surgimento que se discute a aplicabilidade daqueles direitos. Argumentos relativistas, localistas ou de direitos culturais, foram-se afirmando contrários à ideia de uma possível ou necessária universalidade dos direitos humanos. Deste modo, consideravam ser o universalismo, uma “tentativa cultural ocidental de imposição imperialista de uma única forma de se estar no mundo com dignidade” (Grubba2 & Staffen, 2017).

Os defensores do relativismo cultural sustentam que cada cultura possui uma visão acerca dos direitos fundamentais e que não há uma moral universal, devido ao pluralismo de culturas existentes no mundo.



«Ética em 2024» Imagem gerada por inteligência artificial (Midjourney)

Esses discursos questionam a premissa universalista, considerando que a tentativa de universalização dos direitos, de maneira *a priori*, é incompatível como os demais modos de vida cultural não-ocidentais e não capitalistas (Grubba & Staffen, 2017). Em contrapartida, os universalistas defendem que o pluralismo cultural não pode servir para encobrir violações aos direitos humanos.

Boaventura de Sousa Santos, referido por Pottumati (2014), defende que o multiculturalismo seria uma pré-condição para uma relação equilibrada, que além de reforçar a ligação entre a legitimidade local e a competência global, igualmente representaria uma política contra-hegemónica de direitos humanos.

Ressalta desta discussão a necessidade de diálogo entre as partes, a fim de se evitar o monólogo, fundamentalmente por parte dos que “defendem a preservação radical de valores culturais ou tradições, que

podem ter sido forjados com base em manipulações para a manutenção do poder” (Pottumati, 2014).

O universalismo busca abarcar os localismos culturais e proteger o direito à diferença, inclusive o respeito aos direitos humanos, quando há uma tentativa de imposição culturalista no que concerne à escolha de religião ou crença. Podemos igualmente considerar não ser, o universalismo, uma tentativa de imperialismo cultural, mas, pelo contrário, a tentativa de impedir possíveis imperialismos culturais.

É importante considerar que este diálogo entre universalistas e relativistas não deva ocorrer apenas no meio académico, mas também no seio de estruturas políticas, económicas e socioculturais.

Os Trabalhos Maçónicos são espaços de debate e criação de valor pela Arte de acolher o multiculturalismo como condição do universalismo humano, pelo que

- independentemente de vínculos culturais, religiosos ou políticos - os valores que objetivam a proteção da dignidade humana, são a fraternidade.

Neste sentido, a Maçonaria é única no seu objetivo de “reunir o disperso”, sem impor nem sequer uniformizar, expondo sempre as questões mais impertinentes, demonstrando a sua própria independência perante todos os poderes, a sua rejeição de qualquer identificação com um modelo político ou religioso específico, e o seu respeito pela pluralidade, que faz a vida mais rica e evoluída.

Assim, apesar das características individuais, ideias ou peculiaridades dos maçons, assim como as acima descritas diferenças culturais e societárias, os Irmãos desenvolvem os seus trabalhos sempre com a exigência humanista permanente e igualmente compartilhada por todos os elementos que compõem tal Ordem, com base nos valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Este humanismo é alcançável pela tolerância, que é uma das grandes virtudes da Ordem, melhor dizendo, pela tolerância ativa, que implica aceitar a diversidade do outro para que ele aceite a nossa própria sensibilidade, e também criar plataformas de entendimento, através de valores éticos comuns, herança irrenunciável da Maçonaria universal (Arnaut, 2009).

Existem três traços que permitem considerar que a Maçonaria alberga três grandes correntes de pensamento: corrente espiritualista, social e esotérica. Na primeira corrente, assume-se que o sagrado é consubstancial da humanidade, o qual busca o “homem primordial”, que mediante a tradição maçónica, tenta que cada maçom seja mediador da sua própria projeção para o universal e pureza original.

A corrente social dá ênfase à atividade humana, em que tais elementos participam nesta família

de pensamento e procuram participar em todas as atividades da vida social e política – privilegiando a espiritualidade ao invés do materialismo. Por fim, a última corrente privilegia a busca de “poderes” psicológicos e paralógicos através de ritos e iniciações específicas, valores, conhecimentos e práticas esotéricas (Bannel, 2006; Eyer, 2016).

Na realidade a Maçonaria é portadora de um conceito do mundo, baseado num sistema de representação e organização potencialmente universal. De acordo com Yves Bannel tem “uma função hermenêutica do mundo em que vivemos, porque o mero facto de crer que o homem obedece a leis de índole universal não é neutro e expande o campo de ação da razão” pois “o mundo moderno não se limita a um país, uma república, uma monarquia específica, mas tende para a construção de um templo universal, horizonte inalcançável, mas sempre presente na mente dos utópicos que somos” (Bannel, 2006, p. 50 e 51).

Essencialmente, a sua orientação foca e analisa novos desafios da modernidade, para trabalhar na evolução das mentes e dos comportamentos, tanto individuais como sociais, e propor valores e ideais sem conotações ou manipulações históricas ou ideológicas.

Quanto aos valores propostos pela Maçonaria, o primeiro corresponde à liberdade de pensamento, ou seja, aquela que resiste a todas as forças que moldam a sociedade. Assim “a verdade” e a “luz” que buscam os maçons, são uma forma de assumir a liberdade universal, sempre que o sentido profundo integre esses valores morais que permite os seus elementos combinar a razão, a fraternidade, o livre arbítrio e o caminho pessoal.

E o segundo valor proposto é a exigência moral, pois a mesma tende para a universalidade. Ou seja, como demonstrou Kant, é sempre universalista como mínimo, sobretudo quanto a moral maçónica é uma verdadeira ética, que se sustenta na

« Na nossa cultura predomina o pensamento linear, a lógica binária. Este modo de pensar pode fazer-nos acreditar que há sempre polos antagónicos entre os quais é preciso escolher. A possibilidade de escolher é um dos fundamentos da liberdade e da democracia, valores grandemente exaltados pela Maçonaria. »

razão e nos seus valores de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Outro elemento universalista a considerar da mensagem maçónica é a ética. De acordo com Comte-Sponville, a ética é uma moral enriquecida pelo amor. Essa fraternidade buscada e assumida pelos maçons, que não é mais que o amor à humanidade na sua plena diversidade, em busca de uma solidariedade verdadeira, ilustrada na perfeição pela associação dos dois termos: igualdade e fraternidade.

Conseguir manter o espírito aberto aos outros e às mudanças, ao estranho e ao imprevisível e desconhecido fazem parte desta Ordem, que procura forjar e indicar um caminho, fora da necessidade formalista e anquilosada do presente, e da própria incompreensão (Bannel, 2006).

Segundo Marques (1995) este aprimoramento moral surge a par do intelectual, de modo que a hierarquia maçónica é frequentemente interpretada como a gradual ascensão no afinamento das qualidades morais, do conhecimento e amor ao semelhante e na superação de todo e qualquer preconceito.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de aperfeiçoamento e de reflexão concretiza-se na ação, ao

nível filantrópico, político e social, em que os maçons têm sido importantes nas etapas de refundação intelectual da Europa. Desde a Reforma os maçons participam na elaboração dos valores e do próprio projeto humano e organizativo da sociedade, assim como na criação de instituições que continuam hoje estruturando o nosso enquadramento de vida e de pensamento.

Pode haver quem pretenda denegrir a imagem da Maçonaria e a sua importância no passado e como elemento essencial para um futuro com moral, ético e humanista. Pode haver quem não a classifique como uma Ordem única e que pretende situar o homem no próprio coração do homem, porém os trabalhos que a mesma desenvolve vão prosseguir contra todas as adversidades e impedimentos.

A envergadura ético-moral dos grandes vultos da Maçonaria, e o seu contributo para a construção de uma sociedade mais livre e justa são penhor dos nobres princípios maçónicos (Arnaut, 2009).

Já assim foi quando a Maçonaria através dos seus elementos procurou e conseguiu criar a Cruz Vermelha, a Sociedade das Nações e da ONU e muitas outras organizações, destacando-se: as grandes estruturas mutualistas, a concretização das ideias em matéria de abolição da escravatura, fim da pena de morte,



«Consciência e sentido ético» Imagem gerada por inteligência artificial (Midjourney)

laicidade, igualdade entre homens e mulheres, reforma educativa, criação de grandes estruturas de formação, tutoria e acompanhamento ao nível do Planeamento Familiar, ONG's, Alcoólicos Anónimos, etc.

Em conclusão, pautando-se pelo seu compromisso cívico, de cidadania, com especial atenção às problemáticas de cada época, e claramente um caminho iniciático, por natureza incomunicável, trata-se ao longo do tempo de uma verdadeira natureza e as suas propostas fundamentais revelam-se plenamente.

Em traços gerais, conforme refere Yves Bannel, a Maçonaria contribui para a ideia de que “ser humano é tomar consciência da sua dependência dos outros e saber transformar esta dependência em liberdade” (Bannel, 2006).¹

NOTAS:

- ¹ Revisto por LEONEL MADAÍL dos SANTOS – Licenciado e Mestre em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa, Pós-Graduado em Ciências Policiais e Segurança Interna – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Pós-Graduado em Mediação de Conflitos – Universidad Miguel de Cervantes.
- ² ORLANDO MARTINS – Licenciado e Mestre em Geografia Humana pela Universidade de Lisboa. Fisioterapeuta – Escola Superior de Tecnologia de Saúde de Lisboa.
- ³ PEDRO NOGUEIRA-SIMÕES – Psicólogo/Advogado. Licenciado e Mestre em Psicologia Criminal e Forense. Mestre em Cognição Social Aplicada. Mestre em Direito Ramo Jurídico Políticas. Mestre em Direito Ramo Jurídico Forenses. Doutoramento Título Doutoramento Europeu em Psicologia Clínica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arnaut, A. (2009). *Introdução à Maçonaria*. (6ª ed.). Coimbra Editora
- Bannel, Y. (2006). *A Maçonaria – Uma Visão Diferente do Mundo*. A Corunha: Fundação Ara Solis.
- Boyer, R. (2017). *A Tradição Maçónica e o Despertar da Consciência. Ensaio para uma Pragmática da Iniciação Maçónica e Pós-Maçónica*. Zéfiro – Edições e Actividades Culturais.
- Cravinho, A. (2013). *Influência da Maçonaria nos Feminismos da 1ª República*. [Dissertação de Mestrado]. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.
- D'Assac, J. (1984). *O Segredo da Maçonaria*. Edição TIPAVE.
- Eyer, S. (2016). *The Essential Secrets of Masonry - Insight from an American Masonic Oration of 1734. The Plumbline: The Quarterly Journal of the Scottish Rite Research. Society*, 23(2) 1–7.
- Gaonkar, D. (2002). Toward New Imaginaries: An Introduction. *Public Culture* 14 (1), 1-19. <https://doi.org/10.1215/08992363-14-1-1>
- GLSP (2017). *Manual de Aprendiz 1º Grau. Ritual Antigo e Primitivo Memphis Misraim*.
- Grande Loja Simbólica de Portugal. Edição Interna
- Grainha, Borges (1912). *História da Maçonaria em Portugal 1735-1912*. A Editora Limitada – C. Barão.
- Grubba, L., & Staffen, M. (2017). Direitos culturais e Nações Unidas: uma análise a partir da Declaração Sobre a eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Baseadas na Religião ou na Crença. *Revista de Direito Internacional, supl. Direito Internacional dos Investimentos*, 14(2), 511-524. <https://doi.org/10.5102/rdi.v14i2.4657>
- Hackett, D. (2014). *That Religion in Which All Men Agree: Freemasonry in American Culture*. University of California Press.
- Kaplan, D. (2014). The Architecture of Collective Intimacy: Masonic Friendships as a Model for Collective Attachments. *American Anthropologist*, 116(1), 81-93. <https://doi.org/10.1111/aman.12070>
- Lázaro, P. (1996). Origen, Evolución Y Naturaleza de la Masonería Contemporánea, in: Pedro Alvarez Lázaro (coord.), *Maçonaria, Igreja e Liberalismo – Masonería, Iglesia y Liberalismo. Actas da Semana de Estudos da Faculdade de Teologia* (Porto, 1 a 4 de fevereiro de 1994). Porto: Fundação Eng. António de Almeida. Universidade Católica Portuguesa, Madrid, Universidad Pontificia Comillas.
- Marques, A. (1995). *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Publicações D. Quixote.
- Matos, L. (2014). *A Maçonaria desvendada: reconquistar a tradição*. Edições e Actividades Culturais.
- Norton, J. (2002). *Norton de Matos. Biografia*. Bertrand Editora.
- Pottumati, C. (2014). Direitos humanos, universalismo e relativismo: em busca de diálogo e novos paradigmas. *Revista Argumenta*, 20, 181-197.
- Silva, L. (2016). Maçonaria do Século XXX: Pensar, Sentir e Viver. *Revista O Buscador – Revista de Ciência Maçónica. Loja Maçónica de Estudos e Pesquisas Renascença*, n. °1. Campinas Grande. Brasil.
- The Matthew Cooke Manuscript with translation*. Grand Lodge of British Columbia and Yukon A.F. & A.M. Consultado em 4 de maio de 2021
- Vilela, A. (2013). *Segredos da Maçonaria Portuguesa*. Editora Esfera dos Livros.

Teófilo Braga, Magistério e Cidadania

O centenário da morte de Teófilo Braga (1843-1924) permite evocar o autor de obras pioneiras sobre a história da literatura e um dos fundadores do Partido Republicano Português, no qual se destacou como Presidente do Governo Provisório (1910-1911) e, em 1915, como Presidente da República.

O legado cultural e a ação política que Teófilo Braga desenvolveu, encontram-se associados ao trabalho exaustivo de investigação e crítica que abriu caminho em áreas fundamentais da história da literatura portuguesa. Os seus detratores - e foram muitos - aproveitaram-se da sua obra, a maior partes das vezes, sem fazer as devidas referências.

Na militância política destaca-se o relevante contributo para a formação do Partido Republicano (1876) e a sua crescente implantação em todo o território nacional. Foi uma das principais personalidades que contribuiu, decisivamente, para a mudança do regime e a solução de algumas crises institucionais.

Teófilo Braga passou a vida a escrever. Foi encontrado morto na sua mesa de trabalho. Tinha 80 anos. Morava só. Faleceram, quase simultaneamente, os três filhos e, alguns anos depois, em 1911, faleceu-lhe a mulher quando, após a proclamação da República, era Presidente do Governo Provisório.

Os últimos 13 anos de vida decorreram no mais completo desconforto. Apesar desta situação carregada de fatalidade, continuou a exercer o magistério universitário na

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, enquanto prosseguia a obra de investigação e crítica com mais de 200 títulos. Ele próprio assim se definiu: *«dentro de um poço, desde que lá tivesse os meus livros, uma resma de papel e um lápis, conseguiria viver»*.

Por sua vez, Ramalho Ortigão que o conheceu com muita proximidade afirmou: *«Simples, sóbrio, duro, com hábitos de uma austeridade de espartano, sabendo reduzir as suas necessidades a toda a restrição a que lhe reduzam os meios, vivendo no seu isolamento como Robinson na sua ilha»*. (...) *«não publica um volume por semana, pela razão única de que não há prelos, em Portugal, que acompanhem a velocidade vertiginosa da sua pena. Escreve de graça, desinteressadamente, em satisfação do seu prazer supremo, o prazer de espalhar ideias»*.

Nasceu em Ponta Delgada a 24 de fevereiro de 1843. Principiou a atividade literária, em diversos jornais e revistas da ilha de São Miguel, na altura em que frequentava o liceu. Aprendeu, ainda, rudimentos da tipografia tradicional. Dirigiu-se, aos 18 anos, para

Coimbra. Tinha a ambição de ser professor da Universidade.

Arrostando com os maiores sacrifícios, sem quaisquer apoios financeiros, vivendo, apenas, de explicações e de traduções, tirou, entre 1862 a 1867, o curso de Direito, com elevadas classificações. Um ano depois fez provas de doutoramento com uma tese acerca da *História do Direito Português – os Forais*. Reconhecera-lhe os méritos. Contudo, para ascender à Cátedra, foi preterido por um candidato que possuía relações privilegiadas.

Tentou, em seguida, lecionar Direito Comercial na Academia Politécnica do Porto. Voltou a ser rejeitado. Finalmente, concorreu, em 1872, a uma Cátedra sobre *Literaturas Modernas*, no Curso Superior de Letras. Conseguiu, finalmente, vencer um concurso público muito renhido, no qual se apresentaram também Pinheiro Chagas e Luciano Cordeiro, dois candidatos que beneficiavam das maiores proteções.

Teófilo Braga radicou-se, a partir de então, em Lisboa, até falecer a 28 de janeiro de 1924. Nunca atravessou a fronteira. Nem voltou aos Açores. Guardava memórias amargas da infância e da adolescência. Manteve um contacto epistolar assíduo com



Teófilo Braga
Ilustração: Álvaro Carrilho

Francisco Maria Supico, diretor do jornal *A Persuasão*, que lhe acompanhou os primeiros passos e o incentivou a fazer carreira universitária.

ORGULHO DE SER AÇORIANO

Manteve um contato epistolar assíduo com Francisco Maria Supico, diretor do jornal *A Persuasão*, que lhe acompanhou os primeiros passos e o incentivou a fazer carreira universitária.

Entre as numerosas obras que publicou, faz referências a autores açorianos, desde Gaspar Frutuoso, Antonio Cordeiro, João Teixeira Soares de Sousa. José de Torres, Ernesto do Canto, a Carlos de Mesquita (e às origens micalenses de D Francisco Manuel de Melo)); propôs o camonianista José do Canto para sócio da Academia das Ciências; e, ainda, se ocupou de temas açorianos. É o caso de *Cantos*

Populares do Arquipélago Açoreano (1869).

Acerca da poesia popular – escreveu Teófilo Braga – existem duas modalidades: «uma atual, móvel, continuamente em elaboração porque é um eco da vida, uma linguagem das paixões e dos sentimentos de hoje; a outra é tradicional, histórica, em desarmonia com os costumes presentes, mas repetida ainda religiosamente como lembrança de costumes e sucessos que já passaram».

Constitui: «o rapsodo de todas as alegrias e tristezas do poema da vida» (...) «A poesia para o povo é o ritmo do esforço no trabalho, o esquecimento da miséria, a expressão dos desejos, o tesouro da sua moral e tradições antigas, a linguagem do amor, o gemido, enfim, a verdade simples da sua alma». (...) «fados e canções da rua, orações e profecias nacionais».

Ao ser entrevistado por Albino Forjaz de Sampaio, foi perentório em declarar que «nunca tivera a doença do açoriano, o apego ferrenho às suas ilhas, a nostalgia que sentimos quando delas nos afastamos». «No entanto, – esclareceu – através da minha longa vida, sempre me interessou, tudo o que pudesse interessar aos Açores, especialmente à minha terra».

Afirmou, ainda, com veemência: «Tenho orgulho de ser açoriano. As nossas ilhas são o foco da melhor tradição nacional. Nunca reneguei a minha terra. Sou ilhéu, nasci nesses rochedos donde irradiou o espírito das Autonomias».

OS BENEFÍCIOS DA ROTINA

A sua vida circunscreveu-se entre a casa de residência, na Estrela, e o Curso Superior de Letras, instalado no edifício da Academia das Ciências, da qual chegou a ser Vice-presidente.

Deslocava-se, ainda, para consultas documentais à Torre do Tombo, no Palácio de São Bento e à Biblioteca Nacional, que funcionava no antigo Convento de São Francisco, na área do Chiado. Pertenceu a uma tertúlia na rua do Arsenal, na livraria Carrilho Videira, que reunia e editava obras de republicanos. Andava a pé, ou nos transportes públicos, mesmo quando era Presidente da República.

Ramalho Ortigão procurou ainda defini-lo nestes termos: «débil de aspeto um pouco valetudinário, dorso curvo, ventre chato, estômago escavado, deixando descair as calças em pregas sobre os sapatos, é o mais forte, o mais rijo, o mais enérgico temperamento que tenho conhecido». Os caricaturistas retrataram-no com ironia. Joshua Benoliel fixou-o em dezenas de fotografias. Tornara-se uma figura típica de Lisboa.

Teófilo Braga (1843-1924) foi um dos autores com maior número de obras publicadas sobre a história da literatura portuguesa, mais de 200

títulos, desde os primórdios, até João de Deus e Antero de Quental.

Assinalam-se as investigações sobre Camões, nos múltiplos aspetos da obra épica, lírica e teatral; *Gil Vicente e as origens do teatro português*; *Bernardim Ribeiro e o bucolismo*; *Cristóvão Falcão, autor da Écloga Crisfal*; *Bocage, a vida e a obra*; *Filinto Elísio e os Dissidentes da Arcádia*; a *História do Romantismo Português*; e *Garrett e a sua obra*. Acrescente-se a *História da Universidade de Coimbra*, a propósito das opções pedagógicas que se refletiram na cultura e na sociedade portuguesas.

Reuniu em livro *Sistema de Sociologia* (para alargar as previsões, comprová-las e acelerá-las pela intervenção política e governativa); e largas centenas de textos, com artigos dispersos em jornais e revistas e ficaram condensados, por exemplo, em dois volumes *Soluções Políticas da Política Portuguesa*, para demonstrar que o povo estava preparado para receber a República.

TESOUROS DO POVO PORTUGUÊS

A curiosidade de Teófilo estendeu-se a outros temas: *O Povo Português, nos seus costumes, crenças e tradições*; *O cancionero e o romanceiro popular* e *Os contos tradicionais do povo português*. Assinalam-se neste domínio os *Cantos Populares do Arquipélago Açoreano* (1869).

Este trabalho, baseia-se na recolha feita por João Teixeira Soares de Sousa (1827-1882) a pedido de Garrett. Acerca da poesia popular – escreveu Teófilo Braga – existem duas modalidades: «uma atual, móvel, continuamente em elaboração porque é um eco da vida, uma linguagem das paixões e dos sentimentos de hoje; a outra é tradicional, histórica, em desarmonia com os costumes presentes, mas repetida ainda religiosamente como lembrança de costumes e sucessos que já passaram».

Constitui: «o rapsodo de todas as alegrias e tristezas do poema da vida. A poesia – para o povo – é o ritmo do

esforço no trabalho, o esquecimento da miséria, a expressão dos desejos, o tesouro da sua moral e tradições antigas, a linguagem do amor, o gemido, enfim, a verdade simples da sua alma». Compreende, por conseguinte, «fados e canções da rua, orações, profecias nacionais e aforismos poéticos da lavoura».



Teófilo Braga ao assumir a presidência. Foto: Museu da Presidência

POLÉMICAS SUCESSIVAS

A atividade literária, histórica, filosófica e política de Teófilo Braga motivou sucessivas controvérsias: Castilho atacou a sua participação na *Questão Coimbrã*; Camilo, sob múltiplos pretextos, foi um dos seus mais acérrimos adversários.

As polémicas que desencadeou abrangeram, também, Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Pinheiro Chagas, Adolfo Coelho, Anselmo Braamcamp Freire e Júlio de Vilhena.

A propósito de um estudo acerca de Rodrigues Lobo, foi denunciado por Ricardo Jorge como plagiário. Entre muitos projetos de Teófilo, por concluir, constava a reunião em volume de todas estas polémicas com o título genérico *Balas Frias*.

Recorde-se que entre os críticos mais severos avulta Antero de Quental. Escreveu: «os primeiros passos no estudo da história literária portuguesa foram dados pelo Sr. Teófilo Braga, essa glória ninguém lhe tira.

Tem defeitos: a impaciência que o leva muitas vezes a conclusões prematuras; e o espírito sistemático, que o leva também a conclusões falsas». (...) «O lado inferior e frágil – acentua Antero de Quental – são as teorias gerais, a parte filosófica; sente-se que não é essa a vocação do Sr. Teófilo Braga. Ao mesmo tempo, quimérico e sistemático,

dá às suas doutrinas gerais uma feição dogmática que lhes tira aquele poder de ductilidade e compreensão, sem o qual uma teoria, para acomodar os factos ao seu rigor inflexível, tem de os forçar, umas vezes e outras vezes, de pôr de lado. Isto é – adverte Antero de Quental – o que torna abstrusas certas obras, como a Poesia do Direito».

CAMÕES, O SÍMBOLO NACIONAL

Camões foi um dos temas que, durante meio século, mais entusiasmou Teófilo. Interessaram-lhe todos – ou quase todos – os aspetos da vida e a obra do poeta. Fez uma reflexão e estudo dos textos mais antigos de biógrafos e comentadores, o Chantre Severino de Faria, o licenciado Manuel Correia, o historiador e filólogo Manuel Faria de Sousa e o memorialista João Soares de Brito.

Formulou hipóteses e extraiu conclusões, muitas das quais se revelaram precárias, em torno das circunstâncias relativas à conceção, publicação e divulgação d'*Os Lusíadas*; outros assuntos

primordiais como a tença, a morte, a sepultura e, ainda, a permanência de Camões na África e no Oriente.

Sejam quais forem as reservas, os estudos de Teófilo proporcionam pistas para estas e outras investigações sobre o tempo histórico e a amplitude da obra do poeta, que não ficou alheio ao desconcerto do mundo e às vulnerabilidades da condição humana.

Procedeu a uma campanha de opinião pública para celebrar em todo o País, o III^o centenário da morte de Camões. A informação existente indicava o dia 10 de Junho. Foi exatamente nesse dia que se realizaram, em 1880, as comemorações com a participação de intelectuais, políticos e elevado número de populares. Destinavam-se a promover a coesão do Partido Republicano, unindo as várias tendências e grupos dispersos, no pensamento e na ação.

Recorde-se que, pouco antes de falecer, concedeu uma entrevista para o *Diário de Notícias*, na qual insistiu que a data do nascimento de Camões: de 4 para 5 de Fevereiro de 1524. O primeiro a apontar o ano de 1524 foi Manuel Faria e Sousa (1590-1649). Teófilo Braga quis ainda fixar o mês e o dia e, sempre através de várias deduções, pormenorizou 4 ou 5 de Fevereiro.

Em face desta circunstância o Governo presidido por Álvaro de Castro e tendo como ministro da Instrução António Sérgio determinou que o dia 5 de fevereiro de 1924 «é, para todos os efeitos, feriado nacional, em homenagem ao imortal poeta Luís de Camões».

A data foi decretada pelo Congresso da República e promulgada pelo Chefe de Estado que era, na altura, Manuel Teixeira Gomes, um dos maiores escritores da língua portuguesa. Esta decisão consta da lei 1540 e pode ler-se no *Diário do*

Governo, primeira série, número 25, de 2 de fevereiro de 1924.

Presentemente, Maria Vitalina Leal de Matos, autoridade na matéria e professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, procedeu a uma exaustiva investigação para o «*Dicionário Luís de Camões*», coordenado por Vítor Aguiar e Silva. Em seu entender a data do nascimento circunscreve-se ao ano de 1524 ou ao ano de 1525.

Concretizava-se, entre 1924 e 1925, a aspiração cívica de Teófilo: «*o sentimento nacional é um dos pilares fundamentais para a unificação dos portugueses. Pelo amor do seu território, pela necessidade de manter a independência – escreveu – é possível alcançar uma ação comum, um sentimento coletivo que fortifica o sentimento da Pátria e da Nacionalidade*». (...) «*Camões – sintetizou Teófilo – deu expressão a esse sentimento, que transformou uma Pátria numa nacionalidade*».

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Proclamada a República, Teófilo Braga foi escolhido para Chefe do Governo Provisório (5 de outubro de 1910 a 4 de setembro de 1911). Acompanhou a apresentação, o debate e a votação da legislação que estruturou o novo regime.

A queda da ditadura de Pimenta de Castro (28 de janeiro de 1915 a 14 de maio de 1915) encerrou o parlamento e conduziu à demissão do Presidente da República Manuel de Arriaga (eleito a 24 de agosto de 1911 e em funções até 26 de maio de 1915).

Perante esta crise, que provocou uma das mais sangrentas e devastadoras revoluções, solicitaram a Teófilo Braga para ocupar o cargo, porque reconheciam nele uma reserva moral e cívica.

Eleito em sessão do Congresso, a 29 de maio de 1915, obteve 98 votos a favor, contra 1 voto para Duarte Leite e três votos em branco. Durante quatro meses assegurou a chefia do

Estado, em circunstâncias particularmente complexas, a nível nacional e internacional.

A defesa dos territórios portugueses de África, em especial Angola e Moçambique, perante ameaças da Alemanha, determinou a expedição de contingentes do Exército e da Marinha. A 5 de agosto de 1915 na Europa eclodiu o que viria a ser a I^a Grande Guerra.

Os efeitos do conflito acentuaram-se com o maior impacto nas lutas partidárias, na subida dos preços dos bens de consumo diário. Gerou-se a corrida aos bancos para levantar os depósitos. Havia uma profunda instabilidade política e social.

Contudo, a entrada de Portugal na Guerra, em solidariedade com a Inglaterra – e devido à secular aliança subscrita entre os dois países – só se verificaria a 7 de agosto de 1916. Deu lugar a mais outra controvérsia entre as forças militares e os principais partidos políticos.

EUROPA E ATLÂNTICO

Teófilo Braga, ao tomar posse, referiu que a sua orientação visava «*a harmonia de todos os poderes do Estado, o reconhecimento de que o poder soberano da nação reside essencialmente no Congresso, de que o presidente não é senão um mandatário. O contrário seria eu a exercer um imperialismo presidencialista*».

Mas fez questão de salientar que perante «*esta espécie de solidariedade humana, que corrige os excessos do egoísmo nacional*» (...) «*um outro equilíbrio europeu tem de fundar-se*».

Assim, «*a política externa de Portugal deriva completamente da sua situação geográfica; ela solidarizou-se com a Europa, quando combatia o imperialismo da Espanha no século XVII e quando no século XIX desmoronava o imperialismo napoleónico, ela nos fará cooperar na atividade mundial dos*

grandes Estados, com o apoio na Atlântico».

Teófilo Braga concluiu noutro passo: «Apresentando estes dois aspetos de política, interna e externa, da nação portuguesa, dela se deduz um plano do Governo. E ao proferir as palavras de compromisso de honra, desta hora em diante só aspiro que, ao regressar dignamente ao lar, se possa dizer: cumpriu o que prometeu; guiou-se pelo bom senso e pelo desinteresse».

CONSAGRAÇÃO NACIONAL

Teófilo Braga, tal como João de Deus e Guerra Junqueiro, após o seu falecimento teve honras nacionais e ficou sepultado nos Jerónimos – à data o Panteão Nacional. Em 1925, Alfredo Guisado, poeta do *Orpheu* e Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, inscreveu-o na toponímia.

A rua onde residia, a Travessa de Santa Gertrudes, passou a denominar-se Rua Teófilo Braga. Também Alfredo Guisado deu o nome de Teófilo Braga ao Jardim da Parada, no centro do bairro de Campo de Ourique.

Pouco depois, a 16 de outubro de 1926, inaugurava-se, no Jardim da Estrela, um monumento dedicado a Teófilo Braga, da autoria do escultor Teixeira Lopes. Em pleno salazarismo, o monumento saiu do Jardim da Estrela e foi enviado para Ponta Delgada, por ocasião do centenário do seu nascimento. Ficou junto ao Forte de São Brás, a curta distância da casa onde nasceu.

MEMÓRIA REABILITADA

Embora muito combatido por intelectuais de várias tendências, também contou com a fidelidade e dedicação de amigos como Francisco Maria Supico, de discípulos como Teixeira Bastos, Reis Dâmaso, Fran Pacheco, A. Prado Coelho e Agostinho Fortes. Um dos seus admiradores, Álvaro Neves, inventariou a sua interminável bibliografia e organizou o *In Memoriam*.



Luz de Almeida, Machado dos Santos e António Maria da Silva, dirigentes da Carbonária, numa ilustração de Francisco Valença.

Ao dissiparem-se as incompatibilidades pessoais e aversões políticas chegou a hora da reabilitação da vida e da obra em trabalhos de investigação e crítica de Joaquim de Carvalho, Luís da Câmara Reis, Mário Soares e, mais recentemente Fernando Catroga e Amadeu Carvalho Homem.

Um facto é evidente: o homem, o erudito, o cidadão e o político, quaisquer que sejam as reservas específicas e documentais, salientou-se como pioneiro da história da literatura. Elegeu Camões como símbolo da nacionalidade. Foi um dos fundadores do Partido Republicano, que impulsionou a transformação da sociedade portuguesa, procedeu à mudança do

regime e empenhou-se na solução de algumas crises institucionais

Durante o salazarismo os aspetos nucleares do pensamento de Teófilo foram proscritos. Estava no index da igreja católica. A sua obra combatia a ausência de liberdades cívicas, a interdição dos direitos constitucionais de expressão, de reunião e associação; a exclusão de partidos políticos.

Era o Portugal «orgulhosamente só», indiferente ao isolamento internacional, «amordaçado» pela Censura, aterrorizado pelos Tribunais Plenários, vigiado e torturado pela polícia política. Um Portugal sem direito a interrogar a sua situação e a construir alternativas para o futuro. ❶



MAÇONARIA E CARBONÁRIA

Há unanimidade de opinião acerca da intervenção fundamental da Maçonaria para a republicanização do País e do contributo decisivo da Carbonária para impulsionar o movimento que deu lugar à revolução que, em 5 de Outubro de 1910, instaurou e consolidou o regime republicano em Portugal.

Dividem-se, contudo, as opiniões ao avaliar, numa hierarquia de prioridades, qual terá sido a predominância da Maçonaria e/ou da Carbonária. Da Carbonária – entenda-se – como «organização autónoma» e que teve dissidências – (a *Portuguesa* de Luz de Almeida; e a *Lusitana* de Heliodoro Salgado) – em relação ao Grande Oriente Lusitano e a outras obediências Maçónicas radicadas entre nós ou, em países estrangeiros, como a França e a Inglaterra.

Magalhães Lima ocupou-se desta questão, nos dois volumes das suas *Memórias* ao referir os contributos da Maçonaria para a génese e a evolução dos vários ciclos do processo do liberalismo e da primeira República, em Portugal. «*Os revolucionários de 1910 foram maçons*» – escreveu – após o que acrescenta: «*maçons foram também o conde das Antas, o Duque de Loulé, o Conde de Paraty, Passos Manuel, Gomes Freire, José Estevão, Mendes Leal, Visconde de Ouguela, José Dias Ferreira e tantos outros que deixaram os seus nomes assinalados na História*». «*De tal modo* – prossegue Magalhães Lima, numa explicação complementar – «*que bem se pode dizer, que, se a República não foi feita pela Maçonaria, o foi certamente por maçons*».

Noutro passo, Magalhães Lima revela, ainda, que Luz de Almeida, o cérebro da Carbonária e um dos seus chefes supremos – juntamente com Machado Santos e António Maria da Silva – não se limitou a Lisboa: «*percorreu a Estremadura, o Douro e o Minho, organizando «choças» e estabelecendo ligações revolucionárias*» (...) «*A Carbonária estava em toda a parte*». (Vol 2 pág 286). (...) E pormenoriza a propósito de Luz de Almeida: «*Ia pessoalmente às províncias estender a rede da organização Carbonária, que chegou a atingir em todo o País quarenta mil e tantos filiados*».

Relativamente a Teófilo Braga, à sua geração e aos seus contemporâneos residentes em Coimbra, no Porto ou em Lisboa podemos confirmar que Antero de Quental (1842-1891) apenas pertenceu a uma das ramificações da Carbonária naquele tempo, (que, então, se chamava a *Floresta*, por inspiração italiana), mas nunca foi da

Maçonaria. Assim como Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro e o próprio Teófilo Braga. Outras personalidades notáveis da República – tais como Manuel de Arriaga, Sampaio Bruno, Basílio Teles e Manuel Teixeira Gomes – não pertenceram à Maçonaria. Tiveram, no entanto, relações pessoais e, por vezes institucionais, com numerosos maçons.

Mencionamos alguns exemplos – por obsequiosa deferência do diretor do Arquivo e da Biblioteca, e nosso querido amigo Joaquim Grave dos Santos e da sua colaboradora Helena Serpa. Esses exemplos foram obtidos na base digital constituída, a partir dos vários tombos do Arquivo do Grande Oriente Lusitano (1859-1935) que sobreviveram, aos assaltos durante o consulado de Sidónio Pais, à ditadura militar de 1926, e à ditadura de Salazar e Marcelo Caetano, que se prolongou até ao 25 de Abril de 1974.

Teófilo Braga foi o primeiro subscritor de uma candidatura de Magalhães de Lima – na altura Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano – à Presidência da República.

Em vida de Teófilo Braga (1843-1924) houve em Ponta Delgada o Triângulo número 22, que surgiu em 29 de Abril de 1899, com o nome de Teófilo Braga; e que se transformou na Loja instalada a 24 de Maio de 1901, que adotou a denominação de «Teófilo Braga». Antecedeu a Loja «Companheiros da Paz» instalada a 29 de Setembro de 1902 e se dividiu, em 1911, com a formação da Loja «Pluribus Unum».

Adotou o nome simbólico «Teófilo Braga» o comerciante e livreiro António Cláudio de Sousa ao ingressar na Loja «Companheiros da Paz» a 20 de Novembro de 1917; enquanto o comerciante Herculano Pacheco Leal, adotara o nome simbólico de «Manuel Arriaga», ao ser iniciado a 28 de Março de 1917, na Loja «Companheiros da Paz».

Recorde-se, entretanto, que a Loja «Companheiros da Paz» teve ação muito significativa no fim da Monarquia, durante a primeira República, nos anos difíceis da ditadura militar (1926), no salazarismo, até à passagem à clandestinidade (1935). Foi recuperada após o 25 de Abril. Era Secretário Geral do Grande Oriente Lusitano Abel Machado Macedo e Grão-Mestre Adjunto o Dr. Álvaro Pais de Athaíde, o neurocirurgião que, em Setembro de 1968, operou Salazar. **A.V.**

Tod@s

"To a man of spirit, my dear rose, I answered, opportunities are duties".

Anthony Hope, *The Prisoner of Zenda*, 1894

"O sínodo de Roma discutirá o casamento de padres, cargos para as mulheres na Igreja e inclusão da comunidade LGBTQ+".

Rossend Domènech, *Expresso* de 29.09.2023

Em 1979 foi editado o meu livro *A Maçonaria feminina*¹ e em 2016 saiu a obra *As mulheres na maçonaria: Portugal 1864-1950*². Os muitos anos de trabalho sobre este tema podem fazer de mim, admito, um conhecedor da história da Maçonaria feminina em Portugal, mas não fazem de mim um especialista em Maçonaria mista. Por maioria de razão não me qualificam mais do que a qualquer mortal para falar da mixidade (odeio esta palavra) no Grande Oriente Lusitano.

Apesar de tudo, muitos anos de estudo e reflexão sobre o tema da Maçonaria em geral levaram-me a aceitar o simpático convite que o diretor desta revista me fez para escrever num número temático dedicado às mulheres na Maçonaria.

Estas não são, portanto, as reflexões de um historiador. Se faço esta ressalva é porque a história é frequentemente utilizada como elemento legitimador de posições que se querem tomar no presente. Não é esse o meu caminho.

Começo, naturalmente, pelo assunto (evitei deliberadamente a palavra

tema) que dita a razão deste número temático: a mixidade. Para mim, desculpem a franqueza, este é um tema ultrapassado. Se ele sobrevive no debate interno de organizações maçónicas é apenas porque elas estão assíncronas com o mundo em que vivemos.

O tema da igualdade de género não está esgotado, nem no mundo laboral, por exemplo, é uma realidade consolidadamente consagrada. Esta é uma infeliz realidade que se pode estender a outros domínios onde a igualdade de género não está ainda adquirida.

É uma realidade que devemos combater por injusta: resquício de preconceitos ancestrais. Dito isto, se olharmos para os debates nas sociedades contemporâneas eles não passam, neste aspeto específico, pela "igualdade", tal como o feminismo já não se reconhece no caderno de reivindicações da década de 60 em diante do século passado, para não recuar mais no tempo.

Então onde estamos? O que nos move? O "nos move" não tem "sujeito" (peço desculpa à gramática) refere-se ao debate cultural que germinou e já se dissemina e

«Na década de 90 do século passado a questão da homossexualidade, masculina ou feminina, transmuta-se numa temática cultural inclusiva, no sentido em que passa progressivamente a acrescentar novas formas de identificação de género.»

consolida nas sociedades contemporâneas ocidentais (para usar um conceito também ele já ultrapassado) e que se centra na diversidade e na inclusão.

Para não nomear logo “a coisa” aceitem deambular comigo um pouco por veredas que entretanto se transformaram em avenidas culturais, qualquer que seja o valor (mérito ou demérito) que cada um de nós atribui a esses caminhos, que somos livres de não querer percorrer, mas que é impossível negar que nos condicionam, individual e institucionalmente, porque são uma realidade que se consolida nas novas gerações e que, em muitos casos, tem já consagração jurídica.

Em 1995 o dr. Jorge Sampaio candidata-se a presidente da República, eleição que ganhou, tomando posse a 14 de janeiro de 1996. O último cartaz da sua primeira campanha eleitoral tinha uma única palavra, para surpresa de muitos: TODOS. TODOS não queria apenas dizer que ele, como presidente, representava (devia representar) todos³, mas também, que todos, nas suas diversidades (plural), tinham representação; tinham direito a ela.

TODOS é uma palavra terrível, porque implica inclusão, mas não necessariamente igualdade. Podem todos os maiores de 18 anos estar incluídos na comunidade dos eleitores, mas ser socialmente discriminados pela sua condição social, pela sua etnia, pelas suas preferências sexuais, por exemplo.

Nesse tempo remoto, já 28 anos passados, a palavra era inclusiva, mas o debate no interior do conceito não se substanciava ainda na igualdade entre os incluídos: reconhecia-os e incluía-os, mas o demais era (e é) um caminho cultural que está a ser feito a uma velocidade crescente. Exemplos dessa realidade são, por exemplo o casamento entre pessoas do mesmo sexo ou a adoção de crianças por casais homossexuais.

É difícil negar o debate que está na agenda cultural, bem como a sua crescente disseminação e enraizamento, sem correr o risco de permanecer imóvel num ponto da história; fossilizados, transformados em monumento de um tempo ultrapassado e, portanto, mantendo um modelo institucional e um padrão de recrutamento de membros assente na reprodução de um padrão cultural que ignora a rutura do pós-modernismo e que, como tal, tenderá ao definhamento.

«É preciso ver (...) o que outros vêm e, sem preconceitos, perceber que essas tímidas veredas de há uns anos se transformaram em avenidas por onde a história circula a uma velocidade crescente. Serão no Mundo ainda correntes minoritárias, sobre isso não tenho dúvida, mas serão a brevíssimo prazo maioritárias no segmento do mundo em que nos inserimos e onde agimos.»

A linguagem inclusiva provocou soerguer de sobrolhos e dichotes de mau gosto. Primeiro foi a moda (que ainda vinga) de ao masculino

acrescentar sempre o feminino. Ainda há dias num voo a gravação sobre as instruções de segurança proclamava: “*senhor passageiro, senhora passageira...*”.

Os líderes políticos apressaram-se a incluir na retórica (que não na ação) homens e mulheres, amigos e amigas, companheiros e companheiras e por aí fora. Mesmo então, e ainda hoje, puristas da língua e da gramática, esquecendo-se que ela evolui com a mutação das sociedades, persistem em dizer que os plurais são *masculinos*.

Pouco importa, esse tempo também já passou. A linguagem inclusiva retira o género, neutraliza-o, literalmente. Se se abre um concurso já não se diz que podem concorrer homens e mulheres, mas antes que podem concorrer *pessoas*. Muitos sorriem com esta realidade, que atribuem a devaneios culturais dinamizados por minorias que procuram impor a sua agenda à sociedade no seu todo (mas não foi sempre assim? Inocente pergunta de historiador, claro).

Não discuto o argumento (só porque não cabe neste âmbito, entenda-se) mas a verdade é que, goste-se ou não, “as coisas” consolidam-se, ganham expressão e voz e, mais do que isso, estatuto normativo. Em muitos casos ele não é jurídico, ainda, mas é uma orientação emanada de entidades oficiais que produzem normas de conduta.

Veja-se por exemplo o caso do *Manual de Linguagem Inclusiva*⁴, aprovado em Plenário do Conselho Económico e Social a 20 de maio de 2021 baseado no *Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública*, editado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, documento menos “ousado” que o *Manual*.

O objetivo do *Manual*, para além de uma parte dogmática, é apresentar alternativas ao uso de palavras com conotação de género que devem ser utilizadas em documentos

institucionais. Inclusão e igualdade (ou não desigualdade) aí estão para ficar.

O tema da homossexualidade (o tema gay) é uma questão do passado também. Há poucas décadas, num país anglófono, referenciar um bar como um *gay bar* queria apenas dizer que era um bar animado, divertido. Hoje o sentido é outro, como todos sabem, e isso ocorreu no espaço de uma geração.

A evolução da questão de género, do género com que nos identificamos, ganhou uma dimensão social e uma aceleração conceptual que ignorá-la é não perceber a parte do mundo em que vivemos. Já não está em causa saber se somos heterossexuais ou homossexuais dentro do género masculino ou feminino, isso já é uma espécie de filme a preto e branco depois da invenção do cinema a cores.

Na década de 90 do século passado a questão da homossexualidade, masculina ou feminina, transmuta-se numa temática cultural inclusiva, no sentido em que passa progressivamente a acrescentar novas formas de identificação de género. O primeiro passo é representado pela sigla LGBT que significa lésbicas, gays, bissexuais e transgénero, usada desde 1990.

Um passo modesto que antecedia a expressão de um movimento que ganhara dimensão nos Estados Unidos desde 1994 com a realização de um *LGBT History Month* e um *National Coming Out Day*, de tendência mais marcadamente inclusiva. A partir de 2005 celebração similar consagra-se no Reino Unido e na Holanda o casamento entre pessoas do mesmo género é legalizado em 2001.

São apenas alguns exemplos esparsos na história de um movimento que passou de um *Coming Out*, ou de um *sair do armário*, ou *afirmar-se*, já não apenas de práticas sexuais dentro dos géneros “clássicos”, mas incluindo (esta palavra densifica-se progressivamente)

novas formas de identificação de género.

A sigla ganha progressivamente dimensão quilométrica incluindo hoje LGBTQIA+⁵. A tendência é a de representar novas formas de inclusão sexual como meio de lhes conferir uma melhor representação social. Se dúvidas há desta evolução

produtoras marginais, mas pelas de conteúdos *mainstream*.

Assim, a dimensão de visibilidade conferida a esta tendência é condição não apenas da inclusão dos que se identificam com essas opções, mas (porventura sobretudo) da reprodução do conceito. Aqui a inclusão faz-se pela especificação, pela segmentação conceptual; pela igualdade dos diferentes; pela



«Masculino e feminino; Imagem gerada por inteligência artificial (Midjourney)

basta perder um pouco de tempo a refletir na representação que essa diversidade de géneros ganhou em filmes e séries de televisão, por exemplo, produzidas não por

cultura contra a simples biologia, pela afirmação, contra a resignação à invisibilidade.

Não se trata apenas de retórica. Nalgumas universidades

portuguesas, no ISCTE por exemplo, as casas de banho já não têm a tradicional sinalética homem e mulher, já não têm nada. São realidades que se consolidam e que convém não ignorar se se quiser olhar para o futuro e não apenas para o passado, sobretudo em organizações que invocam permanentemente o passado como exemplo porque ele olhava de forma pioneira para o futuro.

Não se trata de saber se concordamos ou não com este movimento cultural (nem a minha opinião exprimo), mas apenas constatar a realidade e refletir sobre as suas consequências no plano cultural e das mentalidades. O problema dos conceitos é que uma vez formulados, ganham autonomia própria; são progressivamente apreendidos pela sociedade e integrados na sua mundovisão.

Nos organismos multilaterais, como a ONU, por exemplo, é nos comités que se discute a introdução de conceitos que ganharão vida própria. Cito, como exemplo, a aposição do conceito de sustentabilidade ao de desenvolvimento. Ele por lá apareceu discretamente uma primeira vez. Hoje é impossível não falar em desenvolvimento sustentável.

É preciso ver (não é para isso que serve a Luz) o que outros vêm e, sem preconceitos, perceber que essas tímidas veredas de há uns anos se transformaram em avenidas por onde a história circula a uma velocidade crescente. Serão no Mundo ainda correntes minoritárias, sobre isso não tenho dúvida, mas serão a brevíssimo prazo maioritárias no segmento do mundo em que nos inserimos e onde agimos.

Há uns anos o Papa Francisco escreveu um magnífica encíclica intitulada *Fratelli Tutti*. É um texto notável sobre fraternidade e inclusão. Lá está essa terrífica palavra TODOS, aqui com um *twist* que orienta e aponta como instrumento para lidar com a diversidade e

a inclusão o conceito de fraternidade.

É um passo subtil que a muitos passou despercebido. É pena, porque é ele que transporta para o debate (para estes diversos debates) uma dimensão humanista do qual ele andava arredado. Não é essa, porventura, uma dimensão da qual se reivindica a Maçonaria?

Eu também saí de Lisboa durante as Jornadas Mundiais da Juventude, mas não me retirei da reflexão sobre o seu conteúdo e significado, não só para a religião católica, mas para a sociedade ocidental (desculpem, o conceito também está ultrapassado, mas a cabeça não dá para mais).

Nessas jornadas – comprem por 6 euros o livro com os discursos que mal não faz – falou à frente do Papa uma mãe solteira. É preciso ser um ateu materialista empedernido, para não perceber o alcance da mensagem e da transcendência que ela comporta. Deixem-me dizer isto de uma forma mais crua: é preciso ser um ateu materialista empedernido para não perceber que este era o debate que devíamos estar a fazer.

Cito um ou outro excerto e sublinho o facto de que o Papa nas suas curtas intervenções utilizou 102 vezes a palavra TODOS e que, para dissipar dúvidas se incluiu na expressão: “somos todos pecadores”⁶ (um plural revelador), isto é, “a Igreja é aberta a todos”, “sem excluir nenhum”.

No mosteiro do Jerónimos o Papa afirma “Por favor, não transformem a Igreja numa alfândega: aqui entram os justos, os que estão em ordem, os que estão bem casados... todos os outros lá fora. Não. A Igreja não é isto. Justos e pecadores, bons e maus, todos, todos. Será depois o Senhor a ajudar-nos a resolver este assunto. Mas todos.”⁷.

Dias depois, na recitação do terço, disse “A Igreja não tem portas, para que todos possam entrar. E aqui podemos insistir também no facto que todos podem entrar, porque esta é a casa da Mãe, e uma mãe tem sempre o

coração aberto para todos os seus filhos, todos, todos, todos, sem excluir ninguém.”⁸

TODOS, TODOS, TODOS foi a mensagem que o papa deixou em Lisboa. Dirigindo-se não apenas a todos, mas também à própria Igreja, onde muitos torcem o sobrolho (e porventura se benzem) ao ouvir essa terrífica, mas redentora palavra: TODOS.

Creio que nalgumas Maçonarias também muitos sobrolhos se levantem, quanto a benzeduras não sei. É difícil não apreender em todo o seu significado o incentivo à inclusão e ao diálogo entre os diversos, não apenas na Igreja⁹, não apenas para os católicos, mas para a sociedade no seu todo, porque o que se invoca é a humanidade intrínseca, universal, de cada um de nós na sua singularidade, na sua diferença. Incluir, incluir, incluir, diria eu traduzindo esse belo “TODOS, TODOS, TODOS”.

E porque aqui estamos permito-me citar Rossend Domènech, correspondente em Roma do Expresso no artigo que escreveu a 29.09.2023 sobre o futuro Sínodo de Roma: *Em Roma vai-se falar e escrever sobre a possibilidade de homens casados serem sacerdotes, de traduzir em cargos e poder os direitos das mulheres na Igreja, de incluir no catolicismo os membros da comunidade LGBTQ+.* Escreveu Francisco: “Numa Igreja que queira ser verdadeiramente sinodal, estas questões devem ser abordadas em conjunto, devendo construir, juntos, respostas concretas para maior reconhecimento da dignidade batismal das mulheres e luta contra todas as formas de discriminação e exclusão de que são vítimas na comunidade eclesial e na sociedade”.

A preparação para sínodo começou há muito com resultados divergentes, mas alguns surpreendentes: “Entre bispos e laicos, 230 delegados alemães aprovaram, após anos de debates, por vezes com mais de 80% dos votos, ideias como os casais homossexuais serem abençoados, os católicos divorciados poderem comungar, as

mulheres serem diaconisas e, no futuro, sacerdotisas e o celibato dos padres não ser obrigatório». E por aqui me fico, porque para bom entendedor meia palavra basta.

Neste mundo que perante os nossos olhos atónitos evolui de forma vertiginosa, onde estamos? Isto é, onde está a Maçonaria portuguesa, porque é disso que se trata, designadamente onde está o Grande Oriente Lusitano? Bem, está a discutir se pode (ou deve, deixo ao vosso critério) admitir mulheres (e as de mulheres homens, claro, mas esse debate não lhe compete). Está tudo errado nesta minha última frase. TUDO, TUDO, TUDO.

Começo pela parte mais provocatória, mas reveladora do enviesamento do debate. Este não é, ou não devia ser, um debate de homens sobre se devem admitir mulheres nas suas organizações. É bom que as organizações maçónicas exclusivamente femininas tomem consciência que este debate também lhes baterá um dia à porta e que, admitindo que “o carteiro” ainda não bateu duas vezes¹⁰, o que ignoro, é apenas por se encontrem, porventura, ainda mais desfasadas da realidade do que as organizações exclusivamente masculinas onde o debate já exista.

Não foi mau começar por aqui porque, no fundo, o que está em causa é saber se existe uma especificidade na iniciação masculina e na feminina. Debate serôdio, centrado (como tanta outra coisa, infelizmente) numa visão *da organização e não das pessoas*, na norma e não na liberdade, não apenas de consciência, mas neste caso também na liberdade iniciática.

Porquê negar a especificidade de iniciações diversas se pessoas se reconhecerem nessa especificidade? Mudei deliberadamente para uma linguagem inclusiva. Este é o momento adequado para o fazer.

As organizações maçónicas têm características próprias que convém não esquecer. Elas não são

compostas de maçons: não são uma agremiação de sócios, logo as organizações não representam um universo de indivíduos que podem confinar a uma norma universal e identitária.

As organizações são *compostas de maçons organizados em lojas*, são estas que elas representam. No caso do Grande Oriente Lusitano (como de muitas outras) a estrutura é a de uma

Assim, as lojas podem querer percorrer percursos iniciáticos distintos em matérias diversas, incluindo naturalmente a prática de loja em modelo monogénero ou multigénero (para afastar a questão de estarmos a lidar apenas com o conceito tradicional de homens e mulheres).

O equívoco inicial deste debate é querer discutir a possibilidade de o

«A evolução da questão de género, do género com que nos identificamos, ganhou uma dimensão social e uma aceleração conceptual que ignorá-la é não perceber a parte do mundo em que vivemos. Já não está em causa saber se somos heterossexuais ou homossexuais dentro do género masculino ou feminino, isso já é uma espécie de filme a preto e branco depois da invenção do cinema a cores.»

federação de lojas. Essas lojas podem ter e têm motivações e culturas distintas. O que as agrega é diverso, por isso se cunhou uma expressão abundantemente usada (nem sempre com propriedade) *um maçom livre numa loja livre*.

O vínculo estatutário que as deve ligar à estrutura federativa não deve ser dogmático em matérias que condicionem a liberdade de escolha de caminhos iniciáticos e identitários das lojas (como frequentemente acontece). O que as vincula à estrutura é a comunhão com um conjunto de princípios, valores e objetivos da prática maçónica e identificação com a sua história e cultura organizacional. Em nada disso a questão de género é (ou sequer pode ser) central em pleno século XXI.

Grande Oriente Lusitano ser uma Maçonaria mista (a Grande Loja Feminina de Portugal tem um problema nominativo acrescido). O que se deve debater (se possível de forma serena e racional) é a possibilidade de *as lojas* admitirem, se assim o entenderem, *pessoas, de todos os géneros*; de seguirem o caminho iniciático que muito bem entendam podendo umas reconhecer que existe uma especificidade iniciática que esteja associada ao género.

Assim sendo, dentro de uma mesma organização podem (deviam) coexistir serenamente lojas monogénero e lojas multigénero. Evitei deliberadamente escrever lojas masculinas, femininas ou mistas por uma questão de pudor conceptual. É preciso ter noção do desfasado que parecerá à sociedade este debate



«Masculino e feminino; Imagem gerada por inteligência artificial (Midjourney)

centrar-se apenas entre homens e mulheres e não inclusivamente referir-se a tod@s as pessoas.

Ou será que a mixidade que estamos a discutir (se a queremos ou não deixo em aberto) reflete um debate desfasado do seu tempo umas décadas? A resposta à pergunta só pode ser positiva. Não deverão as organizações maçónicas estar abertas a tod@s, ou será que querem manter ainda barreiras invisíveis para lidar com a diversidade de identidades de género da pós-modernidade, como há décadas se recusava (ou olhava com desconforto e comentários impróprios) para a entrada de homossexuais em nome dos *bons costumes* de acordo com as velhinhas Constituições de 1723 da Maçonaria do Reino Unido?

Alguns mais multigénero-fóbicos, cavam uma trincheira teórica onde esperam ficar ao abrigo dos obuses da diversidade de género. O argumento é este: a Maçonaria já é mista porque já existem maçonarias só de homens, só de mulheres e mistas. Este é um argumento anti-inclusivo que assenta na falácia de que a Maçonaria é só uma: uma Maçonaria Universal.

Ora esse argumento não só é falso, como conceito, porque a diversidade de Maçonarias é enorme (mesmo dentro das fronteiras de um mesmo país), mas também porque a noção de inclusão deve ser aplicada não ao conceito abstrato de Maçonaria (que aliás não existe), mas a cada organização individualmente considerada, com a sua história e identidade próprias, com o seu modelo específico de funcionamento e com a

forma individual de se inserir na sociedade, ou dela querer ficar reclusa.

É em referência a essa cultura organizacional que o recrutamento se desenvolve e é, portanto, no seio de cada uma delas que a questão de género deve se abordar, não como uma obrigação que decorra do ordenamento jurídico nacional (como alguns defendem), mas como uma opção que decorre de uma leitura do tempo em que se insere.

Mal estarão as maçonarias quando se limitarem a fazer *coisas* apenas por elas decorrem de uma imposição legal, quando para si reivindicam permanentemente o pioneirismo de caminhos do passado.

A riqueza que a Maçonaria pode oferecer à sociedade está, entre

outras coisas que não vêm ao caso, na sua diversidade, na sua capacidade de inclusão (agora já não apenas religiosa e social) e na sua atenção permanente às veredas do presente: aqueles pequenos caminhos (alguns outrora desbravados por organizações maçónicas) que se transformam em avenidas por onde passa o sentido da História.

Podemos não gostar de todos esses sentidos é um direito que assiste a todos, mas temos de perceber que é a aceitação (não apenas retórica) da liberdade de consciência e de escolha que nos deve distinguir numa sociedade de contrastes gritantes entre tolerância e intolerâncias. De que lado queremos estar?

Deixemos o debate da admissão de mulheres na Maçonaria masculina (e de homens na feminina, que disso não se livrarão, por muito que o nome da organização atrapalhe) em paz e discuta-se a integração de tod@s em lojas consoante as suas preferências de práticas maçónicas.

É bom, a título de exemplo que deve envergonhar muitos, ir à página oficial da conservadora Grande Loja Unida de Inglaterra e ler o que lá está escrito sobre os maçons que decidem mudar de sexo.

Num contexto de retrocesso da expressão quantitativa das maçnarias a nível mundial é necessário pensar com serenidade e ponderação sobre o que evita a reversão desse processo e nos tende a monumentalizar. São muitos os fatores que contribuem para isso, também não é aqui o local para os debater.

Entre eles, porém, não deixa de se destacar o fechamento de muitas organizações ao tema da inclusão, *do todos*, da liberdade da diferença dentro de um mesmo espaço organizacional, não apenas em nome desses valores, mas também do enriquecimento que traz coexistirem numa mesma organização modelos diversos de práticas iniciáticas.

É preciso remeter as organizações maçónicas ao papel específico que lhes compete: administrar *a parte comum* das lojas federadas e não querer impor-lhes um modelo dogmático de prática de trabalhos de loja, seja na sua dimensão filosófica, de interpretação simbólica e de autonomia da especificidade iniciática que queiram adotar.

Aberta esta discussão o caminho é só um: a coexistência num mesmo espaço organizacional de lojas monogénero, masculino ou

feminino, e multigénero. A Grande Loja Feminina de Portugal, não gostará dessa opção, porque a sentem como uma ameaça ao seu recrutamento. Mas, com que direito condicionariam a liberdade de outra organização que entenda tratar o tema da inclusão de género de forma diversa da sua?

A abertura de lojas do Grande Oriente Lusitano a um modelo monogénero e multigénero é um debate inevitável. Ninguém o tema, nem ninguém queira fechá-lo numa redoma de preconceitos. Que cada loja siga o seu caminho em liberdade. A decisão terá consequências, sobre isso não tenho dúvidas: provocará uma rearrumação dos membros existentes de acordo com as suas opções de prática maçónica. Mas evoluir é isso mesmo: sofrer a transição para passar a um outro patamar de desenvolvimento (só não digo da espécie para não parecer darwiniano).

Dobrado o assombro, assente a poeira da decisão, arrumada a casa a imagem do Grande Oriente Lusitano será outra, mais síncrona com o mundo em que vivemos, mais atrativa, e iniciaticamente mais rica. Esta é uma oportunidade de *aggiornamento* com o nosso tempo. Uma oportunidade que é um dever. 

NOTAS

¹ Fernando Marques da Costa, *A Maçonaria feminina*. Lisboa: Vega, 1979. 180 p

² Fernando Marques da Costa, *As mulheres na maçonaria: Portugal 1864-1950*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2016. 412 p.

³ Já Mário Soares, ao vencer por escassa margem Diogo Freitas do Amaral, reafirmara após a vitória ser “O presidente de todos os portugueses”, mas aqui a expressão referia-se apenas à sua função de representante do todo nacional.

⁴ https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2015/11/Guia_ling_mulhe_homens_Admin_Publica.pdf

⁵ LGBTQIA+ = lesbian, gay, bisexual, transgender, queer/questioning, intersex, asexual, and others. O sinal mais pode representar outras identidades sexuais como pansexual ou Two-Spirit, podendo acrescentar-se andróginos e assexuais.

⁶ “Somos todos pecadores, mas somos chamados assim como somos”

⁷ Homilia das Vésperas, Mosteiro dos Jerónimos, 2 de agosto 2023.

⁸ Recitação do Terço, Fátima, 5 de agosto 2023.

⁹ Nada disse sobre a ordenação de mulheres, mas percebe-se que o caminho está aí.

¹⁰ *The Postman Always Rings Twice*, filme de 1981 dirigido por Bob Rafelson.

Maçonaria, Religião ou Seita?

Alguém que convidei para se juntar a nós, deixou-me a pensar no que pode passar na mente das pessoas, ao perguntar-me:
«A maçonaria é uma religião ou uma seita? Não começaram todas as religiões - o cristianismo por exemplo - por ser uma seita, que se foi desenvolvendo ao longo dos séculos?»

MAÇONARIA É UMA RELIGIÃO?

O conceito de «religião» é difícil de definir. Qualquer definição ou é demasiado ampla ou demasiado apertada. Por exemplo se definirmos religião como um sistema de crenças num Deus ou vários deuses, logo a seguir teremos que excluir os budistas.

No entanto a maioria das pessoas que dizem saber o que é uma religião, costumam defini-la como um conjunto específico de crenças sobre o carácter divino, a vida após a morte, a ressurreição, etc.

Há também quem associe a religião a um propósito de vida, com práticas e normas de conduta, baseadas na moral, ou em certas morais. Há também religiões que deixam aos seus membros, e de uma forma individual, a definição do que deve ser a sua prática religiosa.

A Maçonaria começa por não definir Deus. Exige sim que todos os maçons acreditem num Ser Supremo, muitas vezes referido como o Grande Arquiteto do Universo, uma definição que reflete uma das essências da maçonaria, ao mesmo tempo que garante a sua total neutralidade religiosa.

Quando um profano passa a maçom, ele não se está a «converter». A sua religião (se a tiver) nada tem a ver com a Maçonaria, e essa religião que tenha, é totalmente independente da sua condição e do seu «crescimento»

Algumas religiões vão ao ponto de exigir a crença nalgum tipo de vida/existência após a morte, considerando esse crer, o ponto crítico em

termos de fé religiosa. Mas mesmo que nalgumas maçonarias, isso (e apenas isso), também seja pedido aos seus membros, estaremos demasiado longe de a maçonaria poder ser considerada uma religião.

É certo que a Maçonaria tem rituais, e alguns até podem parecer de cariz ou teor religioso. Mas nenhum deles é comparável com os rituais ligados aos sacramentos religiosos. Nos nossos rituais não há transformações espirituais, nem convénios com ou em honra de qualquer Deus.

Ou seja, todas as experiências que um Maçom tem em Loja são individuais, e têm mais a ver com sua vida pessoal e espiritual em particular, do que com o conteúdo do próprio ritual. Não há dogmas ou doutrinas, na Maçonaria.

A Maçonaria também não se apresenta (nem nunca o poderia fazer) como uma religião. Para começar não temos clero (sacerdotes, pastores, rabinos ou ayatolas), que realizem batizados, casamentos, missas ou sejam capelães nas forças armadas. Depois não somos nem queremos ser perseguidos, como uma religião, nem tão-pouco tenho conhecimento que algum maçom tenha alguma vez participado em

atividades ecuménicas do tipo dos diálogos inter-religiosos ou interconfessionais.

Diria portanto que, quando um profano passa a maçom, ele não se está a «converter». A sua religião (se a tiver) nada tem a ver com a Maçonaria, e essa religião que tenha, é totalmente independente da sua condição e do seu «crescimento» dentro da Nossa Augusta Ordem.

Por exemplo se me assumir como cristão e católico, leio ou devo ler a Bíblia regularmente, devo rezar ou simplesmente orar todos os dias, devo ir à igreja todas as semanas, e devo ter o culto de uma relação individual próxima com Deus e Jesus Cristo.

Ou seja se eu praticar uma religião devo demonstrar que sou religioso em termos de crença, em termos de pertença (a esse mesmo grupo), e devo assumir ou comportar-me com as (muitas) práticas de acordo com o estipulado e expectável da e na minha religião.

Nada disso sucede na Maçonaria, onde os seus membros são apenas pensadores «out-of-the-box» ou fora da caixa, como agora se diz, pessoas que inovam nas suas reflexões sobre a sociedade, a ciência, e a filosofia, e que querem usar as ferramentas (ou skills) para ajudar a construir um mundo melhor.

E depois, lá no fundo, pede-se-nos que acreditemos num poder (qualquer que seja e onde quer que esteja) que deva estar acima de tudo e de todos. Chamamos-lhe o Grande Arquiteto do Universo, e o meu, digo-o aqui, é o Tempo, o dono e senhor de todas as coisas.

Os estados totalitários, e também os confessionais ou para-confessionais, tanto católicos como muçulmanos, sempre reprimiram a maçonaria em todas as suas diferentes formas, começando na simples proibição das atividades, passando pela prisão dos maçons, e terminando na pena de morte.



Fernando Pessoa
Ilustração: Álvaro Carrilho

A MAÇONARIA É UMA SEITA?

Tecnicamente uma seita é normalmente definida com «*uma entidade religiosa dissidente ou cismática, considerada até como extrema na sua formulação ou até herética*». No dia-a-dia o uso comum da palavra «seita» geralmente é visto como um grupo de cariz doutrinário, mais ou menos organizado, que tem práticas ou rituais próprios, e que procura aderentes para a sua visão e princípios.

Será a Maçonaria uma seita? Não, e até se pode dizer que é exatamente o contrário, porque para aderir a uma seita basta aproximarmo-nos dela, e para aderir à Maçonaria podem ser precisos anos, e mesmo assim só depois de ser convidado e posteriormente aceite.

De uma maneira geral abandonar uma seita pode ser muito difícil (que o digam os cientologistas que quiseram sair deste grupo...). Pelo contrário, sair da Maçonaria leva o tempo necessário a que cada um fundamente no seu íntimo essa

decisão, e nem sequer tem que manifestar as suas razões...

Uma seita dá aos seus seguidores as respostas necessárias para os «desligar» do mundo. Pelo contrário a Maçonaria dá-nos ferramentas para encontrarmos as respostas às nossas próprias dúvidas, e que o nosso caminho na Terra é, simbólica e maçonicamente falando, de Norte para Sul e do Oriente para o Ocidente.

Todas as seitas dizem aos seus membros, que no exterior delas próprias, tudo é mentira e falsidade. A Maçonaria por seu lado diz que tudo deve ser analisado, estudado, pensado e naturalmente debatido, antes de se tomar qualquer posição, que quase sempre é transitória.

FERNANDO PESSOA E OCULTISMO

Há tempos «tropecei» num texto de Fernando Pessoa que desconhecia. Trata-se de uma carta a Adolfo Casais Monteiro, datada de 13 janeiro de 1935. Nela o grande poeta diz:

«Pergunta-me o Adolfo se creio no ocultismo. Feita assim, a pergunta não é bem clara; compreendo porém a intenção e a ela respondo.

Creio na existência de mundos superiores ao nosso e de habitantes desses mundos, em experiências de diversos graus de espiritualidade, subtilizando até se chegar a um Ente Supremo, que presumivelmente criou este mundo.

Pode ser que haja outros Entes, igualmente Supremos, que hajam criado outros universos, e que esses universos coexistam com o nosso, interpenetradamente ou não.

Por estas razões, e ainda outras, a Ordem Extrema do Ocultismo, ou seja, a Maçonaria, evita (exceto a Maçonaria anglo-saxónica) a expressão «Deus», dadas as suas implicações teológicas e populares, e prefere dizer «Grande Arquiteto do Universo», expressão que deixa em branco o problema de se Ele é criador, ou simples Governador do mundo.

Dadas estas escalas de seres, não creio na comunicação direta com Deus, mas, segundo a nossa afinação espiritual, poderemos ir comunicando com seres cada vez mais altos.

Há três caminhos para o oculto: o caminho mágico (incluindo práticas como as do espiritismo, intelectualmente ao nível da bruxaria, que é magia também), caminho místico, que não tem propriamente perigos, mas é incerto e lento; e o que se chama o caminho alquímico, o mais difícil e o mais perfeito de todos, porque envolve uma transmutação da própria personalidade que a prepara, sem grandes riscos, antes com defesas que os outros caminhos não têm.

Quanto a «iniciação» ou não, posso dizer-lhe só isto, que não sei se responde à sua pergunta: não pertenço a Ordem Iniciática nenhuma. A citação, epígrafe ao meu poema Eros e Psique, de um trecho (traduzido, pois o Ritual é em latim) do Ritual do Terceiro Grau da Ordem Templária de Portugal, indica simplesmente — o que é facto — que me foi permitido folhear os Rituais dos

«Pergunta-me o Adolfo se creio no ocultismo. Feita assim, a pergunta não é bem clara; compreendo porém a intenção»



Adolfo Casais Monteiro.

três primeiros graus dessa Ordem, extinta, ou em dormência desde cerca de 1881. Se não estivesse em dormência, eu não citaria o trecho do Ritual, pois se não devem citar (indicando a ordem) trechos de Rituais que estão em trabalho.»

Portanto o que é a Maçonaria? Nem religião nem seita, mas sim a tal organização de homens livres e de bons costumes com a nobre missão de praticar no mundo tarefas que

nos tornem melhores, como pessoas e cidadãos. Sempre com trabalho, caridade, solidariedade, num registo e pano de fundo de liberdade, tudo baseado num sistema de moralidade e respeito pela igualdade do semelhante.

Tal como o maçom brasileiro Luis Mário Luchetta afirma: «É fundamental dizer que a Ordem Maçónica em hipótese alguma é uma religião e isso retira qualquer possibilidade de comparação com qualquer seita ou religião. Ou seja, trazer argumentos teológicos ou religiosos para observar ou entender uma associação civil privada como a Maçonaria, é totalmente descabido.

Acreditamos, inclusive, que o facto de a Maçonaria congregar pessoas de todas as religiões ou credos, seja um dos incómodos para muitos religiosos que ainda vivem na pequenez mental da Idade Média ou da Inquisição.

Dizer que existe incompatibilidade entre alguma religião com a Ordem Maçónica é assumir formalmente uma grande contradição, pois como pode uma Instituição como a Maçonaria que propaga o amor e as virtudes ser distante de outra que diz ter exatamente essa mesma essência?

A Maçonaria respeita as divergências que possam existir sobre ela, mas procura focar sua energia na sua missão de fazer o bem.

Dessa forma (...) basta refletir e assumir (...) que existem inúmeras compatibilidades entre Maçonaria e a religião. A Ordem Maçónica, porém, não manipula os seus membros, não traz verdades absolutas (aliás, incentiva a busca constante pela verdade), e não tolhe a capacidade de pensar de forma crítica.

Se alguma religião tem essas condutas, talvez estejam aí as incompatibilidades! Mas isso é algo que só diz respeito à seara religiosa. A Maçonaria, distante desse contexto de religiões, segue sua tradição de transformação da Sociedade! » 



MAÇONARIA E IGREJA CATÓLICA – ONTEM, HOJE E AMANHÃ

Autores: José António Ferrer Benimeli,
Giovanni Caprile e Valério Alberton
Edição: Edições Paulinas, São Paulo, 1983
Espólio: Sousa Dias, doado ao Grémio Lusitano
pela família

Índice:

1. A Maçonaria na Legislação da Igreja
2. Algumas Considerações Marginais
3. Documentos Pontifícios mais recentes
4. Rumo a um Epílogo
5. Conclusão
6. Apêndices

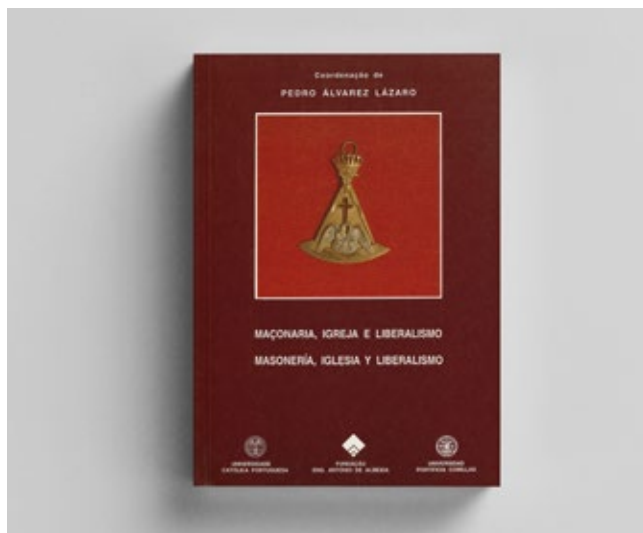


ROMAN CATHOLICISM AND FREEMASONRY

Autor: Dudley Wright
Edição: William Rider & Son, Limited, Londres, 1922
Índice:

1. Introduction
2. Bull of Pope Clement XII
3. The Sufferings of John Coustos
4. Bull of Benedict XIV
5. Masonic Persecution in Spain, Scotland, France, etc
6. Bull of Pope Pius VII
7. Bull of Pope Leo XIII
8. The Grand Orient of France
9. Secret Societies in the Roman Church

SELEÇÃO PARA CONSULTA



MAÇONARIA, IGREJA E LIBERALISMO

Autor: Vários Autores, Coordenação
Pedro Álvarez Lázaro

Edição: Fundação Eng. António de Almeida,
Universidade Católica Portuguesa e
Universidad Pontificia Comillas, Lisboa, 1994

Artigos

1. Prólogo, por Pedro Álvarez Lázaro
2. Maçonaria, Igreja e Liberalismo, por D. Júlio Tavares Rebimbas
3. A Maçonaria e o Liberalismo no Porto, por Francisco Ribeiro da Silva
4. A Maçonaria e Liberalismo no Porto: Tópicos para um Debate, por António do Carmo Reis
5. Origen, Evolución y Naturaleza de la Masonería, por Pedro Álvarez Lázaro
6. Pensamento Universalista Masónico e Ilustración, por Enrique M. Ureña
7. Masonería y Democracia en la España Contemporánea, por Maria Dolores Gómez Molleda
8. A Franco-Maçonaria na Bélgica, por Hervé Hasquin
9. A Maçonaria e a Perda dos Estados Pontifícios, por Aldo A. Mola
10. Iglesia-Mosonería: Genesis y Desarrollo de un Conflicto Inacabado, por Pedro Álvarez Lázaro



RELIGIÃO E IDEAL MAÇÓNICO, CONVERGÊNCIAS

Autor: Vários Autores

Edição: Instituto de Sociologia e Etnologia
das Religiões, Universidade Nova de Lisboa,
Lisboa, 1994

Artigos

1. As Razões deste Debate, por Moisés Espírito Santo
 2. Maçonaria e Movimento Católico Português: a posição do Conde Samodães (1828-1918), por Manuel Clemente
 3. Ecumenismo, por António Sousa Lara
 4. A Identidade Cristã em Processo. Elementos para Reflexão e Debate, por Dimas de Almeida
 5. Qualificações Iniciáticas: uma Prova da não Incompatibilidade entre o Processo Religioso e o Processo Iniciático, por Luís Prats
 6. O Cristianismo no Contexto do Pluralismo Religioso, por Mário Botas
 7. Une Eglise Confessante et Libre: le Modèle Anabaptiste ou Mennonite, por Michel Ummel
 8. A Procura Maçónica do Ecumenismo, por José Carlos Nogueira
 9. La Masonería y la Iglesia Católica, por José A. Ferrer Benimeli
 10. Igrejas, Artes e Esoterismos, por Lima de Freitas
- (continua>)

(continuação)

11. O Templarismo de Fernando Pessoa e o Regime Maçónico-Cavaleiresco do Escocismo Rectificado, por Jorge de Matos
12. A Iniciação Maçónica, uma Via de Espiritualidade, por José Anes
13. A Construção do Altar a Oriente, por António Carlos Carvalho
14. A Ordem de Melquisedec ou Melquisedec no Cristianismo e na Maçonaria, por António de Macedo
15. O Metodismo – uma Expressão Cristã Moderna que “pensa” e deixa “pensar”, por Irineu Cunha
16. As Relações entre Judaísmo e a Maçonaria, por Pinharanda Gomes
17. La Franc-Maçonnerie et la Foie en Dieu, por Michel Viot
18. Maçonaria e Religião. O Ponto de Vista da Grande Loja Regular de Portugal, por Fernando Teixeira

MASONERIA, IGLESIA E ILUSTRATION

Autor: José A. Ferrer Benimeli

Edição: Fundacion Universitaria Española, Madrid, 1982 e 1986

Volumes:

- I – Las Bases de un Conflicto (1700 – 1739)
- II – Inquisicion: Procesos Historicos (1739 – 1750)
- III – Instituionalizacion del Conflicto (1751 – 1800)
- IV – La Otra Cara del Conflicto. Conclusiones y Bibliografia





GRANDE ORIENTE LUSITANO

MAÇONARIA PORTUGUESA



Facebook | Instagram
Museu Maçónico Português



MUSEU MAÇÓNICO
PORTUGUÊS



GRÉMIO LUSITANO

WWW.GREMIOLUSITANO.PT